

Nº 0 2

1 9 9 1

RESGATE

REVISTA DE CULTURA



ARTIGOS ▲ ENSAIOS ▲ FICÇÃO
COMUNICAÇÕES ▲ POESIA ▲ DEBATE



PAPIRUS

EDITORIAL

"A destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro. Para mim, a memória é a forma mais alta da imaginação humana, não é apenas a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve, o homem se dissolve."

(Entrevista à série de TV "América", 1989
Octávio Paz — Prêmio Nobel de Literatura 1990)

Com este segundo número, *Resgate* segue cumprindo o seu propósito de ser uma das (poucas) revistas interdisciplinares de cultura hoje disponíveis no país, o que, aliás, faz com alegria e alguns honrosos sacrifícios.

Tornou-se generalizada a crença de que, num quadro histórico de desolação social crescente, faltam espaço e atmosfera propícios para fazer vicejar a cultura de idéias entre nós. A enfática resposta alcançada por *Resgate* junto a um público que mal a conhece torna essa crença duvidosa e, de resto, cheia de preconceitos.

É bem verdade que, mesmo num país como os Estados Unidos, que têm uma sólida tradição de publicações de cultura e ou literárias, a época de ouro já passou ou enfrenta um limbo provisório. Apesar da população ter aumentado, decresceu em muito o número das revistas que historicamente se impunham a tarefa de levar ao leitor — acadêmico ou não — os frutos da produção cultural do momento. Tal fato não se deve, naturalmente, à inexistência de leitores. Pode-se apostar à larga (e começam a surgir estudos sérios nesse sentido) que o afastamento do público tem relação direta com o confinamento da cultura no interior dos campi universitários, onde se pratica, não raro, uma espécie de novo latim acessível e nem sempre apetecível ao paladar do leitor não-especializado.

A cultura acadêmica brasileira tem felizmente suas peculiaridades: dela emana boa parte da produção intelectual que, particularmente através da imprensa leiga, ajuda a formar a opinião pública. *Resgate* não precisa renunciar ao ninho acadêmico para chegar a leitores que nada têm que ver com teses e monografias. Ela busca o registro intermediário que, sem perda de competência técnica, faça o elo entre academia e os leitores de todos os quadrantes, tendo como foco de interesse comum os problemas de cultura em geral.

Esse escopo, anunciado, no primeiro número da revista, define-se melhor nesta edição, mais variada e menos canônica. Duas novas seções foram introduzidas, resgatando uma tradição secular de editorialismo cultural brasileiro, hoje quase abandonado, de divulgação da poesia e da produção ficcional curta. Finalmente, resta esperar que o interesse dos leitores continue tão caloroso e progressivo como demonstrou ser até agora. De nossa parte, prometemos responder no mesmo diapasão.

DERROTA E SIMULAÇÃO. OS ÍNDIOS E A CONQUISTA DA AMÉRICA

Héctor Hernán Bruit

(Centro de Memória — UNICAMP)
(Depto. de História — UNICAMP)

1 - *Quinhentos anos de debate*

O aspecto mais chocante da conquista hispânica da América foi o massacre do índio. Nenhum cronista do século XVI deixou de admitir esse fato e entre eles frei Bartolomé de Las Casas foi o que maior ênfase deu a esse processo.

O quinto centenário da descoberta em 1992 deverá desencadear um renovado debate em torno dessa figura controversa, defensor incondicional dos índios e acusador implacável dos conquistadores; um homem que nunca esteve no cume do poder, mas exerceu uma influência dramática e decisiva no âmago do poder imperial espanhol.

Entretanto, não é apenas a defesa dos índios que dá atualidade ao pensamento de Las Casas, mas também os princípios que formulou para fundar essa defesa: "todas as nações do mundo são homens", "todos os homens são livres" independente do grau de civilização, religião e raça; o que equivale a colocar os princípios que, muitos séculos depois, serão o fundamento da convivência entre as nações modernas.

Revisor da filosofia aristotélica e profundo conhecedor da filosofia tomista, sua ação em prol dos índios influenciou os teólogos e juristas de Salamanca para superar as linhas gerais do pensamento medieval.

Na enorme bibliografia sobre Las Casas chama a atenção o ângulo dos enfoques: todos na perspectiva da Espanha; daí a importância dada ao tema predileto do dominicano, isto é, a crueldade dos conquistadores, a destruição das Índias, a condenação da Espanha¹.

Os lascasianos mais célebres, os prós e os contras, não conseguiram sair dessa perspectiva, de tal forma que o debate sobre Las Casas e a conquista da América leva sempre ao confronto entre a "lenda negra" e a "lenda dourada".

Entretanto, é possível ler o discurso lascasiano e, em geral, o discurso histórico da conquista, do ângulo americano e interpretá-lo não apenas dentro do contexto do século XVI, mas também na perspectiva da história global da América².

1. Para uma bibliografia sobre Las Casas, ver L. Hanke e M. Gimenez Fernández: *Bartolomé de Las Casas, 1474-1566, bibliografía crítica y cuerpo de materiales para el estudio de su vida, escritos, actuación y polémicas que suscitaron durante cuatro siglos* — Santiago, Chile, Fondo José Toribio Medina, 1954.

2. Juan Friede, *Las Casas y el movimiento indigenista en España y América en la primera mitad del siglo XVI in Rev. de Historia de América, México, 34, 1952.*

A escolha do pensamento de Las Casas não é arbitrária. Ao contrário ela mostra que é possível resgatar através desse pensamento outros temas que apontam para uma renovação historiográfica da conquista e que os historiadores clássicos como Hanke, Carbia, Gimenez Fernandez, Bataillon, Zavala, O'Gorman, Menéndez Pidal, não deram nenhuma importância. Por exemplo, a idéia e imagem que o frade elaborou sobre os índios e o que essa imagem significou em termos da visão que o latino-americano tem da história do continente. Segundo, um tema que até agora permaneceu inédito, embora explicitado pelo próprio Las Casas, e que denominamos de *simulação dos vencidos*.

2 - A destruição e o servilismo dos índios

Não há um escrito de Las Casas que não diga algo relativo à destruição da América e à violência dos conquistadores. A *brevíssima relação de destruição das Índias*, seu livro mais famoso, é um tratado sobre a brutalidade humana e em todas as suas páginas o sofrimento e o sangue escorregam a borbotões. Para o frade, a violência dos conquistadores tinha a finalidade de fazer com que os índios perdessem a noção de que eram seres humanos para exercer sobre eles a dominação total³.

Os suicídios coletivos, os abortos praticados pelas mulheres índias, mencionados por Las Casas circunstancialmente (*História das Índias*) são sempre atribuídos ao medo-pânico que os índios tinham do espanhol. Às vezes, o dominicano faz menção às doenças que dizimaram as populações e que os historiadores assinalam como a causa principal da catástrofe demográfica da América⁴.

Essa imagem da destruição e da violência está irremediavelmente associada a uma visão derrotista da América que se perfila como componente de uma historio-

grafia que tem privilegiado muito mais o primeiro termo da relação conquistadores/conquistados.

Nesse sentido, a obra de Las Casas exerceu uma influência notável entre historiadores, ensaístas e romancistas do continente. Vale apenas um exemplo significativo do que afirmamos: *As veias abertas da América Latina* de Galeano não é mais que a reedição (em sentido figurado), quatrocentos anos depois, da *Brevíssima relação*...

Encoberta pela destruição e o genocídio, os dois temas prediletos do discurso lascasiano desenvolvem a idéia de que a conquista deu-se sobre povos pusilânimes, covardes, de antemão destinados à derrota.

A fraqueza dos índios tem uma dimensão descomunal na interpretação lascasiana e é tão manifesta que os conquistadores se servem dela para manter os índios "ocupados em chorar e gemer suas calamidades" de tal forma que "não tenham tempo nem coração para pensar em liberdade".

Os adjetivos para qualificar os índios são sempre os mesmos: "inocentes", "bondosos", "humildes", "pacíficos e obedientes". Las Casas transmite-nos a imagem servil do índio, conformado com a derrota humilhante, renunciando voluntariamente a sua existência cultural e assumindo devotamente o sacrifício do bom cristão⁵.



Não se pode negar que na História das Índias e na Apologética História dedicou páginas de admiração pelas habilidades e inteligência dos povos americanos; também não se omitiu de dedicar alguns parágrafos para assinalar a valentia dos indígenas, mas a guerra destes é desqualificada não só pela inferioridade das armas, mas também pela debilidade dos guefereiros

Não obstante, foi a imagem negativa sobre os índios a que prevaleceu finalmente. Essa imagem é tão forte, tão obsessivamente elaborada, procurando sempre convencer que na América se praticava um horrível genocídio, que o bispo chega a colocar os índios nos extremos da humilhação numa passagem estonteante da *História das Índias*: "os cães já não esquarterjam os índios, os urinañ"

O símbolo da entrega voluntária ao conquistador foi dona Marina, a *Malinche*, amante e intérprete de Cortez, mas o *malinchismo* como recusa aos traidores e lacaios do conquistador exprime também uma situação não-resolvida pelo latino-americano: se por um lado não pode escapar da herança genética e cultural da raça vencida, nega-se a reconhecê-la no nível da consciência.

Las Casas não só legou à posteridade a imagem de um continente sangrado, explorado, pisoteado e estuprado pela ação e o desejo dos conquistadores, que impõem sua vontade e seu projeto sem encontrar obstáculos, mas também a idéia de um povo com vocação de escravo, que aperta os dentes e sente o gozo masoquista da dominação total. Neste sentido, é o primeiro pensador da América a levantar a questão que, por quinhentos anos, martela nossas

consciências: Qual é nossa vocação revolucionária?

A imagem lascasiana de um povo servil e anódino impera vigorosa e inalterada até nossos dias, amarrada firmemente à idéia de uma história feita de cabo a rabo pelos conquistadores de antanho e ogano.

Não é simples coincidência que a teoria do imperialismo tenha sido usada pelo latino-americano como um *Deus ex machina* da história do continente. Tudo dependia desse Deus, o progresso e o atraso, a democracia e a ditadura, a riqueza e a pobreza. Como em Las Casas, a história não pertence ao latino-americano, ele não a fez, não a decide: "sua" história é a história do "outro", a história do forasteiro, a saga dos conquistadores.

Mas, o surpreendente na história da conquista e apesar da destruição e do genocídio é que os índios sobreviveram física e culturalmente e a presença deles, de algum modo marcante em quase todas as sociedades do continente, é um fato em face do qual não se pode fechar os olhos.

Essa sobrevivência não desmente o massacre, nem dá razão aos conquistadores. Em nossa opinião, esse fato, que constitui uma das maiores façanhas da humanidade, permite colocar o significado da conquista por seu reverso.

3 - A dança da conquista

Num texto teatral redigido por um índio anônimo de Chayanta em 1871, os atores, todos índios, alguns vestidos como no século XVI e outros como conquistadores, de rostos rosados e barbas loiras, encenam

3. Las Casas — *Historia de las Indias*, México, F.C.E., 1981, vol. 2, L. II, pp. 207 e 233.

4. *Ibidem*, vol. 2, L. II, pp. 250-251; 336-337; vol. 2, LIII, p. 478.

5. Veja por exemplo a *Brevíssima relação...*, Porto Alegre, L & PM, 1985, p. 27; *Historia de las Indias*, *op. cit.*, vol. 2, L. II, p. 206.

6. *Historia de las Indias*, *op. cit.*, vol. 2, L. III, p. 329.

7. *Ibidem*, vol. 2, L. II, p. 389.

os fatos da conquista. Atahualpa, Huascar, os Pizarros e Almagro são revividos; as armas, os estandartes e as guerras são encenadas e o povo todo é transportado ao século XVI pelo fascínio do teatro e de uma lembrança imperecedoura.

O extraordinário nestas obras teatrais do folclore indígena, que no México e Guatemala são conhecidas com o nome de *dança das plumas*, é a modificação do final da história: Atahualpa não morre choramingando e conformado, senão amaldiçoando os conquistadores; o povo jura vingança, e o rei da Espanha condena à morte Pizarro pelo assassinato do inca.

Na dança das penas, no México, o povo delira quando Cortés se ajoelha e pede perdão a Montezuma logo após ser derrotado.

Trauma e compensação psicológicos. O trauma provocado pela destruição, o massacre, a desapareção da família, o sentimento de solidão, a castração do deus Sol, o abandono do pai, a extirpação da idolatria. A compensação viria, quatrocentos anos depois, com a inversão da história. Nathan Wachtel escreveu com razão: "Sem que seja necessário entrar no detalhe das explicações psicanalíticas, esse trabalho de reconstrução do passado aparece como uma compensação, ou como uma reação ao traumatismo da conquista"⁸.

Sem lugar a dúvidas, a conquista provocou nos índios um medo-pânico e um trauma psicológico de proporções desconhecidas. Os textos astecas, especialmente os transcritos em língua Náhuatl pelo franciscano Bernardino de Sahagún, provam suficientemente esse fenômeno.

Las Casas deixou páginas dramáticas sobre as profundas alterações no comportamento individual e social dos indígenas. Entre elas aponta o desejo de vingança, a falta de interesse pelas coisas da fé, o pouco ou nenhum esforço para aprender e fazer aquilo a que são obrigados pelo novos

amos, uma atitude socarrona para com a prédica, enfim, um comportamento sórdido que o frade deixa em surdina, embora seu livro *Del único modo de atraír a todos los pueblos a la verdadera religión* fosse um alerta nesse sentido⁹.

4 - A simulação dos vencidos

O índio não era tão pacífico, obediente e desenganado como o pintou Las Casas. Na realidade, a destruição e o assassinato foram produto, entre outras causas bastante conhecidas, de uma relação de guerra que se desenvolve porque existem combatentes dum lado e do outro. O conquistador mata porque o índio opôs diversas formas de resistência a começar pela militar até as sub-reptícias como a ruptura da comunicação verbal.

Foi, justamente, o processo da resistência não-militar que Las Casas não viu (a historiografia moderna sobre o tema também não) ou, talvez, não quis reconhecer para não dar argumentos a seus inimigos que interpretavam as atitudes dos índios como prova de irracionalidade. Os qualificativos de Oviedo e Sepúlveda tais como: "só respeitam a verdade quando lhes é favorável"; "são brutais"; "gostam de exagerar seus defeitos", "não querem mudar seus costumes", "são mentirosos e covardes" etc, arranhavam uma realidade que começava a se configurar.

Todavia, é importante assinalar agora que todas as grandes crônicas etnológicas do mundo pré-colombiano como a Apologética História de Las Casas, a História general de Sahagún, a Nueva cronica de Felipe Guaman Poma de Ayala, a Suma y Narración de los incas de Betanzo, El señorío de los incas de Cieza de León, comentam o rigor com que se castigavam a bebedeira, a mentira, a desobediência, o roubo. A admiração é unânime quando comentam a justiça das leis e o bom governo dos índios.

Em 1503, a rainha Isabel ordenava ao governador da Espanha que obrigasse os índios a falar. Os índios se calam e este foi o primeiro sinal de uma resistência solapada.

Em relação a isso, é pertinente a teoria de Tzvetan Todorov, que podemos chamar de tese do silêncio. O silêncio foi do índio frente aos conquistadores e surge como consequência da inadequação do sistema simbólico dos índios que leva a uma ruptura da comunicação⁸.

Sem entrar no mérito da argumentação deste autor, que quer explicar a derrota dos impérios indígenas pelo embate de dois sistemas simbólicos desiguais — o indígena privilegiando os objetos, o hispânico privilegiando as pessoas — o silêncio, que continua sendo até agora a marca inconfundível do índio, conteve a manipulação ideológica na medida em que o discurso do conquistador só podia ter efeito e significado quando referido ao discurso do índio.

Ora, o silêncio como oposto à linguagem formal da consciência é a via de expressão do inconsciente, lugar onde se refugiou o desastre da conquista na forma de um trauma doloroso demais que os obrigou a esconder o que tinham sido e os levou a ser o que nunca foram, isto é, mentirosos, bêbados, ladrões etc. Era uma forma de evadir-se de um mundo que já não tinha sentido. Era o caminho da degradação do abandono total, da sordidez, enfim a desaparecimento final, física e cultural.

Entretanto, os cronistas se referem a uma outra situação insólita para eles e que os corregedores denunciavam como a impossibilidade de compreender os atos dos indígenas. É a isto que denominamos simulação, um mecanismo de defesa que encobria o rancor pela destruição e o desejo de perpetuar as tradições, pelas

quais tinham sido massacrados, mas descobria, aos olhos dos conquistadores, uma fingida boa vontade de aceitar a submissão. Encobrimento e descobrimento eram como um jogo de trocas simbólicas entre os índios aproveitando a ignorância dos conquistadores, em que ora se privilegiava o significado quando convinha — foi o caso de se vestir como os espanhóis — ora, se privilegiavam os significantes, como foi o caso do uso do copal para incenso nas igrejas mas que remetia a representações do passado pré-hispânico.

Essas duas situações, ambivalentes, refletiam uma oculta resistência à nova sociedade. No primeiro caso, ela é atingida em cheio pela degradação da força de trabalho fundamental; no segundo a nova sociedade é ludibriada politicamente. Numa certa medida não houve correspondência entre os sinais de comando e organização e os sinais de obediência e aceitação.

As falas dos índios, quando eram obrigados, eram sempre metafóricas e de sentido figurado e isso confundia os conquistadores. Por exemplo, um índio foi perguntado se era cristão, ele respondeu: "si senhor, eu já sou pouquinho cristão, porque eu sé um pouquinho mentir; amanhã eu saber muito mentir e serei muito cristão".

Las Casas foi confundido por essas atitudes e se esforça para demonstrar que elas não são provas de irracionalidade. Mas, como podia explicar que os índios não sendo covardes não fizessem nenhum tipo de resistência? Como podiam conciliar o apego a seus ídolos religiosos e, ao mesmo tempo, estar preparados espiritualmente para aceitar a fé cristã? Se eram tão obedientes, por que abandonavam o trabalho?

Las Casas não convence quando quer demonstrar que os índios não eram covar-

8. *Los Vencidos: los indios del Perú frente a la conquista española 1530-1570*, Madri, Alianza Ed., 1976, p. 92.

9. Sobre o comportamento sórdido ver também *Apologética Historia*, B.A.E., Madri, 1958, cap. CCXIII, p. 269.

10. *A conquista da América. A questão do outro*, São Paulo, Martins Fontes, 1988.

des, mentirosos, vingativos e preguiçosos, mas é argumentando sobre isto, que deixa deslizar a idéia da simulação dos vencidos. Os índios mentem ao conquistador para confundi-lo e para defenderem-se; simulam obediência, ingenuidade e passividade.

“Das mentiras que os índios aos espanhóis diziam e hoje dizem, onde ainda não os têm devastados, os vexames e servidão horrível e cruel tirania com que os atormentam e maltratam, são a causa, porque de outra maneira, senão mentindo e fingindo, para contentá-los e aplacar seu contínuo e implacável furor, não podem de mil outras angústias e dores e maus-tratos escapar-se.”

E logo arremata: “destas e de muitas outras sentenças ditas pelos índios, para confusão dos espanhóis”¹¹.

Seu livro principal, *História das Índias*, está cheio de textos, como o anterior, frases explícitas, insinuações, muitas vezes encobertos pelos temas preferidos do dominicano. Às vezes, ele enfrenta a questão de saber se a passividade e obediência dos índios eram produto do medo ou simplesmente um ato fingido, mas sem ser totalmente enfático acaba concluindo que era por fingimento, para especular — como ele mesmo escreve — os costumes dos espanhóis e tirar proveito dessa situação¹².

Vejamos como os índios especulavam os gostos e desejos dos conquistadores, segundo o próprio Las Casas:

“E é aqui de notar que como os índios de todas aquelas províncias compreenderam que o ouro soava saboroso aos ouvidos dos espanhóis, e que todo seu fim e negócio era saber onde havia ouro, e onde se tirava ouro e quem possuía ouro, os índios usavam com eles desta indústria para lhes agradar e suspender suas crueldades ou para se livrar deles, a saber: fingir que em tais e quais partes havia imensidade de ouro e que encontrariam as serras e montes todos dourados”¹³.

Com efeito, quando os índios descobriram o delírio dos espanhóis pelo ouro, passaram a inventar montes, vales e lagoas cheios de ouro. O episódio mais antológico, em relação a isto, talvez tenha sido a fundação de Castilla del Oro, no Darién, por Nuñez de Balboa. A cidade foi batizada com esse deslumbrante nome depois que os índios informaram que por ali existia um rio onde se “pescava o ouro com redes”. A notícia explodiu o imaginário dos conquistadores, e os procuradores de Balboa correram a contar ao rei e toda Espanha se agitou procurando redes para ir pescar o ouro na Terra Firme. De resto, os conquistadores só pescaram piranhas.

A lenda de El Dorado nasceu da mesma forma, da boca dos índios e não foi simples coincidência que o situaram em lugares inóspitos como a região dos rios Orinoco e Meta. Quanto riram os índios do conquistador Sebastian de Benalcazar que gastou sua vida procurando El Dorado sem encontrá-lo!

As relações geográficas de Índias constituem um corpo de documentos que acreditamos fundamentais para conhecer a visão que os índios tinham da sociedade colonial, seu sentir e sua forma de pensar o passado e o presente, pois trata-se de um questionário de mais de cinquenta perguntas que o rei Felipe II ordenou confeccionar e que através dos corregedores, os índios deviam responder. Entre todas as perguntas, as de número 14, 15, 17, 24 e 33, referem-se aos índios: sua história passada, costumes, religião, como faziam a guerra, como governavam etc.

A pergunta de número 15 tem um interesse todo especial. Entre outras coisas, se perguntava se antigamente viviam mais tempo e mais sadiamente que agora, e qual é a causa disto.

Os índios da província de Jauja, Peru, responderam ao corregedor Andrés de Vega, 1582, o seguinte:

“que viviam mais anos antigamente que agora, e entendem que a causa disto é que naquela época comiam e bebiam menos que agora”¹⁴.

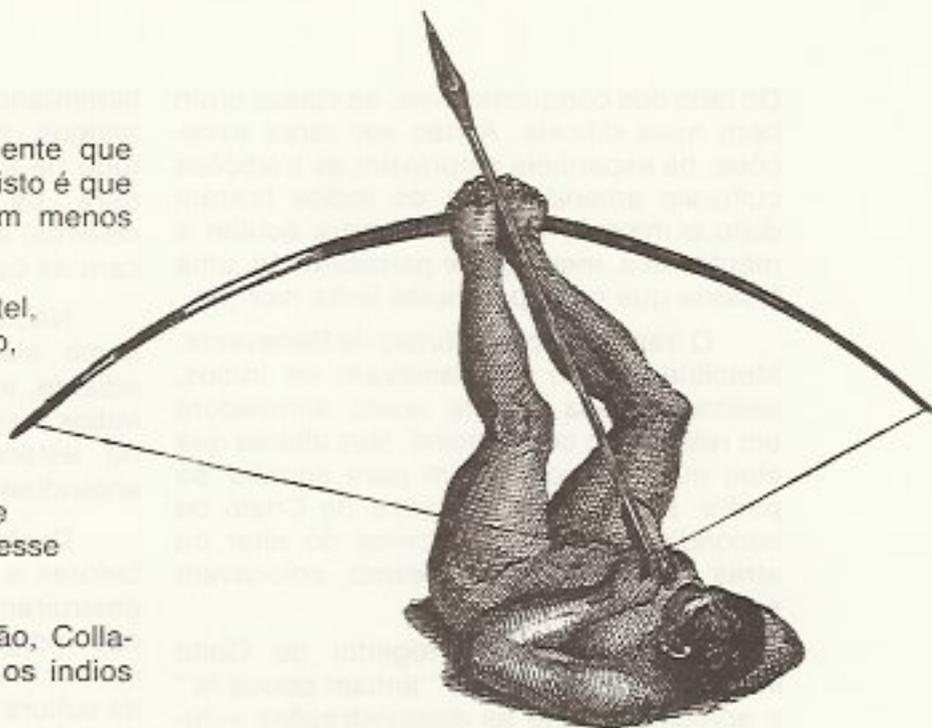
O antropólogo Nathan Wachtel, num livro justificadamente famoso, *Los vencidos*, interpretou esta resposta como uma forma de evasão dos índios de um mundo que para eles não tinha sentido, embora se coloque a questão que talvez essa resposta apenas quisesse agradar ao corregedor¹⁵.

Entretanto, numa outra região, Collaguas na jurisdição de Arequipa, os índios dão a mesma resposta:

“Viviam mais porque antigamente, dizem, todos viviam mais disciplinadamente que agora, porque não tinham tantas coisas como agora nem tinham as oportunidades que agora têm de comer e beber e outros vícios, devido ao excesso de trabalho que tinham em tempos do Inca, nem tinham vinho que é causa de viver pouco, que sendo bêbados, bebem o vinho novo da terra sem ordem e morrem agora muitos”¹⁶.

A diferença está que os índios de Jauja trabalhavam uma região fértil de produtos o que poderia justificar a resposta positiva, enquanto que os de Collaguas viviam numa região extremamente pobre, mas apesar disso deram a mesma resposta.

Isto nos leva a pensar que os índios respondem com o velado propósito de con-



fundir a autoridade, de agradá-la, desorientá-la.

Os corregedores não deixam de observar essa atitude ambigua dos índios com atos e respostas que ninguém entende. Na relação de Quito de 1573, o corregedor se vê obrigado a escrever que realmente os índios são mentirosos e noveleiros, mas em questões de comércio são diretos e astutos¹⁷.

No combate à idolatria, os conquistadores foram duplamente derrotados. Os índios logo perceberam a importância que os espanhóis davam às rezas, à cruz, a Jesus e à Virgem Maria e não foi difícil aprender os gestos de amor e respeito para esses novos ídolos e “repetir as rezas como papagaios”, segundo escreveram vários cronistas.

11. *Historia de las Indias*, op. cit., vol. 3, L. III, p. 331.

12. *Ibidem*, vol. 3, L. III, p. 52.

13. *Ibidem*, vol. 2, L. III, pp. 586 e 577.

14. *Relaciones geográficas de Indias*. Peru, Ed. Marcos Jiménez de la Espada, Madrid, B.A.E., 1965, vol. 1, p. 170.

15. *Los vencidos...*, op. cit., p. 152.

16. *Relaciones geográficas*, op. cit., vol. 1, p. 330.

17. *Ibidem*, vol. 2, p. 225.

Do lado dos conquistadores, as coisas eram bem mais difíceis. A não ser raras exceções, os espanhóis ignoravam as tradições culturais americanas e os índios tiraram disto o máximo de proveito para ocultar e manter viva, mesmo que parcialmente, uma história que nas aparências tinha morrido.

O franciscano frei Toribio de Benavente, Motolina como o chamavam os índios, assinalou essa atitude como simuladora em relação ao cristianismo. Nos altares que eles mesmos construíam para agradar ao padre, por trás das imagens de Cristo ou escondidos entre os adornos do altar ou atrás das paredes do mesmo, colocavam seus ídolos¹⁸.

Em 1573, um corregedor de Quito informava que os índios “tinham pouca fé” e acreditava “que as demonstrações exteriores são mais para agradar os religiosos, que para cumprir com suas obrigações”¹⁹.

Gonzalo Fernández de Oviedo, o cronista oficial da conquista, nos deixou um vivo relato da experiência de Pedrarias Dávila na Nicarágua quando quis provar, em 1538, por meio de um interrogatório de todos os índios batizados da região, que estes eram cristãos nos gestos, nas aparências, da boca para fora, mas no íntimo permaneciam idólatras²⁰.

O dominico frei Diego Durán, que deixou uma excelente crônica sobre os astecas, não teve dúvidas que os índios ocultavam seus ritos idólatras e superstições religiosas misturando-os com cristianismo. Segundo ele, faziam isto em todos os aspectos e circunstâncias da vida cotidiana, em cada movimento, em cada gesto, em cada palavra, em cada olhar, em suas festas, no trabalho do dia a dia, embora tudo isso com aparência cristã. O tecido da simulação é tão denso, tão impenetrável que Durán acaba admitindo que não era possível entender os índios.

Vejamos o seguinte texto de Durán:

“... nos mitotes (danças rituais), nos mercados, nos banhos e nos cantares que cantam,

lamentando seus deuses e seus senhores antigos, nas comidas e banquetes... em tudo há superstição e idolatria; na sementeira, na colheita, na armazenagem nos celeiros, até quando lavram a terra e edificam as casas...”²¹

Não é nenhum exagero de Durán, pois como ele mesmo tentará explicar mais adiante, todos os atos e pensamentos dos índios eram feitos de acordo com o calendário asteca que os conquistadores não entendiam.

Durán reprova duramente os conquistadores e em especial os sacerdotes que destruíram os monumentos, pinturas e códices indígenas, impedindo deste modo o conhecimento em profundidade das raízes da cultura asteca, o que teria permitido desmascarar o fingimento e acabar de vez com a idolatria.

Foi com essa finalidade — conhecer as raízes da cultura asteca — que Sahagun escreveu sua crônica, interrogou os índios para poder descobrir nos intrincados meandros da simulação a idolatria e superstições, pois “por falta de um saber sobre isto, eles praticam a idolatria em nossa presença sem que possamos descobri-los”²².

Uma outra prova notável da simulação dos índios é o *Chilam Balam*, isto é, os códices dos maias. Estes códices que narram a história desse povo, muitos deles escritos na época posterior à conquista, são uma inteligente mistura de cristianismo e crenças indígenas, onde o cristianismo aparece sempre em primeiro plano para furar a censura dos sacerdotes católicos. No *Chilam Balam de Chumayel*, o mais conhecido, se misturam veladas críticas ao cristianismo e à sociedade dos espanhóis, alabanças à sociedade destruída, aos antigos deuses mas também a Cristo e à Trindade.

Observemos o seguinte parágrafo:

“Somente devido ao tempo louco, pelos loucos sacerdotes, foi que entrou em nós a

tristeza, que entrou em nós o Cristianismo. Porque os muitos cristãos chegaram aqui com o verdadeiro Deus; mas isso foi o princípio de nossa miséria, o princípio do tributo, o princípio da esmola, a causa da discórdia oculta, o princípio das brigas com armas de fogo, o princípio do desprezo, o princípio dos despojos de tudo, o princípio da escravidão... Foi o princípio da obra dos espanhóis e dos padres...²³

O texto termina com um apelo a Deus, ao verdadeiro Deus, que um dia virá para fazer justiça, e por vontade desse Deus regressarão os Deuses maias Ab-Kantenale e Ix-Pucyolá, para que estes expulsem os espanhóis da superfície da terra.

Com toda razão, o antropólogo espanhol Miguel Rivera afirma que os maias para resistir “ocultaram nas rugas dos novos hábitos impostos, nos resquícios das leis alheias e nas ambigüidades das idéias cristãs sua própria forma de ser e sentir”²⁴

Escrevemos em outra parte que a resistência do índio à conquista não foi totalmente programada e consciente, pois fluía muito mais do inconsciente onde se refugiou o trauma da destruição. No entanto, essa resistência foi difusa no sentido de que não se deixava ver devido a sua própria obviedade e foi veiculada especialmente como simulação, noção que nos parece mais útil e rica que a simples e inerte noção de visão. A visão dos vencidos, transmitida especialmente pelos informan-

tes de Sahagun, mostra o trauma de um momento, o sofrimento pela violência, reforçando a imagem de um povo pusilânime e medroso, mas ao mesmo tempo, como afirma Las Casas, o medo estimulou o ato simulado que passou a ser a forma e intenção da ação social dos índios.

A relação entre o medo provocado pela violência e a simulação dos vencidos foi admitida, também, por Ginés de Sepúlveda e, especialmente, por Francisco de Vitoria que refletiu sobre essa relação para concluir que “pelas armas os bárbaros não podem ser movidos a crer, senão a fingir que crêem e que abraçam a fé cristã”²⁵

A resistência difusa dos índios se traduziu na renúncia voluntária de viver a história do outro, mas simulando vivê-la.

5 - A “melação” da nova sociedade

Falamos acima de um comportamento sórdido dos índios como produto do trauma da conquista e que Las Casas não chega a admitir explicitamente. No entanto, outras crônicas assinalam com clareza esse fato descrito como uma tendência deformante da sociedade que os conquistadores organizaram. O cronista mestiço Felipe Guaman Poma de Ayala registrou esse processo em páginas dramáticas de sua crônica publicada no início do século XVII. Para ele, o desastre da conquista deixou “o mundo às avessas”, tanto entre os índios como

18. *Historia de los indios de Nueva España*, Madrid, Alianza Ed., 1988, pp. 67-68, 72-73.

19. *Relaciones geográficas*, op. cit., vol. 2, p. 225.

20. *Historia general y natural de las Indias*, Madrid, B.A.E., 1959, vol. 4, L. XLII, pp. 364 e ss. Veja também Fr. Antonio de Remesal, *Historia general de las Indias Occidentales y particular de la gobernación de Chiapa y Guatemala*, Guatemala, Ministério da Educação, 1966, T. III, pp. 1197-1198.

21. *Historia de los indios de Nueva España e Islas de la Tierra Firme*, México, Ed. Porrúa, 1967, vol. 1, p. 6.

22. *Historia general de las cosas de Nueva España*, Madrid, Alianza Ed., 1988, vol. 1, Prólogo, p. 31.

23. *Chilam Balam de Chumayel*, Madrid, Historia 16, 1986, p. 68.

24. *Ibidem*, Introdução.

25. *Relecciones teológicas* (Edição crítica do texto latino, versão espanhola, introdução de T. Urdanoz, O.P.), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1960. Relección primera, p. 696. Ginés de Sepúlveda — *Apología* (tradução castelhana do texto latino, introdução e notas de Angel Losada), Madrid, Ed. Nacional, 1975, p. 72.

entre os espanhóis. Trata-se de uma sociedade corroida pela desordem, incúria e imoralidade, onde os espanhóis mais pobres e analfabetos passaram a chamar-se de "dom" ou "senhor"; sacerdotes que não tinham títulos e nem sabiam ler chamavam-se de doutores e licenciados; índios mitayos, yanacanas miseráveis, se transformaram em caciques e curacas e também se faziam chamar de "dom" e "senhores"²⁶.

A crônica era uma denúncia contra o mal governo do Peru; um penetrante alegado contra a corrupção que tomou conta de tudo.

O franciscano Bernardino de Sahagun, um observador perspicaz e objetivo, não se furtou de deixar para a posteridade a descrição de uma sociedade perturbada e dominada pela sordidez que se abateu sobre vencedores e vencidos. Os vícios de toda espécie, a sensualidade desenfreada, a desordem, a ingovernabilidade, não são apenas características dos índios, mas também dos espanhóis e não só dos que nascem na América que "de aspecto parecem espanhóis, mas nas condições não são", mas também dos que vêm da Espanha que "há poucos anos andados de sua chegada a esta terra se fazem outros"²⁷.

Sahagun atribui os males da sociedade hispano-índigena ao clima, mas frisando que em tempos dos astecas tudo isso não acontecia porque foram capazes de se organizar politicamente a ponto de não deixar que os vícios corroessem a sociedade, o que era uma vergonha para todos os espanhóis.

As observações de Sahagun sobre a sociedade colonial mexicana são corroboradas por Muñoz Camargo na *História de Tlaxcala* quando afirma que Cortéz deixou o México sem poder acabar com os tumores que enfermavam a sociedade²⁸.

O que Sahagun atribui ao clima, nós atribuímos a uma atitude, ao desejo dos vencidos de resistir à dominação total, correndo os alicerces da nova sociedade.

Quando se perguntava aos índios porque eram mentirosos, adúlteros, perjuros, delinqüentes, respondiam que eram por causa dos espanhóis que com suas guerras "deram tão grande vaivém a toda a terra" deixando os índios sem sua justiça, sem sua ordem, sem suas leis e liberdades, sem autoridade competente para castigar os vícios e mentiras²⁹.

Essa constatação feita por Las Casas é corroborada por Sahagun quando escreveu em sua crônica: "Se é verdade que eles demonstraram ainda mais aptidões nos tempos passados, na administração da coisa pública como no serviço de seus deuses, é porque viviam sob um regime mais condizente com suas aspirações e suas necessidades"³⁰.

A nova sociedade nascia "melada" pela atitude da esmagadora maioria, militarmente vencida mas não conquistada espiritualmente. A simulação, o silêncio, a desconfiança, os vícios de todo tipo, a preguiça, a indolência etc, foram as ferramentas usadas pelos vencidos para resistir, contribuindo, talvez sem sabê-lo, para a deformação da nova sociedade, o que Las Casas atribuía única e exclusivamente à crueldade dos conquistadores.

Muitas vezes e de forma explícita Las Casas reconhece a rebeldia indígena manifesta na recusa da fé cristã. Outras vezes acaba reconhecendo que a resistência do índio nunca seria vencida justamente porque era o resultado natural da violência do conquistador.

Essa afirmação é uma das conclusões do dominico em seu livro *Del unico modo*, escrito entre 1536 e 1537, quando já se tinha conquistado o Caribe, Centro América, México e grande parte da América do Sul.

"Porque a alma humana — escreve — se consterna com o terror; e muito mais com os tormentos, conturba-se, entristece-se, aflige-se, e, conseqüentemente, nega-se a ouvir e considerar. Os sentidos exteriores

e também o interior como a fantasia ou imaginação se conturbam; e a razão, portanto, obscurece-se; e o entendimento não percebe nem pode receber uma forma inteligível, amável ou deleitável, senão, pelo contrário, uma forma que entristece fazendo-se odiosa, pois o mesmo entendimento percebe tudo aquilo como mau e detestável como é realmente. Assim que, será esforço fútil tentar agradar, atrair e fazer benévolos, atentos e dóceis os espíritos dos homens que tais coisas tenham padecido.”

E mais ainda, a mesma razão ensina que com justos motivos serão *perpetuamente implacáveis e inexoráveis, malévolos, indóceis e renuentes para escutar qualquer coisa que pertença ao nome cristão, transformando-se nos futuros inimigos desse nome*³¹.

Notável o último parágrafo: pela primeira vez Las Casas admite, mesmo que seja como possibilidade futura, o que silenciou em todos os seus escritos, isto é, a indocilidade, a resistência, a rigidez, a malevolência, a má vontade, a recusa dos índios,

mesmo que tudo isso os tivesse levado ao massacre, mas o massacre colocou um estigma na Espanha, na Igreja e na civilização cristã-ocidental.

Quanta ironia e que jogada da história ou dos índios! Será mesmo que foi Las Casas, com seus escritos, que denegriu a Espanha perante o mundo?

Entretanto o mais importante é saber se essa postura dos índios, o ato simulado, a recusa um tanto inconsciente de viver a história feita pelos conquistadores, transcendeu os tempos como cultura e mentalidade, através da mestiçagem, e se incorporou como uma espécie de história invisível às gerações modernas. Talvez seja possível descobrir no próprio âmago da história visível, que é sempre a história dos conquistadores, uma outra, camuflada nos símbolos daquela, que corrói, deturpa e desequilibra os chamados valores políticos, econômicos e sociais do ocidente. Talvez o latino-americano, herdeiro das raças vencidas, seja um simulador, mas sem sabê-lo.

26. Nueva crónica y buen gobierno, Venezuela, Biblioteca Ayacucho, 1980, vol. 1, p. 300; vol. 2, p. 447.

27. *Historia general...*, op. cit., vol. 2, p. 629.

28. *Historia de Tlaxcala*, Madri, Historia 16, 1986, p. 245.

29. *Apologetica Historia*, Madri, B.A.E., 1958, vol. 4, p. 290.

30. *Historia general...*, op. cit., vol. 2, p. 627.

31. *Del unico modo de atrair a todos los pueblos a la verdadera religion*, México, F.C.E., 1975, p. 352.

OS VIVOS E OS MORTOS: UMA ALEGORIA SOBRE A HISTÓRIA

Regina Horta Duarte

Regina Horta Duarte leciona no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Defendeu sua dissertação de mestrado em História (*A imagem rebelde - a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*) em 1988, tendo recebido o Prêmio Literário Nacional do Instituto Nacional do Livro, categoria obra inédita, em 1989. Atualmente cursa o primeiro ano do Doutorado em História na UNICAMP, desenvolvendo pesquisas sobre artistas de circo e teatro ambulante em Minas Gerais no século XIX.

His soul swooned slowly as he
heard the snow falling faintly through
the universe and faintly falling
like the descent of their last end,
upon all the living and the dead¹
The Dead, James Joyce.

A Grécia arcaica reservava a seus poetas um papel não apenas importante mas essencial: eles eram antes de tudo mestres da verdade². A palavra poética ligava-se à *musa* e à *memória*. O termo musa referia-se simultaneamente a uma força divina — uma potência religiosa que ultrapassava o homem — e, por outro lado, a uma atividade humana, a palavra cantada e ritmada. *Mnemosyne* remetia a um significado religioso. A memória sacralizada apresentava-se diferente das concepções de memória construídas em outras sociedades: ela não visava reconstruir o passado numa perspectiva cronológica, mas sim mítica.

Numa sociedade onde a palavra enunciada em voz alta construía verdades, inúmeras técnicas mnemônicas eram parte dos saberes desses aedos. Os poemas homéricos deixam entrever o lento adestramento da memória na árdua e honrosa tarefa daqueles que celebram “*los Inmorta-*

les y las hazañas de los hombres intrépidos”³. A palavra comemora as proezas dos humanos e, ao mesmo tempo, conta histórias dos deuses. O poeta é aquele que eternizará o ardor do combate, a ousadia e a agilidade do guerreiro aristocrático, a vitória enobrecedora.

A verdade aqui constituída está longe da concepção moderna de verdade, eivada do espírito racionalista e da lógica dualista, onde verdade e mentira se opõem em campos distintos e opostos. O mestre da verdade — no caso, o poeta — não é independente da verdade que ensina e que o superaria. O termo grego — *alethéia* — refere-se ao que é conservado pela memória, pela palavra. *Lethé* é o campo do esquecimento, da obscuridade, do silêncio.

Aos guerreiros resta a esperança de que a palavra do cantor permita-lhes escapar do silêncio e da morte. O mestre da verdade concede aos vivos o privilégio de permanecer, através de sua palavra, na memória. Ao perceber a inevitabilidade de sua morte, Heitor manifesta a esperança de luz através da lembrança:

“Inevitável, a morte funesta de mim se aproxima. Há muito tempo, decerto, Zeus grande

e seu filho frecheiro determinaram que as coisas assim se passassem, pois eles sempre benévolos, soíam salvar-me; ora o Fado me alcança. Que, pelo menos, obscuro não venha a morrer, inativo; hei de fazer algo digno, que chegue ao porvir, exaltado”⁴.

Sem qualquer pretensão de estabelecermos uma continuidade de atividades ou de funções, dentro de uma visão linear de tempo, gostaríamos de apontar, nesse desafio da morte, um traço comum entre o aedo — cuja palavra é a esperança do nobre guerreiro Heitor — e o historiador.

A escrita da história também é uma forma de exorcismo da morte⁵. O historiador lida, mesmo que não chegue a fazer esta consideração mais friamente, com sociedades desaparecidas e homens fisicamente destruídos. Entretanto, esta se faz de maneira totalmente vitalizadora, como genuína fonte de vida e movimento.

Os discursos sobre o passado possuem um duplo e rico aspecto: são discursos onde a ausência e o morto marcam sua presença, e ao mesmo tempo, falas onde os mortos são “figura objetiva de uma troca entre vivos”⁶. A escrita da história assume uma função simbolizadora, tornando possível à sociedade situar-se à medida que marca um passado e instaura o presente. Delimita-se um tempo do que está para ser feito, estabelece-se um lugar para os vivos à medida que os mortos são enterrados.

O passado torna-se o lugar do *outro* em relação ao qual o presente constrói sua identidade.

Além da função simbolizadora, a escrita exerce um rito de sepultamento. A linguagem, ao inscrever a morte no relato, exorcisa-a: “ela faz mortos para que os vivos existam”⁷.

Nesse duelo contra a morte, a tentativa de ressuscitar o passado — tarefa ao mesmo tempo sabidamente impossível e constantemente perseguida — tem como exemplo a belíssima obra do historiador francês Jules Michelet. No contato com a documentação, exaustivamente levantada, percorria, ansiosamente, o caminho dos cemitérios e necrópoles do passado ouvindo seus murmúrios que possibilitariam, a seu ver, sua ressurreição. Como afirma Jacques Le Goff, “Michelet é um necromante: ‘Eu amava a morte’”⁸.

A consciência dessa atitude desafiadora acompanha a reflexão de vários outros historiadores, como Pierre Chaunu, que associa seu amor ao ofício escolhido à maneira como conviveu com o falecimento de sua mãe durante sua infância. Órfão aos nove anos de idade, a figura materna é uma constante e um mistério. A imagem da bela mulher nas fotografias causam lágrimas entre os adultos e uma ansiosa curiosidade na criança que não recebe resposta para suas indagações sobre quem

1. “Sua alma desmaiava lentamente ouvindo a neve caindo suave através do universo, caindo brandamente, como a queda final, sobre todos os vivos, sobre todos os mortos”. Tradução de Hamilton Trevisan, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.

2. As considerações acerca do papel do poeta na sociedade grega baseiam-se na obra de Marcel Detienne. *Los maestros de la verdad en la Grécia arcaica*, Madri, Taurus, 1986.

3. Teócrito, citado por M. Detienne, *op. cit.*, p. 27.

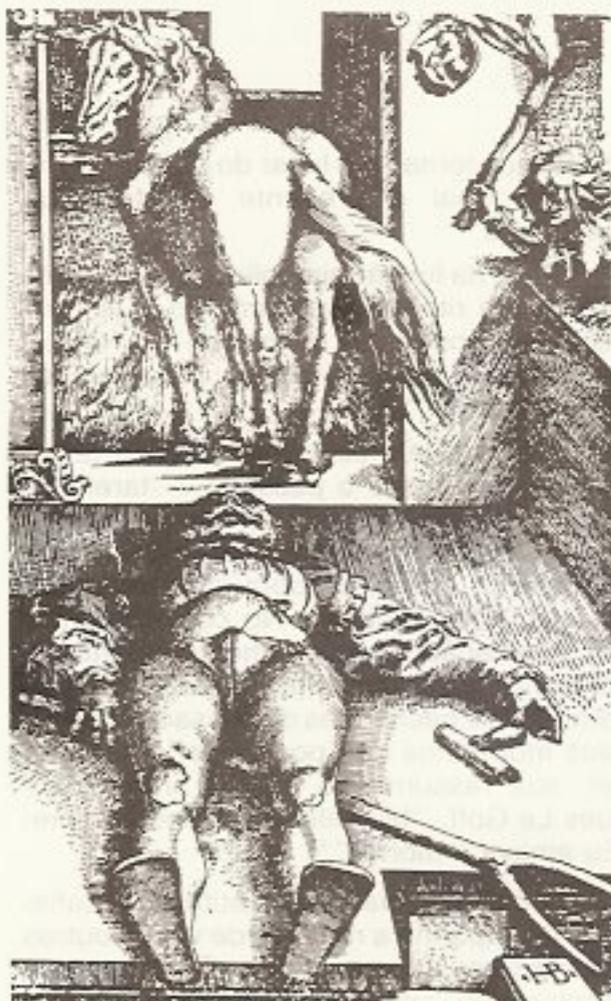
4. Homero — *Ilíada*. XII:300-305, tradução de Carlos Alberto Nunes, Ediouro.

5. Acerca desta e das colocações que se seguem, ver M.A. Certeau — *Escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982.

6. M.A. Certeau — *op. cit.*, p. 56.

7. *Id. ib.*, p. 108.

8. J. Le Goff — *As Idades Médias de Michelet*, in: *Para um novo conceito de Idade Média*, Lisboa, Edições 70, 1980, p. 20.



seria ela. Mais tarde, Chaunu saberia ser aquela sua mãe. O avô era ríspido com o neto, que lhe lembrava a falecida filha; os vizinhos o sabem filho dela. Ele era o “filho da morta”. O silêncio forçado em torno do menino era-lhe insuportável. Contra ele, revoltou-se e, assim, justifica seu trabalho historiográfico:

“Foi por ter encontrado, na minha primeira infância, aquilo a que temos de chamar a morte, logo no início da vida, de uma maneira trágica, misteriosa, existencial, que nasceu em mim esta necessidade que, à falta de melhor, me fez historiador”⁹.

Relação com o passado, relação com o invisível, a história toma o lugar dos mitos e mesmo das coleções¹⁰. Assim como o mobiliário funerário, as oferendas, os despojos dos guerreiros, as relíquias, objetos sagrados e tesouros principescos — exemplos de coleções — a escrita da história

cria laços com a invisível *Linguagem* que “permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto”¹¹.

No trabalho com a documentação, os historiadores percebem a ligação desses homens desaparecidos com seu futuro. Os documentos são monumentos, nada têm de inócuo ou imparcial. São resultado de montagens, conscientes ou não, “da história, da época, da sociedade que o produziram” e das épocas sucessivas onde foi esquecido, manipulado ou cuidado¹². Documentos-monumentos que resultam do desejo das sociedades de construir uma determinada imagem de si mesmas. Se o historiador exorcisa a morte, através da escrita da história, a constante tessitura de monumentos pelas sociedades expressa a intenção da permanência na lembrança dos que se seguirão, após a morte de uma geração. Nesses dois movimentos enfrenta-se o esquecimento, o silêncio, a obscuridade, assim como o fazia o canto dos poetas dos tempos homéricos.

Essas questões acima colocadas, alvo de reflexão de vários historiadores estão implícita e belissimamente presentes no filme dirigido por John Huston, *The Dead*, de 1987, cujo título em português foi traduzido como “Os vivos e os mortos”.

O filme, inspirado no conto homônimo do escritor irlandês James Joyce (1882-1941) toca profundamente no aspecto, ressaltado por Michel de Certeau, de que os mortos são figuras essenciais nas relações entre os que vivem.

A trama é, à primeira vista, banal: um jantar de familiares e amigos que se repete todos os anos. Os diálogos detêm-se, na maior parte do tempo, nas atividades de lazer dos que ali se reuniram: onde passam temporadas de férias, concertos e óperas assistidos, avaliação do desempenho dos

artistas. As relações entre as pessoas também vão aparecendo em *flashes* mais ou menos detalhados: a mãe tagarela e seu filho alcoólatra, a moça rebelde e desafiadora de preconceitos, as senhoras católicas em pequenas rugas com o velho solteirão protestante, a criada desorientada com o acúmulo de tarefas exigido pela festa, o respeitado sobrinho Gabriel Conroy preocupado com o discurso de homenagem às anfitriãs, as moças casadoiras e os rapazes solteiros.

Nesse universo comemorativo e alegre, entretanto, a morte é a presença mais marcante, imprevista e persistente. Ela penetra e invade o salão em vários momentos. Como afirma Gabriel no discurso realizado após o jantar, encontros daquele tipo sempre trazem tristes recordações do passado e de rostos ausentes. Apesar de avisar que não se alongará nessas lembranças melancólicas, são elas que darão a tônica da noite e permanecerão no seu pensamento durante a madrugada.

A grande ansiedade de todos os convivas e das organizadoras do evento é de que ele seja comparavelmente melhor do que de todos os anos anteriores. Tempo cíclico, tempo de renovação e de delimitação de presenças inéditas e ausências cruéis.

A morte ronda o pensamento de todos quando a tia mais idosa, Júlia, possuidora no passado de uma bonita voz, aceita cantar "Vestida para as bodas". Ao som do piano, sua voz frágil e debilitada pelo tempo combina com seu rosto enrugado, seus olhos fundos e de pouco brilho. Durante a

canção, a câmera passeia pelos objetos da velha mulher: relíquias guardadas de sua juventude, fotos amareladas dos que já se foram, papéis e poesias carinhosamente protegidos da destruição, coleções que a ligavam a uma época para sempre perdida. O constrangimento da platéia é enorme quando o sobrinho, bêbado, insiste em destacar o vigor e a qualidade da cantora. Mais tarde, Gabriel Conroy indaga-se-á, entre angustiado e conformado, sobre o pouco tempo que o separava do momento em que comparecia à mesma casa, vestido de luto, em busca de palavras consoladoras e sabidamente inúteis e desajeitadas. Ponto essencial da convivência entre os vivos, a morte não apenas traz a lembrança dos que já se foram, mas o anseio pelos que estão prestes a nos deixar. Se na canção celebra-se a beleza da noiva, seu vestido branco e sua suavidade, o presságio de Gabriel visualiza Júlia envolta em negro, imóvel e fria, vestida para a morte¹³.

Gabriel perscruta o misterioso comportamento de sua esposa Gretta em dois momentos. Num primeiro, observa sua face absorta ao ouvir um poema recitado por um dos convidados. Depois, contempla-a num momento mágico e nebuloso onde, na escada, ela ouve a canção *Lass of Aughim*. Ao chegarem ao hotel onde passariam a noite, indaga-a sobre seu comportamento enigmático. Como resposta, a revelação de um antigo e inesquecível amor, mantido em silêncio durante todos os anos que passara a seu lado. Seu grande rival era um rapaz há muito falecido, que

9. P. Chaunu — O Filho da Morta, in: *Ego História*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 69.

10. K. Pomian — Coleção, in: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, (Memória-História), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 51-86.

11. *id. ib.*, p. 68.

12. J. Le Goff — Documento-Monumento, in: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, p. 103. Ver também M. Foucault — *Arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

13. É interessante notar que no conto original de Joyce, o momento em que Júlia canta não tem o mesmo sentido dado no filme. Gabriel lembrar-se-ia mais tarde que pressentira um lúgubre presságio em sua face quando ela cantava. Entretanto, no momento em que ela canta, sua voz é descrita como tendo um tom claro e forte, transportando seus ouvintes a um voo leve e seguro.

James Joyce — *Dubliners*, Harmondsworth, Penguin Books, Jonathan Cape, 1976.

Gretta conhecera na adolescência. Morte trágica, imbricada à expressividade de sua paixão pela moça. Gabriel considera o papel secundário que tivera na vida de sua mulher, a ausência que acompanhara suas relações durante tantos anos de convivência, sem que ele soubesse. O sentimento que predomina em seu espírito é de desagregação, o mundo e as pessoas escapavam-lhe. Ele próprio percebe a fugacidade de sua existência¹⁴. A neve caía por toda a Irlanda, sem distinção entre as habitações dos vivos e as lápides que ocultavam os restos mortais daqueles cuja lembrança marcava indelevelmente as trocas entre os vivos.

The Dead, título do conto e do filme, alcança um significado que escapa ao título traduzido: mesmo os vivos estão à beira do aniquilamento, domina a sensação de fugacidade da vida, o que não lhe diminui a beleza ou a poesia¹⁵.

É essencial considerar que as filmagens foram realizadas num momento em que Huston estava em fase terminal de uma doença grave, morrendo pouco depois da conclusão do filme. A retomada de Joyce também é expressiva: Huston era descendente de irlandeses.

Seria óbvio alertar para o fato de que a complexidade das colocações postas pelo filme excedem a uma interpretação historiográfica. Entretanto, acreditamos que qualquer historiador possa achar ali algumas reflexões que o acompanham em seu trabalho: morte e vida, memória, presença constante do passado, desejo e angústia pelo futuro. Arriscaremos a comparação. *The Dead* é, entre inúmeras possibilidades, uma alegoria sobre a história.

Apesar do combate à morte ser um elemento perceptível na obra de vários historiadores, nem sempre apresenta-se com os mesmos matizes.

Nesse sentido, uma mudança facilmente observável nas tendências da historiografia atual no que se refere à concepção do *real* redimensiona o aspecto que desenvolvemos até aqui.

A grosso modo poderíamos delinear toda uma reflexão tradicional, que lidaria com o passado enquanto uma realidade acabada e fixa, da qual o cientista aproximar-se-ia, numa tarefa de reconstrução, à medida que lograsse uma documentação mais ampla ou elaborasse teorias mais eficazes. Nessa corrente, preocupada em delimitar constantes e continuidades históricas, estaria presente a noção de que a completude do saber científico é um alvo do qual se aproxima, gradativamente, o estudioso.

Entretanto, Michel de Certeau, entre inúmeros outros pensadores atuais que se ocupam dos problemas metodológicos da história, alerta para um novo posicionamento frente ao real: ele não é reconstruído, mas constantemente construído, numa completa simbiose entre práticas históricas e práxis social. A grande questão desses saberes é delimitar a diferença, apontar sua fragmentação, explicitar "uma *identidade social*, não como dada ou estável, mas enquanto se *diferencia* de uma época anterior ou de uma outra sociedade"¹⁶. Nessa perspectiva, não há saber histórico mais verdadeiro ou mais completo. O que é assumido a cada momento é a mutabilidade e incompletude da história, cuja retomada é sempre necessária. O trabalho histórico abandona quaisquer pretensões de onisciência, a partir do julgamento de toda a história sob parâmetros unos e regulares. Nessa renovada busca, acreditamos que a história configura-se, mais do que nunca, como uma atividade desafiadora da morte: tarefa intimamente ligada ao momento em que vive o historiador, curiosidade sempre reinaugurada, desejo avidamente recolocado a cada instante, a escrita da história é uma escrita

interminável. O historiador não terá descanso: ele sempre deverá estar disposto a recomeçar do zero, já que o saber não é, necessariamente, acumulativo, dado o seu caráter descontínuo¹⁷.

Mas não é a morte o momento do descanso, a hora em que nada mais está para ser realizado? Não é a extinção total que configura nossas tarefas como findas? Ao se propor um alvo fora de alcance, não visaria o historiador enfrentar o momento de completude e repouso?

A configuração da operação histórica como parte de um lugar social é fruto de uma reflexão que une história e vida, historiadores e práticas sociais. Aqui a história e sua escrita fazem parte dos desejos transformadores, desafiadores e criativos dos homens. Segredo esperançosamente revelado na prática histórica, o querer é o que



nos dá identidade enquanto vivos e ativos — em oposição aos que nada mais podem desejar ou realizar.

Inverno 1990
Belo Horizonte/São Paulo.

14. "His soul had approached that region where dwell the vast hosts of the dead (...) His own identity was fading out into a grey impalpable world: the solid world itself, which these dead had one time reared and lived in, was dissolving and dwindling."

A última cena do filme reproduz, quase literalmente, o texto do conto.

15. "Better pass boldly into that other world, in the full glory of some passion, than fade and wither dimly with age."

16. M. Certeau — *Op. cit.*, p. 56.

Poderíamos citar ainda outros pensadores. Para Foucault, "nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras". (*Arqueologia...*, p. 151). Para Castoriadis, "a história é sempre história para nós (...), precisamente o que nos interessa é nossa alteridade autêntica, os outros possíveis do homem em sua singularidade absoluta". C. Castoriadis — *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 196 e 197.

17. "Cada formação discursiva não passa, sucessivamente, pelos diferentes limiares como pelos estágios naturais de uma maturação biológica em que a única variável seria o tempo de latência ou a duração dos intervalos. Trata-se, de fato, de acontecimentos cuja dispersão não é evolutiva: sua ordem singular é um dos caracteres de cada formação discursiva". M. Foucault — *op. cit.*, p. 212.

ALFORRIA DE CRIANÇAS ESCRAVAS NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX*

Lana Lage da Gama Lima
Renato Pinto Venâncio

A liberdade é um estado de isenção que, uma vez perdido, nunca mais se recupera; quem foi cativo uma vez, sempre ficou cativo, porque ou o libertam do cativo ou não; se o não libertam, continua a ser cativo do tirano; se o libertam, passa a ser cativo do libertador.

Padre Antônio Vieira

Até recentemente o estudo da alforria de escravos constituiu-se em tema bastante negligenciado pelos historiadores¹, ou então prestou-se a análises marcadamente ideológicas, utilizadas como argumento em favor da benignidade do escravismo ibérico em relação ao anglo-saxão, conforme mito difundido nas obras de G. Freyre e F. Tannenbaum².

Desde os anos 70, porém, tal situação vem se modificando e hoje contamos com vários trabalhos que tratam da alforria no Brasil colonial e imperial³. De uma maneira geral, essas pesquisas têm caminhado em duas direções: por um lado procurou-se analisar as estratégias criadas pelos escravos no sentido de conquistarem a própria liberdade, seja através do pecúlio oriundo da comercialização de alimentos ou de atividades extras, seja pelo compadrio com libertos afortunados. Por outro, foi assinalado que em várias ocasiões a manumissão

consistia em uma deliberada concessão dos senhores, sem interferência das leis do Estado e da Igreja — um exemplo do paternalismo senhorial na busca da obediência e subordinação dos cativos.

As pesquisas revelaram também que a liberdade comprada era algo quase sempre minoritário no conjunto das manumissões⁴. O predomínio das libertações gratuitas encobria, por sua vez, um expediente claramente falacioso, pois grande parte dos proprietários acoplava às alforrias inúmeras condições que implicavam a continuidade da prestação de serviços por parte dos alforriados. A semi-liberdade proporcionada por esse tipo de manumissão visava garantir a obediência e sujeição dos forros, que emergiam da escravidão, não na condição de indivíduos livres e autônomos, mas sim na situação de libertos dependentes⁵.

Neste trabalho estudaremos uma forma específica de alforria, aquela concedida às crianças escravas no momento do batizado. Procuraremos rever a afirmação de S.B. Schwartz de que "não há qualquer evidência de que um grande número de crianças tenha sido libertado na pia batismal"⁶, chamando atenção para o fato dessas alforrias terem sido preferencialmente registradas nos livros paroquiais de batismo, em detrimento dos livros de notas dos cartórios.

Para se ter idéia da diferença entre um registro e outro, basta mencionarmos que uma minuciosa pesquisa em vinte livros dos cartórios do 1.º e 2.º Ofício do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX identificou apenas 74 crianças em um universo de aproximadamente mil alforriados. Número extremamente modesto quando comparado às 781 libertações de recém-nascidos localizadas em levantamento incompleto de quatro das dezoito paróquias cariocas entre 1800 e 1870⁷.

1 - O batismo e a alforria

A imposição do batizado ao recém-nascido só se tornou prática corrente no mundo católico a partir do século XVI⁸. Temerosa dos avanços protestantes e fortalecida pelo Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja da Contra-Reforma levou a cabo uma profunda reorganização administrativa, que aumentou o número e a importância do clero paroquial e o responsabilizou pela difusão dos sacramentos. Nessa mesma época,

* Contamos com o auxílio do CNPq para a realização desta pesquisa, na qual utilizamos parte do material levantado pelos pesquisadores do projeto "A criança na história da população brasileira", desenvolvido pelo Centro de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP), sob coordenação da Prof.ª Dr.ª Maria Luiza Marcilio com apoio financeiro da FINEP. Somos gratos ao Prof.º Dr.º Iraci Del Nero da Costa pelos primeiros esclarecimentos a respeito da alforria em pia batismal.

1. Robert Conrad, em seu extenso levantamento bibliográfico sobre a escravidão brasileira indicou apenas três trabalhos do gênero em 994 títulos: Katia Q. Mattoso — A propósito de cartas de alforria, Bahia, 1779-1850, in *Anais de História*, Assis, n.º 4, 1972; S.B. Schwartz — A manumissão dos escravos no Brasil Colonial, Bahia, 1684-1745, in *Anais de História*, Assis, n.º 6, 1974, pp. 71-114; L. Mott — Cautelas de alforria de duas escravas na Província do Pará, 1829-1846, in *Revista de História*, SP, n.º 95, 1973, pp. 263-268. Ver Robert Conrad — *Brazilian Slavery: an annotated research bibliography*, Boston, Livraria do Congresso, 1877.
2. Para uma análise desses autores, ver: Maria Manuela C. da Cunha — Sobre os silêncios da Lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX, in *Cadernos IFCH*, Unicamp, n.º 4, 1983, pp. 1-27.
3. Ver, além dos textos já citados, os seguintes títulos: K.Q. Mattoso — *Ser escravo no Brasil*, SP, Brasiliense, 1982; K.Q. Mattoso — A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1850) in C.M. Peláez e M. Buescu (org.) — *A moderna história econômica*, RJ, APEC, 1976, pp. 149-164; M.M.C. Cunha — *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, SP, Brasiliense, 1985; M.I.C. Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros — Salvador, 1790-1890*, SP, Corrupio, 1988; J.P. Kiernan — The manumission of slaves in Colonial Brazil: Paraty, 1789-1822, *tese de doutorado*, Universidade de Nova Iorque, 1976; J. P. Kiernan — Baptism and Manumission: Paraty, 1789-1822, in *Social science history*, vol. 3, n.º 1, 1978, pp. 56-71; P. L. Eisenberg — Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX, in *Estudos Econômicos*, vol. 17, n.º 2, 1987, pp. 175-216; L. Bellini — Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria, in J. J. Reis (org.) — *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, SP, Brasiliense, 1988, pp. 73-96; L.C. Soares — Urban Slavery in the nineteenth-century, Rio de Janeiro, *tese de doutorado*, University College London, 1988, cap. XI; M.C. Karasch — Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850, *tese de doutorado*, University of Wisconsin, 1972, cap. XII; M.C. Karasch — Forms of manumission in Rio de Janeiro, 1807-1831, in *Anais da VII Reunião da SEPH*, 1989, pp. 39-41; E Goldschmid — Alforrias e propriedade familiar, *idem*, pp. 31-38; M.E.C. Grae — Os mecanismos da alforria na província do Paraná-século XIX, *idem*, pp. 43-46.
4. Os trabalhos citados revelam os seguintes índices de alforrias que exigiram algum dispêndio monetário: Paraty (1789-1822), 24,0%; Salvador (1684-1745), 48,0%; Campinas (1789-1888), 21,5%; São Paulo (1729-1808), 47,0%; Rio de Janeiro (1808-1888), 31,2%.
5. Idéia desenvolvida por M.M.C. Cunha — *Sobre os silêncios...*, p. 11.
6. S.B. Schwartz, — *op. cit.*, p. 96.
7. L. C. Soares, *op. cit.*, s.p. O autor não levantou todas as alforrias, mas sim uma amostragem. Baseado nas pesquisas de J. P. Kiernan, H.S. Klein chamou atenção para a raridade das manumissões em pia batismal. O estudo de I.D.N. da Costa há muito, porém, revelou que em Vila Rica, entre 1719 e 1723, o percentual de bebês "dados por forros ao nascer" foi de 29,2%. Ver: H.S. Klein, — *A escravidão africana: América Latina e Caribe*, SP, Brasiliense, 1987, p. 248; I.D.N. da Costa — *Vila Rica: população (1719-1826)*, SP, IPE/USP, 1979, p. 222.
8. Ph. Ariès — *História social da criança e da família*, 2.ª ed., RJ, Zahar, 1981, p. 19.

as autoridades eclesiásticas determinaram que se fizesse um registro por escrito dos batizados para que os párocos, por ocasião dos casamentos, pudessem solicitar uma cópia da ata de batismo dos noivos, com a finalidade de conhecer o grau de parentesco dos mesmos e suas respectivas idades. Graças a esse procedimento, ficavam munidos de um documento que os capacitava a impedir uniões incestuosas sem dispensas matrimoniais, e casamentos de menores sem autorização paterna⁹.

No Rio de Janeiro, os bispos dos séculos XVIII e XIX foram ciosos na difusão das determinações relativas ao batizado, por meio de cartas pastorais em que alertavam os párocos para as normas relativas à confecção dos livros paroquiais, e ainda, pelo envio periódico de seus representantes para avaliarem a qualidade de conservação dos registros de batismo, casamento e óbito¹¹.

Em 1799, o visitador episcopal M. Pizarro, ao rubricar o livro de batismo de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá, deu uma clara demonstração de acuidade a que essa fiscalização podia chegar:

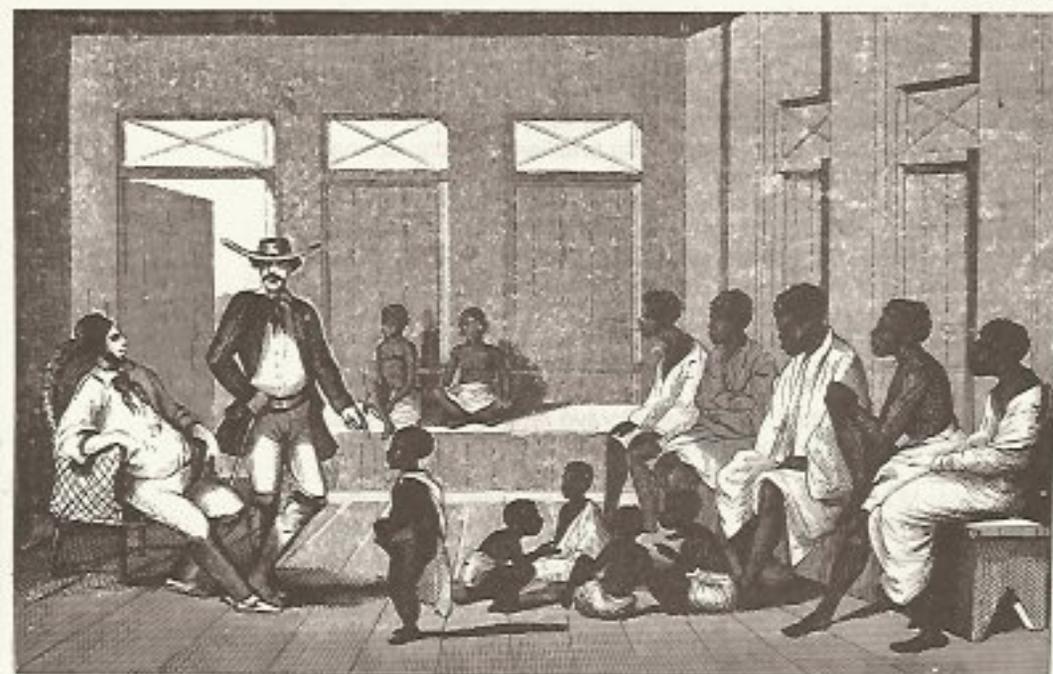
“Visto em Visita. Não se esqueça o R. Pároco de cumprir exatamente o que determinou a Constituição no Livro I, T. 20, n. 70, T. 73, n. 318, Livro IV, T. 49, n. 831, porque bem sabe as penas a que fica sujeito, muito principalmente não sendo novo no exercício de Pároco.”

Tais determinações diziam respeito à obrigatoriedade dos clérigos transcreverem por extenso os nomes dos pais, mães e padrinhos “tudo por letra ao cumprido e não por algarismo, ou abreviatura”¹².

Em Portugal e suas colônias, esse registro assumiu grande importância, pois o regime do padroado ao transformar a hierarquia eclesiástica em burocracia do Estado facultava aos livros paroquiais o duplo *status* de registro religioso e civil. Assim, lemos no Código Filipino que a falta do batismo punha em risco a propriedade sobre o escravo: “Mandamos, que qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja, que escravos da Guiné tiver, os faça batizar, e fazer cristãos do dia, que a seu poder vierem, até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar”¹⁰.

De acordo com as mesmas leis, os párocos não podiam cobrar pelo batizado, sob risco de serem acusados de simonia, mas, em compensação, recebiam emolumentos que, com o passar do tempo, tornaram-se praticamente obrigatórios. Ao percorrer a paróquia da Santíssima Trindade em 1796, M. Pizarro mais uma vez nos lega um precioso testemunho indicando as “ofertas” que os padres recebiam por ocasião dos batizados de escravos:

“Nos batizados de escravos é costume seu Senhor pagar de oferta trezentos e vinte réis e uma vela decente, mas quando os



padrinhos dos batizados são libertos estes são os que pagam a oferta e a vela que tudo também pertence ao Pároco⁹.

Os batizados podiam ser feitos nas capelas e oratórios das casas-grandes¹⁰. Nesses casos, o capelão deveria notificar ao pároco da igreja-matriz de sua freguesia, que registrava os batismos nos respectivos livros de assento, como podemos observar nas atas da paróquia de Jacarepaguá:

“Aos dois dias do mês de Janeiro de mil oitocentos e quarenta e dois nesta matriz de Nossa Senhora da Loreto de Jacarepaguá, me foi apresentada a certidão do teor seguinte... certifico, que neste oratório de missa aprovado por sua Excelência Reverendíssima nas casas de residência dos herdeiros da falecida Josefa de Andrade Telles, proprietários do Engenho da Pavuna, filial desta Freguesia de Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá, e com licença do Reverendíssimo Vigário dela, batizei solenemente e pus os Santos Óleos em vinte e sete de junho de mil oitocentos e quarenta e um, aos inocentes Marcelina, filha legítima de Julião e Júlia, foi padrinho Porfiro casado; Libanio, filho legítimo de Antônio e Coleta, foi padrinho Agostinho casado... todos escravos dos ditos herdeiros da mesma Fazenda.”

As atas batismais de escravos eram de dois tipos: de ingênuos e de adultos. A denominação “ingênuo” compreendia basicamente os recém-nascidos, mas podia ser estendida aos cativos de até sete anos de idade; já a categoria “adulto” era atribuída aos maiores de oito anos, embora haja

casos excepcionais de crianças com cinco ou seis anos sendo consideradas “adultas”. À esta divisão devemos acrescentar a diferenciação quanto à origem: “crioulos”, nascidos no Brasil e os “de nação”, de procedência africana.

Em nossa pesquisa trabalhamos com as atas de escravos ingênuos e crioulos, ou seja, escravos nascidos no Brasil e batizados na primeira infância¹¹.

Tal registro equivalia à escritura pública. Assim, o senhor podia se valer dele para legalizar a doação ou transferência de posse sobre um escravo, sem necessariamente ter de confirmar este ato em cartório. Eis um exemplo colhido nos livros da paróquia de São José:

“Aos 27 de Janeiro de 1779... pus os Santos Óleos à Cândida, inocente, crioula, filha natural de Maria, nação Angola, escrava de Josefa Maria Simões, a qual disse em minha presença, e das testemunhas presentes, que dava a dita inocente Cândida, recém-nascida, à sua filha Josefa Maria de Jesus...”

As atas também serviam de registro de alforria, só que nesse caso, o assento era lançado no livro de batismo de livres, podendo ou não ser confirmado em cartório:

“Aos 2 de setembro de 1818... nesta matriz de São José da Corte do Rio de Janeiro batizei solenemente e pus os Santos Óleos a Maria, inocente, filha legítima de Antonio e Joana, escravos do Conselheiro José Correa Picanço, o qual por uma carta de sua própria letra, a qual fica no cartório desta

9. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*, Livro I, Título XX.

10. *Código Filipino*, Livro V, Título XCIX.

11. Na realidade, esses bispos não faziam mais do que seguir as determinações das *Constituições Primeiras*... Livro IV, Título L.

12. *Constituições Primeiras*... Livro I, Título LXXIII.

13. *Livro de Registro de Pastorais, Visitas e outras matérias da Paróquia de Nossa Senhora de Macacu (1727-1863)*, Biblioteca Nacional, S. de Manuscritos, cód. 14, 3, 7.

14. *Constituições Primeiras*... Livro III, Título XI.

15. A alforria em pia batismal de escravos adultos era muito rara, em nosso levantamento só encontramos um caso.

matriz, disse que dava liberdade a sobredita inocente Maria, como se de ventre livre..."

Essas manumissões, que podiam ser gratuitas, onerosas, condicionais ou não, constituem séries documentais duplamente importantes, pois, por um lado, possibilitam a análise da evolução das alforrias de pia em relação ao conjunto dos batizados de crianças escravas; por outro, permitem que se completem as informações cartoriais, nem sempre abrangentes quando se trata da manumissão de crianças cativas¹⁶.

2 - A libertação da criança

As alforrias de pia eram concedidas mais comumente às crianças cativas do meio urbano (Tabela I). Ao contrário do que ocorria nas libertações de adultos, dificilmente o senhor exigia algum pecúlio ou prestação de serviço por parte do alforriado (Tabela II).

Em parte essa diferença devia-se ao baixo preço dos escravinhos e ao fato da libertação condicional de recém-nascidos implicar que os senhores aguardassem vários anos até que pudessem usufruir de seu trabalho¹⁷.

Para os proprietários, a libertação de uma criança escrava não acarretava grandes prejuízos, aliás os bebês cativos, como os rebentos de mulheres livres, morriam em grande número ainda nos primeiros meses de vida. A imperícia das parteiras, a má escolha dos alimentos na época do desmame ou, então, as doenças infecciosas e parasitárias comuns à primeira infância causavam verdadeiras hecatombes entre os jovens cativos¹⁸.

O estudo das paróquias de documentação mais completa indicou que o movimento de manumissões de crianças

TABELA I

ALFORRIA DE CRIANÇAS ESCRAVAS NO RIO DE JANEIRO (1800-1870)				
Paróquia	Região	Nº Abs. de Alf.	Nº Abs. de Bat.	%
São José (1800-1870)	urbana	603	10.675	5,6
Candelária (1804-1807)	urbana	27	773	3,4
Inhaúma (1821-1825)	rural	3	115	2,6
Jacarepaguá (1800-1870)	rural	148	6.380	2,3

TABELA II

CONDIÇÕES DA ALFORRIA			
Paróquia	Região	% Alf. Gratuitas	% Alf. onerosas
São José (1800-1807) (603)	urbana	91,0	9,0
Candelária (1804-1807) (27)	urbana	85,1	14,9
Jacarepaguá (1800-1870) (148)	rural	90,5	9,5

acompanhou as transformações sofridas no tráfico internacional de escravos (Gráfico I). Num primeiro período, compreendido aproximadamente entre 1800 e 1830, e caracterizado pelo incremento de importações de escravos, tivemos um aumento no número de alforrias; de 1830 a 1850, sob a influência da legislação antitráfico, a libertação tornou-se rara¹⁹. Com o fim da importação de africanos, a média anual de manumissões caiu ainda mais, a não ser no quinquênio da Guerra do Paraguai, mudança que pode ser atribuída às repercussões ideológicas do decreto de 6 de novembro de 1866, que alforriava os escravos combatentes. Essa medida, acompanhada da exigência de que o país vencido abolisse a escravidão e do reconhecimento legal da questão servil na Fala do Trono

de 1867 foram fatores que, como ressaltou Joaquim Nabuco²⁰, influenciaram a opinião pública, abrindo caminho para a Campanha Abolicionista. Em suma, se compararmos o movimento das alforrias com o de nascimentos constatamos uma certa evolução simétrica (Gráfico I e II) sugerindo o seguinte: à medida que iam sendo criados obstáculos legais para o tráfico, os senhores diminuam o número de manumissões ao mesmo tempo que estimulavam a reprodução local da população escrava. Esse estímulo, porém, não conseguia superar a barreira da mortalidade, que na altura do fim do tráfico apresentava índices bem mais elevados do que os de natalidade²¹.

GRÁFICO I
ALFORRIA DE CRIANÇAS ESCRAVAS
RIO DE JANEIRO 1800-1870

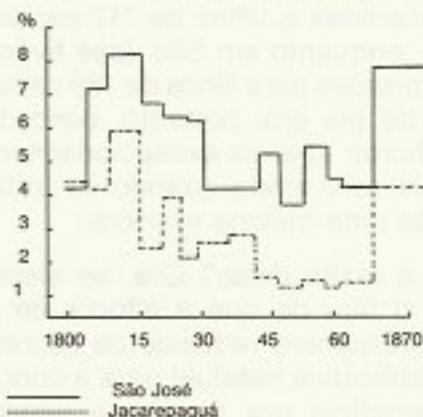
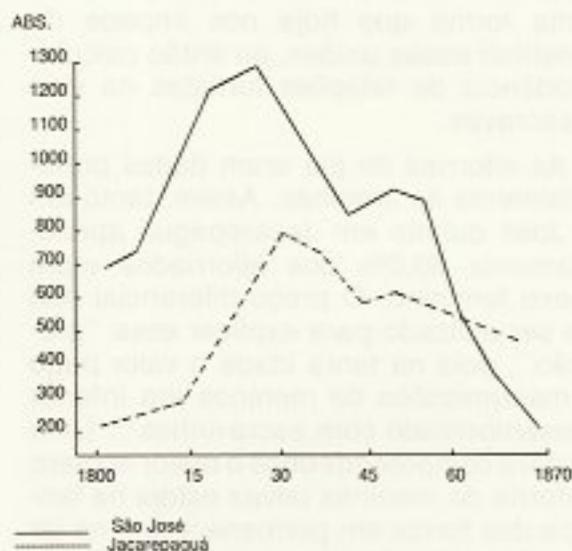


GRÁFICO II
BATISMO DE CRIANÇAS ESCRAVAS
RIO DE JANEIRO 1800-1870



OBS. O declínio acentuado do número de batizados na paróquia de São José teve origem no desmembramento dessa paróquia nas décadas de 30 a 50.

É curioso observar que o aumento do número de crianças cativas não passou por uma deliberada valorização da família sacramentada. Através das atas de batismo podemos constatar uma ilegitimidade acima dos 90,0% para as paróquias estudadas. Nos batizados de ilegítimos apenas a mãe comparecia à cerimônia. A ausência sistemática dos nomes dos pais nas atas impos-

16. Para efetuar a pesquisa, foram elaborados três modelos de fichas, dois anônimos e um nominativo. Os dois primeiros foram utilizados no levantamento dos batizados de crianças escravas e de alforrias de pia, o segundo para a transcrição de todos os dados existentes nas atas de manumissões, inclusive o nome e sobrenome dos pais, senhores e padrinhos. Tais fichas constituem uma adaptação dos modelos consagrados pela demografia histórica. Ver M. Fleury e L. Henry — *Nouveau manuel de dépouillement et d'Exploitation de l'Etat Civil Ancien*, Paris, INED, 1965, p. 45 e 184.
17. Do total de 73 alforrias onerosas, 91,5% foram pagas em dinheiro e 9,5% em prestação de serviço por parte da criança.
18. J.R.L. Duarte — *Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil*, tese de doutorado, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, RJ, Typ. Laemmert, 1849, p. 29.
19. Uma possível razão para essa diminuição é o aumento do preço do escravo. Segundo R. Conrad, "em 1825, o preço médio dos escravos comuns no Brasil era de 200 a 250 mil-réis... em 1830 o preço havia mais que triplicado entre 700 e 800 mil-réis para os escravos comuns ou inferiores". R. Conrad — *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, SP, Brasiliense, 1985, p. 77.
20. Joaquim Nabuco — *O abolicionismo: conferências e discursos abolicionistas (1883)*, SP, Brasiliense, 1985, p. 77.
21. O censo de 1849 mostra que entre os escravos do Rio de Janeiro a taxa de mortalidade era de 42,5% e a de natalidade apenas 27,5%. Ver: M.L. Marcilio — *Sistemas demográficos no Brasil do século XIX*, in M.L. Marcilio — *População e sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 203-204.

sibilitava que os visitantes episcopais admoestassem os senhores a legalizarem os concubinatos de seus cativos²², da mesma forma que hoje nos impede de reconstituir essas uniões, ou então calcular a incidência de relações fortuitas na vida das escravas.

As alforrias de pia eram dadas preferencialmente às meninas. Assim, tanto em São José quanto em Jacarepaguá aproximadamente 60,0% dos alforriados eram do sexo feminino. O preço diferencial não pode ser utilizado para explicar essa "predileção", pois na tenra idade o valor pago nas manumissões de meninos era inferior ao desembolsado com escravinhas²³. Uma pista para compreendermos o maior número de alforria de meninas talvez esteja na tendência das forras em permanecerem no lar do senhor trabalhando como domésticas, ao passo que entre os forros o banditismo e a mendicância eram destinos mais frequentes²⁴.

No tocante à origem dos senhores temos uma grande variedade, com proprietários atendendo pelo título de juizes, desembargadores, mosenhores, soldados, cirurgiões, fazendeiros etc. Nas atas não é indicada a cor desses proprietários, mas em compensação sabemos que muitos deles eram ex-escravos (Tabela III). Fenômeno que não era exclusivo da região estudada, e é revelador de uma complexa faceta das relações sociais engendradas pela escravidão²⁵.

TABELA III

Paróquia	Região	CARACTERÍSTICAS DOS SENHORES			
		% Senhor Homem	% Senhor Mulher	% Senhor Forro	% Senhor Livre
São José (1800-1807) (205)	urbana	68,6	31,4	15,9	64,1
Candelária (1804-1807) (27)	urbana	59,2	40,8	33,3	66,6
Jacarepaguá (1800-1870) (148)	rural	63,5	36,5	4,7	35,3

Quanto ao sexo, temos a predominância de senhores, embora o número de mulheres que alforriavam não seja nada desprezível (Tabela III). Consideradas anualmente, as percentagens de alforrias dificilmente ultrapassavam a faixa dos 10,0% do total de nascimentos e eram extremamente dispersas no conjunto dos proprietários. Assim, constatamos que as 134 alforrias gratuitas de Jacarepaguá (1800-1870) foram concedidas por 86 proprietários diferentes, sendo que na paróquia de São José (1800-1815) essa dispersão era ainda maior; nela tivemos 181 libertações gratuitas outorgadas por 158 proprietários diferentes. Os poucos senhores que libertavam mais de uma criança raramente escolhiam os filhos de uma mesma mulher; em Jacarepaguá as 134 alforrias gratuitas foram concedidas a filhos de 117 escravas diferentes enquanto em São José tivemos 181 manumissões para filhos de 169 cativas. A alforria de pia era, portanto, concedida pelos senhores apenas excepcionalmente, sendo mais raro ainda quando se tratava de filhos de uma mesma escrava.

Qual a razão disso? Ora, se atentarmos para o fato de que a alforria de pia envolvia um número reduzido de escravos e que a justificativa habitual para a concessão do benefício era dos bons serviços prestados pela mãe da criança, chegaremos facilmente à conclusão de que essas manumissões atingiam, na maior parte das vezes, os filhos das escravas domésticas, das mucamas prediletas das famílias senhoriais. Isto era ainda mais acentuado no meio rural, onde constatamos que perto de 80,0% das mães que conseguiam alforria gratuita para os filhos eram crioulas.

Em 1870, existiam 16 mil escravas domésticas no Rio de Janeiro²⁶. Aos cativos cabia a maior parte dos serviços do lar, como dizia a viajante Ina Von Binzer: "é um cocheiro preto quem nos conduz, uma preta quem

nos serve, junto ao fogão, o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca”²⁷. A mulher negra era responsável pelos afazeres domésticos, além de eventualmente trabalhar como quituteira, aguadeira, costureira ou mesmo como prostituta. Para essas escravas a liberdade de pelo menos um filho estava dentro do leque de possibilidades.

Por vezes as atas deixam ver como relações de intimidade entre senhores e cativas domésticas conseguiam se sobrepor à lógica da dominação:

“Aos vinte e oito do mês de janeiro de mil oitocentos e vinte e sete anos nesta matriz de São José do Rio de Janeiro batizei e pus os Santos Óleos a Miguel, inocente, nascido a vinte e sete de agosto do ano próximo passado, filho natural de Miguel Antônio da Conceição e de Maria, escrava do mesmo, o qual disse em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas que reconhecia o dito inocente Miguel por seu filho, como lhe houvesse de legítimo matrimônio...”

Em nosso levantamento constatamos também que nas alforrias gratuitas o com-

padrio tinha pouca importância. Na paróquia de São José somente 10,0% dos senhores foram escolhidos como padrinhos das crianças que alforriaram gratuitamente, e em Jacarepaguá esse percentual abrangeu apenas 6,3% dos proprietários. Já nas alforrias pagas, o compadrio com pessoas livres desempenhava um papel importante. Assim, de 24 manumissões onerosas da paróquia de São José entre 1800 e 1815, 15 implicaram dispêndio monetário por parte dos padrinhos, o que por sinal lembra uma conhecida observação de Rugendas: “há no Brasil, para muitos negros um outro meio de conseguir a liberdade... é o costume que têm as negras de convidar gente de certa categoria para padrinhos de seus filhos, o que ninguém tem coragem de recusar, sem provocar um descontentamento geral... O pequeno escravo está quase assegurado da aquisição da liberdade pelo padrinho, o que é tanto mais fácil quanto o preço de um negrinho é insignificante”²⁸.

Por outro lado, o dispêndio de escravos na compra da alforria de seus descendentes era algo raríssimo. Em um universo de 380 manumissões, localizamos duas

22. Com base na seguinte determinação: “Conforme o Direito Divino e Humano os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhes não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente”. *Constituições Primeiras...*, livro I, Título LXXI.

23. *Preços de crianças escravas nas alforrias pagas (em mil-réis)*

	n.º de casos	meninos	n.º de casos	meninas
Rio de Janeiro (1800-1815) (paróquia de São José)	13	20\$000	11	29\$000
Salvador* (1819-1820)	11	33\$000	12	36\$000

* Fonte: K.Q. Mattoso, H.S. Klein, S.L. Engerman — Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia (1819-1888) in J.J. Reis (org.), *op. cit.*, p. 70.

24. M.C. Karasch — *Slave life...*, pp. 528-539.

25. Estudando esse fenômeno, F.V. Luna e I. Del Nero da Costa encontraram, na Vila Rica do século XVIII, cerca de 10% de forros na camada dos proprietários de escravos. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos in *Ciência e Cultura*, v. 32(7), 1980, p. 837.

26. E.M. Lobo — *História do Rio de Janeiro*, vol. II, RJ, IBMEC, 1978, pp. 377 e 411.

27. Citado por Miriam M. Leite (org.) — *A condição feminina no Rio de Janeiro - século XIX*, SP, Hucitec/Pró-Memória, 1984, p. 95.

28. J.M. Rugendas — *Viagem pitoresca ao Brasil*, 4.ª ed., SP, Ed. Martins, 1949, p. 190.

48

mães e dois padrinhos comprando a liberdade dos respectivos filhos e afilhados.

3 - Considerações finais

As constatações relativas à alforria de pia confirmam outras pesquisas sobre a prática da manumissão. Mais uma vez verifica-se que a alforria onerosa, paga em dinheiro ou mercadorias, era minoritária. Dado que, em parte, coloca em questão a importância que se tenta atribuir ao pecúlio acumulado pelos escravos como fator de transformação da sua condição social²⁹.

Apesar do baixo preço dos escravinhos, os pais raramente puderam comprar a liberdade dos filhos. Na quase totalidade

dos casos a alforria foi fruto da boa vontade do senhor, constituindo uma das variáveis do jogo de prêmio e castigo característico da dominação senhorial; pois, embora essa prática atingisse apenas uma pequena e selecionada parcela, ela permanecia como uma possibilidade teoricamente aberta a todos os filhos de cativos, vinculando-se sobretudo ao bom comportamento dos pais. Para os negros a alforria em pia batismal abria um campo de negociação com os proprietários, permitindo-lhes efetivar certas estratégias no sentido de conseguir a libertação de seus descendentes. Essa liberdade, porém, por ser fruto na esmagadora maioria das vezes de uma concessão paternalista, acabava por constituir um reforço do poder senhorial.

29. Ao analisar o papel do pecúlio acumulado pelos escravos através da produção e comercialização de alimentos e pequenos animais, Ciro Flamarion Cardoso, apesar de ser um crítico implacável da utilização de expressões vagas e imprecisas, refere-se a "diversos casos de alforrias compradas pelos escravos durante o século passado" ou ao fato dessas manumissões terem aumentado "significativamente... na década de 1870". Ao usar esses termos sem nenhuma informação de natureza estatística, o autor, além de contradizer seus próprios postulados de fidelidade à quantificação, sugere uma falsa apreciação sobre o peso efetivo das alforrias pagas pelos próprios cativos. Ver: C.F.S. Cardoso — *Escravo ou camponês: o proto-campesinato negro nas Américas*, SP, Brasiliense, 1987, pp. 105-107.

MODERNIDADE E POLÍTICA

Eustáquio Teixeira Gomes

(Jornalista e escritor, autor, entre outros,
dos romances *A febre amorosa* e *Jonas Blau*).

Abril de 1927. Com um capital de 30 contos e equipamentos arrematados da massa falida de uma pequena companhia cinematográfica, um grupo de operários de Campinas lança-se à aventura de produzir um filme. *Mocidade Louca* estréia quatro meses mais tarde, contando a história de um rapaz do interior que, de posse do automóvel do pai, parte em busca de emprego na cidade grande — pitorescamente, a provinciana Campinas. A caminho, o acaso trabalha a seu favor fazendo-o espectador de um acidente em que uma jovem, na direção de uma baratinha, sai da estrada ao desviar-se de uma vaca e mergulha no rio. O rapaz resgata a moça e é recompensado pelo pai dela com um alto cargo na fábrica de seda da qual é proprietário. Seu heroísmo se cristaliza quando vem a salvar a fábrica de um incêndio ateadado por gângsteres a mando da concorrência. O resto da história se dissolve em beijos discretos e um casamento faustoso¹.

Teriam tido os operários da *Selecta Film* consciência de que, sob a simplicidade da história de Newton Rios — jovem herói rebelde — ocultavam-se alguns dos mitos e aspirações da modernidade dos anos 20? E de que essas aspirações, tendo

finalmente chegado à província, refletiam o movimento espiritual das metrópoles internacionais e, mais que isso, o espírito do tempo embutido nos signos das vanguardas européias das duas primeiras décadas?

Conscientemente ou não, o fato é que o filme exaltava — como no Manifesto Futurista — “a revolta e o amor ao perigo”, utilizando como instrumento de ruptura “a beleza da velocidade” (o automóvel), que ao entrar em choque com o passado agrário (a vaca) franqueia a ascensão social do herói sob o rumor estimulante das linhas de produção e, finalmente, solidifica seu êxito no calor da moderna competição industrial.

Bem ou mal, os totens da modernidade desde Baudelaire estão aí reunidos sob a capa ingênua de um argumento romântico. Mas o que a intencionalidade da história revela é um desejo moderno: o de conferir à província *status* de metrópole e, com isso, inseri-la na dinâmica do século cosmopolita. Não era outra a aspiração dos barões do café que cruzavam regularmente o Atlântico a bordo do navio *Orénoque* e, muito antes deles, dos intelectuais que vice-

1. *Mocidade Louca* estreou no então recém-inaugurado Cine República de São Paulo em 9-11-1927. O original foi destruído num incêndio em 1944. Aparentemente não havia cópias. Ver, a propósito, tese de mestrado de Carlos Roberto Rodrigues de Souza — *O cinema em Campinas nos anos 20 ou uma Hollywood brasileira*, ECA/USP, São Paulo, 1979.

javam à sombra da política republicana e dos pequenos jornais. "Não está longe o dia", escreve um cronista de 1924, "em que poderemos, artisticamente falando, fazer descansar Campinas na ponta da Torre Eiffel"². Era a província tentando negar a si mesma a aspiração de ser a *polis* no mais alto sentido europeu: da ponta de uma torre de cartão postal, descortinar o *axis mundi* da cultura dos *twenties*, isto é, Paris.

É significativo que, 40 anos antes, nos estertores do Império, tenha partido de Campinas o libelo separatista que, lançando mão de argumentos políticos, contábeis e até biológicos, intentava plantar a idéia de uma "pátria paulista" tão viável quanto a Dinamarca, a Suíça e a Grécia³. Com efeito, São Paulo ostentava, já então, uma receita orçamentária maior que a desses três países, cujas populações eram, em comparação, ligeiramente mais numerosas. Alberto Sales, o autor do libelo, almejava para São Paulo o prestígio de nação européia. Afirmava, com isso, seu intenso desejo de aproximar-se do eixo do mundo atirando a província cafeeira no vórtice do industrialismo e da fermentação das grandes idéias. Bem podia caber a Campinas o papel de uma Zurique temperada.

Para essa atmosfera de idealização cosmopolita contribuía certamente o incremento da mão-de-obra européia a partir de 1890, quando esse contingente já representava 21% da população local. O censo de 1918 acusava a presença de 24.515 estrangeiros em meio a uma população nativa de 80.497 habitantes, ou seja, uma fatia de quase um terço. Por volta de 1910, esses estrangeiros não só estavam perfeitamente estabelecidos no mercado de trabalho como muitas vezes detinham o próprio sistema de produção. A segunda economia do estado mantinha-se à custa da lavoura cafeeira mas também de numerosas caldeirarias, olarias, refinarias de açúcar, gráficas, alfaiatarias, sapatarias,

relojoarias, livrarias, farmácias, corretoras de café, casas de câmbio e lojas de tecido que se espalhavam pelas ruas centrais e pela periferia. Nesse mesmo ano um levantamento da prefeitura indicava que dos 6.188 prédios do perímetro urbano, mais da metade pertencia a cidadãos portugueses, italianos, alemães, espanhóis, franceses, americanos e ingleses⁴. É um truismo dizer que o padrão econômico trazido ou aqui conquistado pelos imigrantes levou os nativos a uma imitação compulsiva de seus padrões culturais.

Mas os próprios padrões da cultura européia estavam mudando e a aristocracia da província, viajada e lida, não estava alheia ao violento processo de aceleração histórica que se preparava. Já em 1878, dois anos após o anúncio da invenção do telefone por Graham Bell, promovia-se uma demonstração do aparelho na cidade, e em 1884 a Empresa Campineira de Telefones obtinha permissão para assentamentos de linha e abertura do registro de assinantes. Muito expressivamente, a primeira linha ligava a companhia telefônica a uma redação de jornal.

A defasagem de dois anos parecia corresponder à distância que separava da civilização o anseio de modernidade da província paulista. Essa equação se repetiu com impressionante regularidade no caso do cinematógrafo — anunciado na Europa em 1895 pelos irmãos Lumière — que uma companhia de variedades exibiu no Teatro São Carlos em 1897, fazendo-se preceder do seguinte anúncio na imprensa:

Grande ato de magia elegante
DIAPHORAMA UNIVERSAL
em combinação com o célebre
CINEMATOGRAFO
*que reproduz os movimentos da vida*⁵

"Reproduzir os movimentos da vida" já era uma insinuação engenhosa de que — nisto de captar o ritmo humano e até

mesmo de carrear pequenas multidões para as salas de exibição — algo se passava no mundo exterior capaz de modificar o ritmo interno. É possível que tal sensação fosse reforçada pelo alarde acerca do surgimento do automóvel em 1885, da linotipia em 1886, da fotografia em cores em 1891, do trator agrícola em 1892, da radiotelegrafia em 1894, do raio-x em 1895 e do dirigível em plena virada do século. A imagem cinematográfica não só tornava críveis essas fabulosas invenções como as reproduzia diante do olhar provinciano. Já em 1899 se instalava à rua General Osório um salão exclusivamente cinematográfico, com sessões às 19:00h e às 20:30h, sob a organização de um certo Nicola Maria Parente. Exibiam-se documentários do tipo *O panorama da bela Veneza apanhada de bordo de um vapor em marcha* e *Chegada de uma locomotiva com desembarque de muitos passageiros*. O que interessava era a imagem em movimento e, mais que isso, a “magia elegante” do engenho tecnológico. Em 1901, no Teatro Rink, que décadas mais tarde desabaria sobre numerosa plateia, também havia exibições regulares da *American Biograph* e do Cinematógrafo Universal. E foi ainda por essa época que o proprietário da Casa Livro Azul, Antonio Benedito de Castro Mendes, editor e livreiro, adquiriu na Exposição de Paris um bioscópio e certa quantidade de fitas que passou a exhibir em seu sobradinho entre as ruas Barão de Jaguará e Bernardino de Campos. A partir daí multiplicaram-se os empresários itinerantes que se apresentavam em teatros e salões, de modo que, por volta de 1905, o cinema em Campinas já havia se incorporado à rotina das famílias, fossem estrangeiras ou brasileiras.

A tal ponto que o teatro começou a declinar. Sintomaticamente, em 1903, a mesma Livro Azul encomendou a Coelho Neto, então professor do Colégio do Estado em Campinas, uma pequena peça em versos para ser encenada em ambiente familiar. Disto nasceu *A pastoral*, que terminou no São Carlos, com seus 1.200 lugares, que em 1886 recebeu a lendária Sarah Bernhardt à luz de candeeiros. Viam agora cada vez mais D.W. Griffith. Daí que, para gratificar a vaidade de Coelho Neto e embevecer o povo, os Castro Mendes mandaram instalar no teatro uma pequena usina geradora de eletricidade, fazendo estremecer os velhos e pesados lustres a vela. Não demorou para que postes comesçassem a ser levantados nas ruas centrais (a administração municipal não podia ser desmoralizada pela iniciativa privada). Os fios de transmissão foram estendidos no final de 1907. Em janeiro do ano novo giraram os ventiladores de teto da Casa Barsotti, um bar da rua Barão de Jaguará freqüentado pela intelectualidade republicana. Luminárias de arco voltaico davam ao centro um aspecto de *diaphorama* e os transeuntes zebrados pelo neon dos anúncios luminosos — que se multiplicavam a cada semana — sentiam-se no interior do próprio cinematógrafo. O comércio começou a abrir à noite e pipocavam os saraus nas famílias abastadas. Era a vitória da luz e, no interior das casas, do ventilador, do banho quente e do fogão elétrico.

A vitória do motor a explosão viria em 1909, quando um Fiat 1901, o primeiro automóvel a rolar pelos paralelepípedos da Barão de Jaguará, estacionou em frente ao Bar Cristofani: vinha dirigido por uma

2. *Gazeta de Campinas*, 8-1-1924.

3. Alberto Sales — *A pátria paulista*, Campinas, 1887 (reeditado pela Editora da Universidade de Brasília em 1983).

4. Cleber da Silva Maciel — *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*, Editora da Unicamp, Campinas, 1987.

5. José de Castro Mendes — *Efemérides campineiras*, *Correio Popular*, 1967.



mulher. Três anos depois, a prefeitura resolveu aposentar os burros da Companhia de Carris, inaugurando uma linha eletrificada. Um cronista da época inventariou esses dias de espanto e exaltação: “Tombaram na voragem do passado o bangüê, as liteiras e outros veículos que foram sucedidos pelos *trollys*, pelas carruagens e pelos automóveis de vertiginosa carreira”⁶. Armava-se o teatro para que pudessem entrar em cena, anos mais tarde, os heróis da *Selecta Film*.

A exposição Segall

Ao senador provincial Freitas Valle, do Partido Republicano Paulista, este cenário da província cafeeira pareceu apropriado para que nele se instalasse uma exposição de quadros modernos em junho de 1913. O artista era Lasar Segall, jovem russo formado nos ateliês do expressionismo alemão, e que três meses antes dera vernissage à rua São Bento 55, em São Paulo, naquela que seria a primeira exposição de pintura moderna da América Latina. A de Campinas foi a segunda.

1913 foi também o ano que Filippo Tommaso Marinetti, o pai do futurismo, preconizou a guerra como “única higiene do mundo” e lançou o maior número de manifestos desse movimento estético. Foi ainda o ano das adesões de Giovanni Papini e Ardengo Soffici à causa futurista. Em Paris,

Guillaume Apollinaire não esconde sua simpatia pela doutrina de Marinetti e escreve o manifesto intitulado *Antitradição futurista*. Ao mesmo tempo, pintores na nova modernidade tomam de assalto salões de quase toda a Europa culta, fazendo adensar uma atmosfera cada vez mais saturada do sentimento de ruptura.

Freitas Valle, que desde a virada do século mantinha um ativo salão literário em seu palacete na Vila Mariana e escrevia versos simbolistas sob o pseudônimo de Jacques d’Avray, pouco ou nada devia saber do “sentimento de ruptura” do jovem Segall. Mas era amigo o bastante da família Klabin — uma irmã de Segall, Luba, era casada com Klabin e morava em São Paulo — para hipotecar apoio incondicional ao novo talento antes mesmo de serem abertos os caixotes com seus quadros. Ao visitá-lo na residência de Berta Klabin dias depois do desembarque, levou consigo o austero crítico de arte de *O Estado de São Paulo*, Nestor Rangel Pestana. E imediatamente tomou providências para cercar do maior aparato possível a estréia paulistana de Segall, carreando para lá secretários de estado, cónsules, jornalistas e um representante do governador.

A história dessa primeira exposição só reforçaria a importância da segunda, realizada três meses depois, em Campinas. A crônica paulistana, que em outras circunstâncias teria sido demolidora, contentou-se em se manter reticente ou então nos limites da cordialidade política. A tônica de Rangel Pestana ficou num meio termo entre a benevolência e a crítica. Para ele o “Sr. Segall” ainda não era “um pintor cuja personalidade se tenha afirmado de um modo definitivo”, mas que, apesar da técnica “às vezes ousada”, fazia crer que se podia esperar dele “um futuro brilhante”⁷. Uma semana depois, *O Estado* sobe alguns tons e mostra-se mais que indulgente, apontando na “bela técnica” de Segall “uma segurança e uma franqueza bem raras em principiantes”⁸.

Da timidez à subserviência, a crítica paulistana esgrimia uma adjetivação cunhada ainda no padrão acadêmico, o que bem mostra o quanto fora apanhada de surpresa pelo insólito da pintura de Segall. Desejosa de legitimar o jovem protegido do senador republicano, mas desconcertada por seu traço deformador, restava-lhe digeri-lo no que ele acaso apresentava de convencional e reconhecível ao olhar tranqüilo do cidadão comum. O crítico do *Correio Paulistano*, jornal ligado a Freitas do Valle e que atuava como porta-voz do Partido Republicano, satisfez-se em realçar as suas “muito boas qualidades”, projetando-as da tela *Sem pai*, “óleo de fatura moderada, mais dentro do espírito impressionista”⁹. O que não fosse moderação — suas “bizarrices” e “exageros”, no dizer do *Diário Popular* — devia ser atribuído ao “temperamento vibrante, impetuoso e esquisito” do pintor, “defeitos que o tempo se encarregará de apontar-lhe”¹⁰. Desreferencializada e anódina, a crítica paulistana foi incapaz de designar pelo nome o que a incomodava, preferindo enxergar erros onde havia intencionalidade e, pior, desculpando-os.

Surpreendentemente diversa foi a reação dos cronistas de Campinas, cidade onde faziam praça uns poucos aquarelistas, a maioria fixadores de cenas rurais. A exposição instalou-se a 14 de junho e permaneceu aberta até 29 no salão do Centro de Ciências, Letras e Artes. Dois dias antes da abertura, o *Diário do Povo*, então o único jornal diário da cidade, tratara de aplinar

o terreno para a entrada em cena do artista forâneo, e o fez segundo uma perspectiva cosmopolita: era a nova arte européia batendo nos arraias de Almeida Júnior, o pintor de caipiras”. O articulista, um certo Guibal Roland, freqüentara a exposição de São Paulo e se dizia “estupefato” com a crítica paulistana, que filiara Segall entre os impressionistas. “Mr. Segall não pertence de maneira alguma a tal escola, protestou, sem contudo decidir-se em qual corrente incluí-lo”¹² — “entre os cubistas” quase chega a proclamar uma cronista do *Comércio de Campinas* que assina simplesmente X e é capaz da seguinte observação, sem dúvida um pouco aleatória, mas perspicaz o bastante para inserir-se num inesperado contexto de atualidade:

“A arte academicamente oficial olhou sempre com desprezo a formação das novas escolas e manifesta uma certa hostilidade para com a chamada cubismo. Não será ela, entretanto, mais expressiva que o impressionismo? A execução do quadro *O violinista* pertence inquestionavelmente à escola do cubismo. E apesar disso, que maravilhosa expressão!”¹³.

Mas ser aleatório em 1913 era perdoável, especialmente se o assunto era a arte de vanguarda européia. Podia-se contar nos dedos o número dos que, no Brasil da época, tinham ainda que ligeiramente ouvido falar de cubismo, futurismo e expressionismo. Daí a vaguidão da crítica paulistana. Mesmo para muitos parisienses o cubismo

6. Leopoldo Amaral — *Campinas: recordações*, Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, São Paulo, 1927, p. 426.

7. *O Estado de S. Paulo*, 1-3-1913.

8. *Idem*, 8-3-1913.

9. *Correio Paulistano*, 2-3-1913.

10. *Diário Popular*, 13-3-1913.

11. *Diário do Povo*, 12-6-1913.

12. Ligou-o a princípio à tradição dos artistas franceses, em seguida a Franz-Hals. Não obstante, Guibal Roland fazia profissão de fé pessoal: “Os seis anos que passei em Paris como chefe de atelier da Academia de Mr. Humbert, membro do Instituto, deram-me hábito suficiente para afirmar o que precede”.

13. *Comércio de Campinas*, 15-6-1913.

era ainda obscura novidade, só vindo mais fortemente à tona em 1913 graças aos artigos de Apollinaire e a seu famoso manifesto, Braque e Matisse. Pois se até mesmo o lisboeta Mário de Sá-Carneiro, recém-instalado em Paris, declarava em carta a Fernando Pessoa sua perplexidade carregada de fascínio diante do que lhe era dado ver: "confesso-lhe que, sem estar doido, eu acredito no cubismo"¹⁴. A atitude crítica para com a nova escola, mesmo entre sensibilidades predispostas ao novo, ainda era a da necessidade de crer na sua existência real. Na América Latina, com o oceano de permeio, como tomar conhecimento instantâneo do que ia tão longe e era apenas virtual?

Não obstante, havia gente na província cafeeira que o sabia ou porque viajava e trazia notícias frescas ou porque lia os catálogos franceses da Casa Genoud e encomendava publicações¹⁵. Abílio Álvaro Miller, do *Comércio de Campinas*, semanário de quatro páginas que ia às ruas aos domingos, soube ver em Segall "o pintor das almas" capaz da "tradução psicológica na natureza observada", sendo a sua arte "uma como que objetivação, em parte, dos seus próprios sentimentos"¹⁶. Ao identificar nele o pintor de "estados de espírito", Miller, que era professor de lógica, faz não menos que caracterizar com razoável exatidão os elementos expressionistas da pintura de Segall, quando não do expressionismo em si¹⁷.

Sabia disso porventura o senador Freitas Valle ao escolher Campinas para sediar a segunda exposição Segall no Brasil? O mais provável era que se fiasse na boa disposição da aristocracia campineira e na camaradagem cultural do Partido Republicano, que tinha raiz sólida na sociedade local. De resto, não há elementos para fazer presumir que o próprio senador, apesar de ser o poeta e performático que nove anos depois viria a apoiar os modernistas de São Paulo, tivesse consciência do papel histórico que desempenhava em favor do

nec plus ultra da arte européia na província paulista. Sete dos quarenta e um quadros expostos no Centro de Ciências ficaram na cidade, a maior parte em mãos republicanas, mas não há notícia de que, nos anos seguintes, houvessem deixado traço em qualquer dos pintores locais, que continuaram tão provincianos e ruralistas como antes. Ter gente viajada e bem informada é uma coisa, outra é contar com artistas sintonizados com o espírito internacional. Levava ainda alguns meses para que isso acontecesse.

A cidade em 1920

Mais que culturais, podem ter sido razões políticas as que levaram Freitas Valle a escolher Campinas para sediar a segunda exposição de Segall. "Excêntrico, imaginativo e perdulário"¹⁸, o senador servia-se da influência parlamentar para favorecer artistas amigos seus, mas sabia, ao mesmo tempo, valer-se da arte para abrir caminho no cipoal político da Primeira República. Em 1916, por exemplo, ele podia ser visto comandando a ornamentação do Teatro Municipal de São Paulo para o lançamento, com três anos de antecedência, da candidatura republicana de Washington Luís ao governo do Estado. Três anos antes, tratava de não falhar com os Klabin e dar ao jovem Segall a oportunidade de uma *reentré*. É de se perguntar por que o senador não elegeu para isso o Rio de Janeiro, caixa de ressonância muito maior que Campinas, fora o fato de ser na época a Capital Federal.

Talvez temesse o escárnio da crítica *belle époque* do Rio, onde as vinculações políticas dos cronistas de arte, se existiam, não eram facilmente instrumentalizadas. Campinas, ao contrário, oferecia o anteparo de um diretório republicano coeso e grande número de prosélitos endinheirados, alguns dos quais bem plantados na imprensa. A cidade era antigo reduto republicano e crescerá à sombra da política desenvolvimen-

tista do PRP. Na gênese do republicanismo local havia principalmente jornalistas. A *Gazeta de Campinas*, cujo gerente-geral fora José Maria Lisboa¹⁹, contava entre seus colaboradores, nos anos 80, gente como Campos Salles, João Quirino dos Santos, Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense. Alguns desses nomes tinham fumaças de literatos e uns poucos o eram de fato, ao longo de suas atividades políticas e agrárias.

Não foi à toa que a pregação republicana a partir do leste paulista buscou, em primeiro lugar, o ouvido atento da oligarquia rural. A República em São Paulo fez-se principalmente em nome do interesse cafeeiro, cujo vórtice, àquela altura, era Campinas. Basta ver que dos 14 signatários da ata de fundação do PRP em 1872, três eram da cidade e três outros respectivamente de Jundiaí, Amparo e Itu, onde se daria, afinal, o primeiro congresso republicano. E no final do século, dos republicanos filiados no Estado, mais de 30% eram proprietários rurais. A cultura cafeeira desenhava não apenas o mapa geopolítico da província mas também o processo mesmo de ocupação do território paulista, na esteira da ramificação ferroviária.

A conjunção café-ferrovia marcou todo o primeiro período republicano (1889-1930) e serviu magnificamente ao ideário explícito do PRP, que era manter "o partido no poder e ao mesmo tempo, e por consequência, não temer o futuro". A palavra *futuro* cabia

bem ao paladar republicano, bem como a palavra *modernizar*, e em seu nome o partido elegeu sucessivamente 14 governadores (então chamados presidentes) em São Paulo e 4 presidentes da República: Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luís. Não era para menos: o movimento de expansão para o interior resultara, de fato, em notável surto de desenvolvimento material. As propriedades agrícolas no Estado, que em 1904 eram em número de 56.921, tinham subido para 163.765 em 1930, isto é, um crescimento de 200%. O fato de que o número de trabalhadores agrícolas nesse período tenha apenas duplicado (415 mil e 907 mil, respectivamente) demonstra o avanço da mecanização da lavoura e do adensamento das populações urbanas. Em 1872, São Paulo tinha uma única cidade com mais de 30 mil habitantes: na Capital em 1920, já eram 34 mil e seu contingente populacional havia crescido, em meio século, 7.393%, contra um crescimento de 448% para a população global do Estado²⁰.

Boca do interior e ao mesmo tempo porta de acesso ao litoral, cabia a Campinas, principal entroncamento ferroviário de São Paulo, tornar economicamente atraente o café da província e viabilizar o rápido escoamento da produção. A maioria dos 837 fazendeiros da região tratava de acelerar a mecanização de sua lavoura e trocar o cabriolé pelo automóvel. Em 1915 já se noticiavam atropelamentos nas ruas centrais da cidade. Entre 1913 e 1925, o número

14. Mário de Sá Carneiro — Carta de 10-3-1913. In *Cartas a Fernando Pessoa*, Edições Ática, Lisboa, 1973.
15. Estabelecimento fundado em 1876 pelo francês Alfred Genoud era ao mesmo tempo livraria, tipografia, perfumaria e editora. Orgulhava-se de ter uma filial em Paris. Nos anos 20, foi quartel-general de escritores, jornalistas, poetas e músicos. A casa encerrou suas atividades em 1940. Alfred Genoud suicidou-se.
16. *Comércio de Campinas*, 17/6/1913.
17. A propósito da presença de Segall em Campinas e no Brasil em 1913, ver: Vera D'Horta Beccari — *Lasar Segall e o modernismo paulista*, Brasiliense, 1984.
18. João do Rio em *Pull-Mall-Rio* exalta o seu refinamento e magnanimidade ("Freitas Valle, o Magnífico"), comparando-o ao *Des Esseintes de Huysmans*.
19. José Maria Lisboa dirigiria mais tarde *A Província de S. Paulo* e o *Diário Popular*, que aliás fundou.
20. José Ênio Casalecchi — *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*, Brasiliense, 1987, pp. 178-179.

de veículos a motor havia subido de 71 para 4.411. No primeiro quarto de século, a população duplicara. Metade dos trabalhadores de ambos os sexos dedicava-se agora às atividades urbanas. Desde 1918 a indústria vinha dando saltos e a cada mês novos alvarás eram retirados na prefeitura para a instalação de fábricas automatizadas para a produção de chapéus, tecidos, camisas, fitas, rendas, objetos de tocador, sabões, tintas, cerveja e bebidas finas. A casa Genoud importava livros da Europa, a Casa Livro Azul importava pianos — em 1930, cerca de 900 pianos tinham sido importados para adornar as salas-de-estar da província. Era natural que pululassem as pianistas precoces e, vez por outra, algum talento real; Ophelia Nascimento e Estela Epstein passaram a adolescência nesse ambiente saturado de tecladistas e declamadoras profissionais que se apresentavam ao som de Liszt, Stojowski e Saint-Saens.

Os anos 20 se iniciam com uma grande derrubada de cortiços no perímetro central, fato celebrado com alarde cívico pelos que há muito reclamavam o alargamento de ruas e a urbanização da cidade. Ao mesmo tempo, estes queriam dar conta do problema da habitação em padrões de escala, pretendendo emprestar a Campinas ares metropolitanos. Registra um editorialista da época, não sem ufania, que “a cidade se desenvolve assombrosamente, há por todos os lados uma ânsia de grandeza, cuida-se do aumento das indústrias, propaga-se a febre do avançamento, sente-se a vida intensa que há por aí e, no entanto, o problema tétrico da falta de habitações quer, como um polvo, apertar em seus tentáculos todas essas seivas latentes²¹. E indaga: “Por que não se funda aqui uma empresa com grandes capitais e com um plano moderno de urbanismo, capaz de favorecer a todos?” Mas há também os que, diante dos “*bungalows exóticos*” que vão surgindo nos novos loteamentos, “como artefatos de encarcerados”, imaginam-se desde já tragados na voragem da cidade grande e seriada, o que,

longe de expressar um real sentimento de perda, antes simula o orgulhoso desejo de dar adeus ao passado:

“Os bairros afastados, os recantos melancólicos perdem a doçura tristonha das chácaras enormes como latifúndios onde as mangueiras debruçadas sobre as taipas estendiam num gesto amigo a sombra dos seus galhos, peçados de frutos (...) Hoje os bondes passam zunindo (...). Dentro do tempo, que é imóvel, nós vamos passando; passemos, pois, com as coisas mudáveis; quem se detém corre o risco de se encontrar sozinho e velho num mundo perpetuamente novo”²².

No entanto, trata-se ainda da cidade onde a fumaça dos fordes se mistura ao odor do bucho e da carne vendida a domicílio, dos leiteiros que ordenham vacas e cabras à porta das casas, dos tripeiros com suas cornetas de chifre anunciando miúdos de gado, dos sírios em carros envidraçados puxados a burro com suas quinquilharias de armarinho, dos vendedores de cuscuz, dos verdureiros e dos santeiros, dos “folheiros que se fazem anunciar batendo em frigideiras de ferro”, vendendo ou conserutando bacias, cafeteiras, canecas e urinóis²³. Era a urbe dinâmica e já barulhenta, mas com um colorido de feira agrária. Ainda se matavam cobras no meio das ruas.

Ao visitar Campinas em 1929, Humberto de Campos impressiona-se com o espetáculo imponente de “cerca de quinhentas moças trabalhando divididas em quatro ou cinco seções no edifício vasto e amarelo” da Fábrica de Sedas Nacional. Mas o que mais o seduz é a atmosfera tranqüila de “cidade secundária”, sem a presença (para ele desagradável) “dessa população adventícia de soldados e funcionários”. Sua afeição turística era de natureza moral e burguesa, isto é, ele havia descoberto “a terra ideal para a formação de um lar”. E observa: “As famílias têm (aqui) o zelo da sua reputação, podendo, ao mesmo tempo, ministrar às moças uma educação

perfeita e honesta"²⁴. Não sabia ele porventura que era essa reputação da ordem provinciana que os campineiros, vítimas da inquietação da época, desejavam arruinar.

Em nome da modernidade

Em 1920, eleito Washington Luís para o governo do Estado, crescentes eram os focos de insatisfação com a política oligopólica do PRP. A lavoura cafeeira ensaiava entrar em crise e o custo de vida alcançaria níveis inéditos nos primeiros anos da década — 163,8% em 1920, 167,9% em 1921, 184% em 1922 e 202,8% em 1923²⁵. O surto de progresso material não encontrava correspondência, por exemplo, na educação: apesar de toda a retórica do PRP, mais de 70% da população do Estado continuava analfabeta.

Para combater a oposição emergente, o partido não hesitava em usar a truculência. Além disso havia notícias de fraudes eleitorais por toda parte. Juó Bananére, o cronista de *O Estado de S. Paulo* que escrevia em linguagem macarrônica, alcunhava Washington Luís de "il Mussolino di Macaé", comparando seus métodos aos do ditador fascista²⁶. Tais métodos se assemelhavam também em outro aspecto: onde era conveniente a barbárie ceder lugar à civilidade, isto é, nos centros da província que aspiravam à modernidade ou julgavam tê-la alcançado, o PRP fundava jornais ou estimulava o alinhamento dos já existentes. Em vez dos punhos, passava a bater com sofismas. Basta ver os números: entre 1920 e 1929, surgiram no estado cerca de 500 novos jornais e revistas, a maioria tendo desaparecido na voragem da Revolução de 30 ou mesmo antes²⁷.

A comparação com Mussolini se mostraria, anos mais tarde, bastante inadequada e injusta para com Washington Luís, mas na época tinha sua graça. Eram ambos exímios executores de pontes e estradas. E ambos tinham em comum o fascínio pelo futuro, o que é sempre uma maneira de pretender por antecipação um lugar na memória coletiva. Não por acaso, em 1919, o *duce* redigi a plataforma do fascismo com entrecchos do *Manifesto Futurista*, proclamando que "o mundo moderno precisa antes de tudo de poetas". Era um modo sutil de doutrar o conservantismo duma aura benéfica de modernidade estética, o que, conforme se verá, o PRP saberia fazer muito bem entre nós.

Eis que Washington Luís, tratando de driblar a ambigüidade de "um regime que ao ser republicano era oligárquico", e de "uma sociedade liberal e ao mesmo tempo discricionária"²⁸, elegeu-se prometendo mudanças radicais, entre elas a transformação do sistema agrícola. Investiu pesado na construção de estradas, o que — sinal dos tempos — era uma exigência do automóvel. Chegar às lavouras e modernizar o sistema de escoamento requeria, antes de mais nada, vias de acesso.

A primeira grande estrada que lhe coube inaugurar ligava justamente a capital do Estado à "capital agrícola do leste". Cerca de 1.200 homens foram empregados na sua construção. Tinha uma extensão de 108 quilômetros — quatro a mais que a estrada de ferro — 80% dos quais lavrados em apenas nove meses. Apesar da poeira ou da lama, seu trajeto podia ser coberto em duas horas e meia. Para inaugurá-la com estardalhaço e pompa, desembarcava

21. *Gazeta de Campinas*, 19-1-1924.

22. *Idem*.

23. José de Castro Mendes — "Usos e costumes, in *Correio Popular*, 10-1-1968.

24. Humberto de Campos — *Diário secreto*, Edições O Cruzeiro, 1954, vol. 1, p. 376.

25. Casalecchi — *op. cit.*, p. 155.

26. *O Estado de S. Paulo*, 13-2-1924.

27. Casalecchi — *op. cit.*, p. 179.

28. *Idem*, p. 184.

em Campinas no dia 1.º de maio de 1921, cercado de vasta comitiva, o presidente provincial em pessoa.

Humor e rumor: "A Onda"

Não por acaso o mesmo dia viu nascer, separadas por alguns quarteirões de distância, duas novas publicações que teriam a ver, nos quatro anos seguintes, tanto com a política oficial e conservadora do PRP, quanto com as propostas de renovação estética que começavam a se manifestar em São Paulo²⁹.

A *Onda* entrou em cena anunciando-se algo pitorescamente como "a única revista humorística do Estado", esperando tornar-se logo "uma das mais lidas revistas nacionais". O tom *blagueur* não disfarçava o descompromisso com certa seriedade burguesa, como quando propala, já no segundo número, ter rapidamente alcançado os vinte mil assinantes, "contando chegar breve aos quarenta mil". A tiragem da revista, diga-se, não ia além de um escasso milheiro. Ia às ruas quinzenalmente, aos domingos, e podia-se comprá-la a 500 réis em qualquer livraria ou frutaria do centro da cidade. Alardeava ter representante comercial em Santos e na livraria da Estação da Luz em São Paulo. Entretanto, é de se duvidar tivesse tantos leitores quanto dizia ter no interior do estado³⁰. É provável que não passasse tudo de mero e divertido truque mercadológico.

A *Onda* era fruto do entusiasmo tipográfico de um funcionário graduado da agência local da Caixa Econômica do Estado, Domingos de Andrade, e de um auxiliar direto, o humorista Victor Caruso. Andrade pouco ou nada entendia de letras, mas Caruso já era autor de três brochuras impressas na província³¹ e granjeara algum prestígio como tradutor avulso de Trilussa, o poeta simbolista italiano. Tudo leva a crer que foi Caruso quem meteu Andrade na aventura do jornalismo de variedades, alme-

jando, com certeza, a perspectiva agradável de uma editoria de fim de tarde e um veículo aberto a suas próprias produções. Seja como for, como controladores da carteira de empréstimos da Caixa, estavam ambos buscando angariar junto ao comércio local a publicidade de que precisavam para custear a revista³².

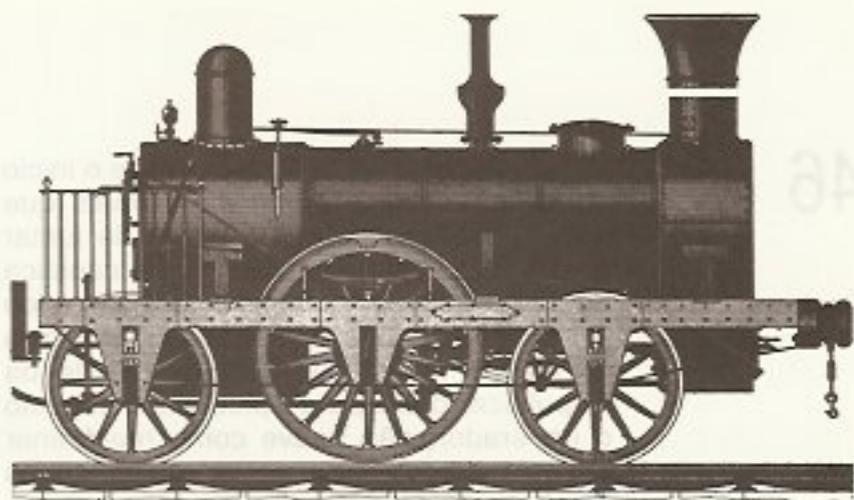
O grupo de colaboradores dessa fase inicial compreendia uma restrita fauna de pequenos literatos e caricaturistas ligados ao comércio local ou ao ensino público que aspiravam ao prestígio intelectual de provincianos maiores como Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia. Não era coisa simples: as publicações capazes de conferir reputação estavam, como ainda hoje acontece, em São Paulo e no Rio, reservadas quase sempre à seleta confraria de jornalistas e escritores. Daí que o projeto de *A Onda*, se não dava asas muito largas à criatividade local, ao menos a desafogava.

Com bom humor e alguma dose de contradição, a revista começava por duvidar, já no primeiro número, de sua própria viabilidade: "Por que não? Tentar é dos mortais e dos *imortais*. Se *A Onda* tiver a sorte da *Silhueta*, da *Semana* e de outras, paciência..." É a voz de Caruso, um vergastador da Academia de Letras (era moda tripudiar sobre os "imortais"), traçando um programa que não se fundava em coisa alguma senão na sátira e na picardia: "A *Onda* alagará com uma cheia de bom humor e graça estas sedentas plagas campinenses afogando aborrecimentos de todos os calibres". De mais a mais, era preciso combater a pasmaceira.

Combatia-a dos fundos da casa Genoud, numa saleta de empréstimo onde só cabiam uma secretária de madeira e um armário de aço de quatro gavetões. Não havia máquinas de escrever, as tiras manuscritas faziam o desespero dos tipógrafos. As capas, em tricomia simples, com ilustrações de Manolo Romano ou do próprio Caruso, eram às vezes preparadas pelo Andrade em pessoa, que pacientemente as recortava em

papelão, segundo depoimento de uma testemunha da época, o jornalista José de Castro Mendes. Recorda Mendes que “além do esforço que já empregava na coleta de material, fotografias, desenhos, anúncios e literatura, aquele homem incansável ainda encontrava tempo para fazer a expedição dos números aos assinantes. Rotulava, subscitava e selava uma enorme quantidade de exemplares, levando para o correio braçadas daqueles rolinhos”³³.

Algum exemplar dessa primeira edição terá chegado às mãos de Washington Luís naquele festivo 1.º de maio, em que a notícia do dia já nem era tanto a inauguração da estrada, mas a faustosa recepção que se daria em sua homenagem no solar das senhoras Alves Pinto? Se chegou, deve tê-lo serenado e auxiliado na sesta. A *Onda* podia não ser uma publicação perrepista, mas seus redatores o eram. Nenhum risco oferecia, pois, à ordem política. Caruso limitava-se a investir contra as solteironas e a fazer a defesa pública dos ombros nus. A capa mostrava uma melindrosa de saia curta e generoso decote, a legenda explicando que o que se vestia agora eram “trajos... de banho de civilização!” Internamente, quartetos do redator-chefe e um soneto de Luis de Lacerda³⁴, dedicado ao próprio Caruso. Pouca coisa mais.



Ouro e espelhos: a “Gazeta”

A outra publicação nascente era a *Gazeta de Campinas*. Não propriamente vinha à luz nesse 1.º de maio de 1921, mas sim retornava a ela após um hiato de 32 anos. Fundada em 1869 pelos irmãos Francisco e João Quirino dos Santos com o apoio de Jorge Miranda e Campos Salles, durara exatos 20 anos em sua primeira fase, o bastante para testemunhar o rápido declínio do Império após o armistício com o Paraguai, mas não o suficiente para vê-lo depor a coroa. Desapareceu seis meses antes, em maio de 1889, durante um devastador surto de febre amarela que dizimou parte da população da cidade e desarticulou não poucas de suas estruturas vivas, algumas para sempre.

29. Contava a cidade, em 1921, com um único jornal diário, o *Diário do Povo*, e dois periódicos de escassa tiragem e sobrevida difícil: *O Ferrão*, pasquim de humor e crítica de costumes, e *O Getulino*, quinzenário da comunidade negra de Campinas. Fora esses havia o *Jornal da Cúria*, *O Mensageiro*, e a *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes*, fundada em 1902 por Coelho Neto quando residia e lecionava na cidade.

30. Entre seu primeiro número e o 16 (25 de dezembro de 1921), a revista anunciou sucessivamente estar chegando a leitores de Jauá, Torrinha, Itirapina, Iguatemi, Piratininga, Tibiriçá, Penápolis, Birigüi, Presidente Alves, Brotas, Americana, Pirajuí, Rio Preto, São Carlos, Calmon, Glicério, Pedemeiras, Araraquara, Guatuporanga, Bauru, Pinhal e Amparo.

31. *Para ler no trem*, poemas, Tip. Casa Livro Azul, Campinas, 1911; *Versos*, Tip. Casa Genoud, Campinas, 1914; *De barriga pro ar*, Tip. Casa Genoud, Campinas, 1915. Até sua morte em 1967, Caruso publicaria mais de uma dezena de outros livros, entre os quais se destacam *Favorina* (1924), *Carusma* (1945) e *Sultão sem mulheres* (1950).

32. O primeiro número estampa anúncios das seguintes firmas: Fundação Maragliano (ferro, bronze e sinos), Auto-Campinas (acessórios para automóveis), Farmácia Central, Casa Maia, Casa Sportiva, Frutaria e Confeitaria Torre Eiffel, Ao Taco de Ouro, Casa Andrade (fábrica de camas de ferro e colchoaria), Companhia Lidgerwood do Brasil e da própria Casa Genoud, onde se imprimia a revista.

33. José de Castro Mendes — *Correio Popular*, 4-9-1946.

34. Professor particular, poeta e boêmio. Segundo Aristides Monteiro, “senhor de uma correta metrificacão neo-parnasiana”. Pessoalmente, “era um tipo meio esquivo e parecia premido por grandes problemas íntimos”.

Seja como for, a *Gazeta* desde o início se definira como reformista e, mais que isso, republicanista culta, capaz de juntar o veio lírico dos Quirinos à pena cáustica de Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense, ambos lecionando em colégios da cidade na época. Com o advento da República, passada a epidemia e deposto o imperador, não houve como reaglutinar os colaboradores de antes, quase todos chamados a desempenhar funções maiores no Rio de Janeiro ou na capital provincial. Um deles, Campos Salles, chegaria à presidência cinco anos mais tarde. A provinciana *Gazeta* já não era tão necessária, rara era a publicação brasileira que não alinhasse com o triunfalismo republicano.

A realidade do início dos anos vinte, entretanto, mostrava já, ao menos na província paulista, a face destoante de uma oposição minoritária mas ruidosa, disposta a cobrar do perreatismo princípios de sua cartilha que haviam sido deixados pelo caminho. Em Campinas, essa oposição era ferozmente conduzida por Álvaro Ribeiro, fundador e redator-chefe do *Diário do Povo*³⁶. Foi para combater essa onda crescente que em 1929 o diretório do PRP municipal decidiu resgatar das cinzas a velha *Gazeta* a partir do espólio de o *Comércio de Campinas*, que vinha agonizando desde a exposição Segall. Essa segunda e última *Gazeta* duraria nove anos: o jornal terminou empastelado em 1930 com a revolução que instalou no governo o futuro ditador Getúlio Vargas.

Não cuidou *A Gazeta*, ao reabrir a partir do número 90, de escamotear seu propósito de fazer proselitismo³⁶. É assim que a primeira página celebra, não o reinício de suas atividades, mas a visita à cidade de Washington Luís, que coincidentemente completava, nesse dia de tantas coincidências, um ano à frente do governo paulista. O editorial do *revival* ficou para as páginas internas e ainda assim sem se afastar da posição vicária de quem renascia para ser-

vir “a uma importante agremiação partidária, representante do modo de pensar de mais de quatro quintos da nossa população”. Ante tamanha universalidade, que estava longe de admitir contestação, alinhava como programa “a defesa de nossas instituições, em tão boa hora implantadas pela gloriosa revolução de 15 de novembro de 1889”. E prosseguia: “fortalecer ainda mais o regime republicano em nosso país, único compatível com seu engrandecimento, eis um de nossos escopos primaciais”. Isso pressupunha uma boa dose de nacionalismo, “mas não nos moldes estreitos de um nativismo incompreensível e impossível em um país novo, ávido de elementos estranhos que lhe venham ajudar a arrotear as terras ferazes, a rasgar vias de comunicação pelos sertões incultos, incrementar as suas indústrias, fabril, agrícola ou extrativa, desenvolver o seu intercâmbio, aumentar todas as suas inúmeras fontes de riquezas”³⁷. Na essência, tratava-se da defesa específica do programa do governo provincial.

Juntando o elogio da severidade administrativa a descrições de liberalidade nababesca, dá o jornal comovido destaque ao cardápio do banquete que se ofereceria ao mandatário aquela tarde, a começar pelas catorze qualidades de vinho relacionadas na ementa. A banda da força pública executaria, à noite, Meyerberr, Cantu e Franchetti, após o que o presidente e esposa se recolheriam aos aposentos das anfitriãs Ana e Ercília Alves Pinto.

A descrição desses aposentos, circunstancialmente transformados em sede de governo, é uma singular pela de estilo rococó. Ao saguão superior do palacete, por exemplo, chegava-se “por majestosas escadarias com seus pesados reposteiros de púrpura”, por entre os quais se entrevia o quarto presidencial “como através de uma nuvem azul”. O aposento da primeira dama tinha “a graça e o encanto de um quarto de noivado”, onde “a madeira das mobílias casa-se suavemente com o tom

cor de rosa velha dos estofos dos móveis e da cama, atenuados pela magnificência das *lingeries* da colcha e das almofadas sabiamente espalhadas pelo tapete. A saleta contigua é amarela; e os magníficos espelhos refletem o brilho de uma luxuosa mesa de *toilette* e a maciez de um fofo tapete de peles”³⁸.

O salão nobre é descrito como “todo em ouro Luiz XV, com as finas tapeçarias, os paraventos de estilo, colunas de alabastro e bronzes artísticos, jarras de preço escondidas sob uma profusão de flores que se refletem vaidosas no cristal polido dos

espelhos”. Tais espelhos, onde “fulgem o ouro das molduras e a brancura de mármore finamente esculpidos”, estão muito próximos de lembrar o cinzel apolíneo e rebarbativo de Coelho Neto, que afinal fazia escola por estes lados e vez por outra aqui voltava para ler conferências³⁹. Era o gênero de estilo que, traduzindo a afetação da aristocracia local e a literatice bem arranjada de uns quantos cronistas⁴⁰, só subsistia por força da linguagem ornamental, tal como o invólucro ideológico do PRP. Tanto mais crepuscular e pressago, tão mais profundamente ameaçado de morte.

35. O mesmo Álvaro Ribeiro fundaria em 1927 o *Correio Popular*, até hoje um dos mais influentes jornais do leste paulista.

36. A *Gazeta* reabriu com 8 páginas tamanho *standard*, a assinatura anual custando 24\$000. Era redator-chefe Ernesto Kuhlman, redator-secretário Galdino de Moraes Alves, cronista de arte Rui Martins Ferreira e auxiliares de redação Benedito Cavalcante, Robert Thut e Álvaro Villagelin. A partir de 1923 Cavalcante assumiria a chefia de redação.

37. *Gazeta de Campinas*, 1-5-1921.

38. *Idem*.

39. A própria *Gazeta* registra, em 2-6-1921, que o prefeito local Rafael Duarte acabara de receber carta de Coelho Neto comunicando sua vinda iminente a Campinas para ler sua conferência “Êsquilo e a tragédia”.

40. A crônica, embora não-assinada, dá indícios de ter sido escrita pelo auxiliar de redação Álvaro Villagelin.

MENNOCCHIO E RIVIÈRE: CRIMINOSOS DA PALAVRA, POETAS DO SILÊNCIO

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
e doutorando em História na Unicamp

Deus está no particular.
(Warburg-Ginzburg)

... um homem se despedaça se afronta a face do Deus.
(Foucault)

No prefácio à edição italiana do seu livro *O Queijo e os Vermes*, Carlo Ginzburg crítica a postura metodológica adotada por Michel Foucault e alguns de seus colaboradores ao tratar do caso Pierre Rivière, camponês francês que matou a mãe, a irmã e o irmão. Ginzburg acusa Foucault de se negar à interpretação e a pretexto de respeitar a diferença da cultura de Rivière acabar apenas silenciando diante dele, ficando numa contemplação estetizante e irracionalista¹.

A princípio nenhuma novidade, pois é o próprio Foucault que explicitamente recusa a interpretação do memorial escrito por Rivière explicando o seu crime. Isto nasce, o que não é esclarecido por Ginzburg, do contexto político e das preocupações que motivaram Foucault a elaborar esta obra. Neste momento Foucault dirige o *Groupe de Informations sur les Prisons* (GIP) que se propõe exatamente a dar a palavra ao preso, ao "criminoso", para que este fale de sua experiência de prisão. Foucault tenta denunciar exatamente o silêncio a que é submetido o prisioneiro; como o poder e seu discurso são a única verdade enunciável sobre estas criaturas silenciadas e como a experiência do crime e o seu potencial de denúncia do poder é domado exatamente por estes discursos que se apropriam do crime e tentam dele extrair a verdade.

O que Foucault tenta ao tratar do caso Rivière é não se deixar aprisionar por esta teia discursiva, ou seja, ele não quer que o seu livro seja mais um discurso da razão a apagar a força e a singularidade do próprio discurso de Rivière. Mas tal atitude significa realmente um irracionalismo estetizante? Foucault realmente se negou a explicar o discurso de Rivière. Mas seria isso, como diz Ginzburg, cair no puro silêncio? A resposta se encontra na própria estrutura do livro de Foucault. Ele reproduz inicialmente todos os documentos encontrados sobre o caso, ou seja, todos os discursos produzidos a partir dele e no final do trabalho foram colocados textos que abordam diferentes aspectos do caso, ou seja, novos discursos que se apóiam, se cruzam ou excluem os discursos anteriores, tentando com isso explicitar a rede discursiva que constitui ou poderá vir a constituir o crime de Rivière, produzindo com isso não o silêncio mas uma explosão discursiva em torno do fato, negando-se em elevar um discurso à condição de discurso da verdade, o discurso que explicaria o acontecimento Rivière.

O que nos chama a atenção é que o caso Menocchio e o caso Rivière guardam entre si muitas semelhanças e que os próprios autores dos dois trabalhos se aproximam em algumas posturas teórico-metodológicas ao tratarem de seus objetos, embora também se afastem profundamente em outras. O objetivo deste artigo será fazer um confronto entre os dois trabalhos, na tentativa de explicitar os caminhos trilhados pelos dois autores, que são caminhos que podem ser trilhados por nós historiadores principalmente ao nos debruçarmos sobre objetos tradicionalmente vinculados à "cultura popular".

Foucault e Ginzburg identificam o surgimento no final do século XIX de um novo paradigma no campo das ciências humanas, o paradigma indiciário. Este operaria através de sinais, de sintomas ou seja de indícios que serviriam para uma aproximação ou apropriação do real como pretende Ginzburg ou para a partir deles se construir o real como quer Foucault. Ai está explicitada uma diferença fundamental entre os dois autores. Embora operem com o mesmo paradigma, o fazem de forma diferenciada. Enquanto Ginzburg opera com os indícios históricos com a pretensão de ser possível a reconstrução do real em sua totalidade, mesmo que esta reconstrução seja sempre atravessada pela subjetividade do historiador e datada historicamente, Foucault parte do pressuposto de que o real é uma construção discursiva, feita tanto no passado como no presente. O historiador não pode tomar os documentos, as fontes históricas como indícios de um real que pode ser desvendado, um real que estaria nas entrelinhas e seria reconstruído pelo historiador. Para ele, a fonte histórica é sempre um monumento, ou seja, uma construção também histórica e discursiva. Ela não é sinal de um acontecimento como quer Ginzburg, embora se remeta a um acontecimento; ela própria é um acontecimento que deve ser explicado².

O discurso para Foucault é em si mesmo um acontecimento histórico, enquanto para Ginzburg ele apenas remete ou representa um acontecimento. Isto vai ter repercussões na forma como tratam as falas de Menocchio e Rivière. Foucault tenta explicar ao longo do seu trabalho como foram possíveis historicamente o discurso de Rivière e todos os outros discursos que o tomaram por objeto e o produziram como sujeito. Sua preocupação é a explicação da teia discursiva e das práticas que a sustentam e não de um discurso em particular, que é por sua vez a preocupação de Ginzburg. Ele parte da teia discursiva sem ter a preocupação de reconstitui-la para explicar a fala de Menocchio através do inventário do que ele teria lido e como teria lido. Enquanto para Foucault o discurso de Rivière é uma construção feita a partir de condições enunciativas historicamente produzidas, algumas delas remetendo a uma cultura camponesa de difícil recuperação e que submetida às nossas racionalizações perderia toda a sua diferença e teria sua singularidade dissolvida, para Ginzburg o discurso de Menocchio é uma elaboração a partir de diferentes fontes, eruditas ou populares, que a circularidade cultural teria possibilitado se fundirem num discurso plenamente possível de ser explicado pela razão, embora às vezes contraditoriamente fale de "um estrato obscuro, quase indecifrável, de remotas tradições camponesas"³.

O crime de Foucault é um acontecimento, o seu discurso sobre o crime é outro acontecimento, que se reenviam e reinventam o outro. Tomar o discurso de Rivière como sinal

1. Ver Carlo Ginzburg - *O queijo e os vermes*, pp. 22-23.

2. Ver Michel Foucault - *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*; Apresentação, pp. XII e XIII.

3. Ver Carlo Ginzburg - Sinais: Raízes de um paradigma indiciário, in *Mitos, emblemas e sinais*, pp. 143-181 e Michel Foucault - A descrição arqueológica, in *A arqueologia do saber*, pp. 153-223.

da realidade de seu crime, como se através de um se pudesse chegar à realidade do outro, é uma postura descartada por Foucault. O memorial Rivière é uma arma discursiva, é na verdade um segundo crime, pois um camponês toma a palavra, fala, usa a razão para explicar racionalmente uma atitude tomada como irracional, como sinal de loucura. O poder ciente disto tenta exatamente domar a força deste discurso, tenta reduzi-lo a seus esquemas explicativos. Ou seja, a psiquiatria ou a justiça ao se apropriarem do discurso de Rivière tentam enquadrá-lo dentro de suas grades conceituais, tentam apagar sua diferença, sua singularidade, sua estranheza, tentam torná-lo compreensível e, portanto, domar a sua rebeldia. É por isso que Foucault nega-se a ter a mesma postura destes discursos⁴.

Menocchio como Rivière era um criminoso da palavra, também o camponês do Friuli se nega a ficar calado, deseja expressar suas verdades a respeito da religião, mesmo que por isso seja morto, como chega a pressentir várias vezes, ele teima em disparar suas palavras-balas, suas flechas enunciativas, que acertam no coração da ortodoxia religiosa e seu aparato institucional. A rebeldia de Menocchio que chega a abalar Sua Santidade é expressa num discurso estranho, que não pode ser enquadrado em nenhum discurso erudito ou popular da época como bem demonstra Ginzburg ao longo do seu trabalho. Ginzburg ressalta o tempo inteiro a diferença, a singularidade de Menocchio e todo o seu trabalho é o de confrontar o discurso de Menocchio com outros discursos e demonstrar que ele não pode ser reduzido a nenhum deles. No entanto, Ginzburg, por não ter a mesma postura metodológica que Foucault, acha ser necessário enquadrar o discurso de Menocchio e ele próprio numa grade conceitual que aprisione esse discurso, o explique e explique o próprio Menocchio. Toda a singularidade e diferença de Menocchio tão ressaltada é dissolvida para que este possibilite “a construção de uma hipótese geral sobre a cultura popular mas precisamente sobre a cultura camponesa da Europa pré-industrial”⁵.

A exigência metodológica de se enquadrar o discurso individual e singular de Menocchio no esquema mais geral de classe termina por tornar o trabalho de Ginzburg contraditório e de certa forma questionar sua própria pertinência.

Já Foucault em Pierre Rivière chama a atenção para o fato de que este camponês se nega a aceitar o lugar que a representação de classe reservava para ele no social. Ao ler, escrever, tomar a palavra, romper o silêncio, Rivière se negava a assumir o lugar que a sociedade reservava para o camponês, o lugar da passividade, da subserviência, da ignorância e da mudez. Menocchio também não era um camponês comum ou típico como o próprio Ginzburg reconhece, ele quer ser ouvido pelas maiores autoridades religiosas e com elas debater suas idéias; ele quer convencê-las de que o discurso da Igreja, tido como o discurso da verdade, está equivocado. Ao se propor ao embate com o “saber instituído”, Menocchio quer romper os limites que o seu lugar de classe impunha, ele não quer representar sua classe, ele quer fugir desta representação, ele quer romper com ela; por isso ao reinseri-lo na classe, como seu representante, Ginzburg termina por fazer aquilo que o discurso inquisitorial e seu aparato punitivo tentou fazer, ou seja, fazer Menocchio reconhecer o seu “lugar”, a ele retornar⁶.

São essas implicações políticas da utilização de uma grade conceitual com pretensão totalizante e que usa categorias homogeneizadoras, por mais que tratem da diferença e da singularidade que Foucault denuncia em seu trabalho. Ele não quer compactuar com o discurso do vencedor e com seus procedimentos, que é exatamente o de reinse-

rir o diferente, o desviante, o "anormal", o singular em discursos que lancem mão de grades conceituais que aproximem o diferente do semelhante, o dissidente e anormal do normal, o singular do repetitivo.

É importante chamar a atenção neste passo para a forma como os dois autores utilizam o contexto histórico que cercam os dois acontecimentos. Ginzburg toma o contexto da Reforma Protestante e da invenção da imprensa como fatores decisivos para se entender a cosmologia de Menocchio. Embora não reduza o fenômeno Menocchio a estas influências, o trabalho de Ginzburg é exatamente entender o sujeito Menocchio como o produto de uma série de acontecimentos e discursos que se cruzam, ou seja, Menocchio termina se explicando pelo contexto mesmo com toda a sua singularidade. Foucault, ao contrário, embora reconheça ressonâncias do contexto nas atitudes de Rivière, não o reduz a estas influências; há sempre algo de estranho e singular que o distingue do meio circundante. Na verdade, a preocupação de Foucault não é explicar as palavras e atos de Rivière, mas como estas palavras e atos foram silenciados⁴.

Não é a produção da palavra que busca Foucault e sim a produção do silêncio, daí o contexto ressaltado por ele ser muito mais o que ressoa nos discursos sobre Rivière.

O contexto não explica Rivière, até porque não existe um único Rivière como sujeito fundante de seus atos e palavras. O que se percebe é que diferentes Rivières vão ser produzidos por cada discurso; o discurso psiquiátrico constrói o Rivière-louco, o discurso da justiça constrói o Rivière-cruel, o seu próprio discurso ora o constrói como um louco ora o constrói como o justiceiro que livra seu pai de suas atribulações. Esse sujeito que ocupa diferentes lugares, que se desloca conforme é tomado pelos discursos, é bem diferente do Menocchio construído por Ginzburg, pois embora Menocchio seja resultado de séries históricas diversas, estas confluem para a formação de um sujeito único e que em alguns momentos é a própria síntese de uma totalidade histórica que representa⁵.

Enquanto para Ginzburg Menocchio será a síntese de suas experiências vai totalizar suas experiências, para Foucault Rivière será produto de suas experiências e das experiências daqueles que o tomam como objeto de discurso e de verdade. Rivière nunca poderá ser uma síntese, ou jamais poderá ser uma totalidade, ele é apenas um ponto de cruzamento de diferentes redes discursivas que falam de experiências as mais dife-



4. Ver Carlo Ginzburg — *O queijo e os vermes*, pp. 30-34 e Michel Foucault - *Eu, Pierre Rivière...*, p. 240.
 6. Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, pp. 11-13.
 7. Michel Foucault - *Op. cit.*, p. 200 e Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, pp. 11-13.
 8. Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, pp. 33-34 e Michel Foucault - *Op. cit.*, pp. 202, 230 e 258.
 9. Michel Foucault - *Op. cit.*, pp. 219 e 220 e Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, pp. 15-34.

renciadas. Rivière não é portanto um objeto que possa ser tomado na sua unidade, ele é diferentes objetos conforme é tomado e recortado de forma diferenciada, recortes estes referenciados por experiências também distintas. A experiência da psiquiatria reconta Rivière, o louco, a justiça trata da experiência de Rivière, o cruel, o criminoso, Foucault a partir de sua experiência política de dar voz aos "criminosos", de dar voz aos silenciados toma Rivière como o "criminoso" da palavra, como o rebelde, o que afronta o poder, como o poeta do silêncio e que por isso merece ser ouvido, educando nossos ouvidos para ouvir não só a estridência das palavras, mas a melodia do silêncio¹⁰.

Restaurar a liberdade da palavra é a proposta política de Foucault em Pierre Rivière, para isto é preciso recuperar os mecanismos e estratégias que produziram o silêncio em nossa cultura. A cultura ocidental se consolidou, como toda totalidade homogeneizadora, produzindo zonas de silêncio, jogando alguns discursos e algumas práticas para as margens, destruindo a força da diferença de alguns saberes. Pierre Rivière é alguém que rompe os limites da ordem enunciativa; sua palavra era tão livre que escapava de qualquer grade conceitual que a tentava enquadrar. Embora sua narrativa se faça dentro dos padrões populares tradicionais e dentro dos ditames da razão, ela contém algo de estranho, algo de irreduzível ao discurso da razão ou mesmo do discurso tradicional. Ginzburg também termina por remeter a fala de Menocchio a um estrato arcaico e indecifrável da cultura camponesa, no entanto para ele, contraditoriamente, a cultura é uma jaula flexível dentro da qual existe um horizonte de possibilidades limitadas, pois se se sai da cultura de seu tempo e de sua classe entra-se no delírio ou na falta de comunicação. Mas do que fala seu trabalho senão de um camponês que também rompeu com os limites da ordem enunciativa, um camponês que se não havia rompido a porta da jaula e falado de fora dela, estava pelo menos forçando esta porta, tentando arrombá-la. Se Menocchio não saiu da cultura de seu tempo — às vezes parece que sim — com certeza saiu da cultura de sua classe, pois o limite classista que Ginzburg quer impor ao discurso de Menocchio nasce de sua postura teórica, mas é desmentida pela própria reconstituição da cultura de Menocchio¹¹.

Foucault não fica no fascínio do exótico e do incompreensível como diz Ginzburg ele apenas se nega a compreender o incompreensível, a mesmificar o estranho, tentar reinserir a todo custo o fragmento indecifrável a um todo que o viria iluminar ou explicar. Foucault assim o faz para evitar o paroxismo de um Ginzburg que remete o indecifrável do discurso de Menocchio a uma cultura camponesa, achando que com isso explicou ou decifrou este fragmento estranho tendo que ficar apenas na contemplação estupefada diante de uma cultura da qual não consegue apreender a lógica, por mais que sua razão tenha a pretensão de tudo interpretar e por mais que se disponha de sinais desta cultura. Não se consegue a partir deste fragmento estranho, que é Menocchio, reconstruir na sua totalidade esta cultura a que se refere Ginzburg, da qual não consegue nem falar. Ou seja, a partir da pretensão de uma razão que pode falar em tudo e da crítica ao silêncio de Foucault, chega-se a outra mudez, mesmo que esta não tenha sido intencional ou metodologicamente sustentada com a de Foucault¹².

Enquanto Foucault faz assim uma crítica à universalidade da razão da sua pretensão de tudo explicar, Ginzburg parte do pressuposto desta universalidade, embora termine por reconhecer o seu limite quando se debruça sobre seu objeto, para na conclusão reafirmar sua crença racionalista.

Esta referência de Ginzburg a um estrato cultural antigo, que servira de filtro a Menocchio para que este reinterpretasse os elementos da cultura da classe dominante que

a ele chegava, fala primeiro de uma certa visão dicotômica da cultura que perpassa por seu trabalho, embora a noção de circularidade por ele usada tente atenuar esta dicotomia, e fala, em segundo lugar, da existência na visão deste autor de uma continuidade que poderíamos chamar de vertical no campo da cultura¹³. Esta postura fica mais clara em seu trabalho *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, onde vai procurar as raízes desse paradigma, surgido no século XIX, ainda com os caçadores da pré-história. Esta transmissão ao longo do tempo de elementos culturais faz com que determinados elementos culturais sejam trans-históricos, passando ao longo da história sem sofrerem modificações; ou quando sofrem, sempre guardando algo do passado. Esta postura é radicalmente oposta à de Foucault que postula uma continuidade horizontal no campo da cultura, ou seja, as continuidades se dão no interior de um mesmo campo discursivo, da mesma *epistémé*, e as continuidades nunca são de um saber ou de um autor para outro, mas no nível das regras de formação dos discursos, dos saberes. A continuidade se dá no nível das práticas e da rede enunciativa e não no dos discursos e dos saberes¹⁴.

Enquanto Foucault busca recuperar a continuidade das práticas que informam saberes diferenciados, Ginzburg busca recuperar a continuidade dos próprios saberes. Ginzburg fala de descontinuidades preocupado em construir continuidades; Foucault busca ressaltar as descontinuidades. Isso de certa forma explica a postura dos dois diante das palavras e dos silêncios de Mennocchio e Rivière. Ressalta-se em Mennocchio as possíveis continuidades que seu saber poderia significar; é deste ângulo que seu saber é interrogado pelos inquisidores e por Ginzburg. Uns querem descobrir se ele é a continuidade de algum saber herético, Ginzburg quer saber se ele é a continuidade do saber de alguma classe ou mais precisamente dos camponeses, em que medida ele era um fragmento perdido de uma totalidade cultural. Para Foucault interessa ressaltar em Rivière as descontinuidades de suas práticas e discursos, como seu saber é rebelde às questões que são feitas por outros saberes, como sua palavra e seus silêncios escorregam de qualquer aprisionamento numa continuidade. O procedimento do discurso psiquiátrico ou do discurso jurídico é exatamente tentar construir continuidades entre suas práticas e em seus discursos de forma que elas venham formar a imagem que cada um quer construir para Rivière. No memorial encontram continuidades entre suas práticas e discurso de "loucura" ou entre suas práticas e discurso de "crueldade", gerando a idéia de predisposição à loucura ou ao crime. Foucault tenta ressaltar toda a ambigüidade e descontinuidade entre os atos e as falas de Rivière. Entre os diversos momentos de seu memorial, Rivière é uma descontinuidade, é um fragmento que não pode ser reinserido em um todo contínuo, mas que como ele remete a diferentes totalidades.

A forma como analisam os discursos de Rivière e Mennocchio se assemelham no momento em que tentam recuperar as diferentes séries discursivas que se cruzam no discurso de um ou de outro, mas se diferenciam no momento em que Ginzburg está preocupado em reconstituir um sistema de inclusão, ou seja, em explicar como estas diferentes séries discursivas são apropriadas por Mennocchio, como ele as funde em

10. Michel Foucault - *Op. cit.*, p. 106 e Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, pp. 48-51.

11. Michel Foucault - *Op. cit.*, pp. 209, 212 e 218 e Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, p. 27.

12. Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, p. 22 e Michel Foucault - *Op. cit.* pp. 289-292.

13. Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, pp. 12-13.

14. Ver Michel Foucault - *As regularidades discursivas*, in *A arqueologia do saber*, pp. 21-87 e Pierre Rivière, pp. 220-221.

um único discurso, ou seja, como ele homogeniza conhecimentos tão dispares. Sua ênfase é pois nas condições de aproximação, de cruzamento, de reelaboração das diferentes séries discursivas, das diferentes matrizes enunciativas que formam o discurso de Menocchio. Foucault por seu turno, está preocupado em reconstruir o sistema de exclusão que caçou a palavra de Rivière, que produziu o silêncio de Rivière, que procurou apagar toda a denúncia embutida em suas práticas. Portanto a ele preocupava recuperar não só as regras de aproximação ou de cruzamento das séries enunciativas, mas também como estas se excluem, como estas procuram produzir o silêncio das outras séries¹⁵.

Recuperar assim a trama discursiva com tudo o que é dito, mas também recuperar as condições que permitem que seja dito é feito por ambos, só que Ginzburg ao não considerar o que é dito como um acontecimento autônomo termina por reduzir o que é dito às condições de sua produção, o que é exigência de sua postura metodológica totalizante¹⁶.

Ambos ressaltam os silêncios como momentos importantes do próprio discurso, embora a ênfase de Ginzburg seja nas palavras. O ressaltar os silêncios em Foucault tem um significado teórico-metodológico decisivo, ou seja, de questionar a pretensão a um discurso total, a um discurso da verdade. O discurso da ciência, tido como o discurso pleno, o discurso que tem como tarefa preencher as lacunas do discurso ideológico, seria o discurso sem silêncios. Ora o que Foucault procura alertar é não só para os silêncios que estes discursos desconhecem, mas para os silêncios produzidos por esta razão universalizante, razão alienante na medida em que desconhece a existência do ponto cego, da explosão do desejo, razão capaz de tudo explicar, de tudo interpretar, ou seja, capaz de acabar com os silêncios, tidos como o momento da falta de saber, da falta de razão em nossa cultura¹⁷.

Trazer à tona a poesia dos silêncios de Rivière, buscar ressaltar os seus silêncios em relação ao discurso da lei, da norma, da regra, não é mostrá-lo como um homem sem cultura, um animal sem instinto, um ser mítico, um ser monstruoso, impossível de ser definido porque estranho a qualquer ordem enunciável, embora por momentos a própria fronteira entre o animal e o humano tenha sido atravessada por Rivière. Mas Rivière transgrediu tantas fronteiras que seria injusto com ele próprio se fixar nesta e a partir dela tecer uma crítica a um trabalho que procurou exatamente recuperá-lo em toda a sua humanidade; um homem completo que não apenas resmungou ou grunhi mas fala, um homem que transgrediu matando outro transgressor — triste ironia. A morte da mãe, transgressora da ordem liberal regida pelos contratos do casamento e da propriedade, é a transgressão da norma social com a prática do crime mais hediondo, o parricídio, que no seu silêncio guardava outra transgressão ainda mais séria, a transgressão ao contrato que fundou a civilização, a proibição à prática do incesto. Seus incestos imaginários o atormentam e o impelem ao crime.

Esta valorização dos silêncios e de sua produção faz com que Foucault realize uma semiologia das sombras, das zonas obscuras ou das opacidades dos sinais. Embora parta do mesmo paradigma indiciário, Foucault não faz uma semiologia do visível, das iluminações apenas, os sinais não são tomados por ele como fragmentos de um real a ser reconstituído como faz Ginzburg; para ele, os próprios indícios ou sinais são construções, eles não são deixados por acaso. Antes de se perguntar que real representam, deve-se perguntar o que fez com que eles representassem esse real. Que estratégias do poder e que relação de poder-saber foram responsáveis pela construção destes sinais.

Com eles pode-se construir um novo real a partir de demandas de poder-saber colocadas pelos momentos históricos¹⁵.

Se Ginzburg teve a pretensão de reconstruir Menocchio e através dele reconstruir a cultura camponesa da Europa pré-industrial, Foucault construiu um outro Rivière ao trazer à tona as diferentes construções que os diferentes discursos referentes a ele fizeram. Com isso Foucault postula para o trabalho do historiador a tarefa de construir um outro discurso sobre o passado, sempre referido pelo presente, que é quem direciona as séries a serem recortadas e os arranjos que são feitos a partir destas séries. Assim como o discurso psiquiátrico ou o discurso jurídico recortaram no memorial Rivière diferentes séries, para construir diferentes Rivières e diferentes crimes, o historiador faz o mesmo com cada fato histórico que toma como objeto, ele o associa a diferentes séries por ele escolhidas e deve ter cuidado em não tomar o fato como dado, mas tentar recuperar as próprias séries discursivas que o constituíram como fato histórico.

Foucault não tomou Rivière como um fato, mas tentou recuperar como se construiu o fato Rivière, o que podemos atribuir também a Ginzburg, que tenta entender exatamente a singularidade que faz de Menocchio um fato digno de estudo. Em Foucault, no entanto, Rivière nunca é mais do que este indivíduo singular, é a sua singularidade que faz dele um poeta do silêncio e um criminoso da palavra, é isto que o torna o homem-denúncia da prisão, das normas, das regras, das leis e da razão. Já Menocchio termina por ter sua singularidade relativizada ao se tornar representante de uma classe, de uma cultura de classe, que embora rebelde, estava no caminho de se integrar à cultura dominante. Afinal, ele não é tão diferente assim, “ele é nosso antepassado”, “ele é um de nós”, está ligado a nós por uma linha de continuidade, e para que isto ocorra é preciso tentar superar as mutilações históricas de que somos vítimas usando a razão, embora tenha sido justamente esta razão que produziu tais mutilações, e ressaltar isto é o objetivo de Foucault. Ginzburg toma a palavra para superar os silêncios, Foucault toma a palavra para ressaltar os silêncios; o primeiro tenta tornar tais silêncios em palavras ditas pela razão, o segundo usa a palavra para denunciar os silêncios produzidos pela razão.

Ambos, de certa forma, fazem poesia e cometem “crimes”, ao usar as palavras e os silêncios de Menocchio e Rivière; se Ginzburg acusa Foucault de populismo, por este ver no discurso da vítima de exclusão social uma alternativa radical às mentiras da sociedade, talvez Foucault acusasse Ginzburg de permanecer preso a uma visão totalizante e homogeneizadora da história, que desconheceu e desrespeitou a vítima da exclusão social, caminhando em muitas circunstâncias para propostas políticas integradoras e totalitárias, embora baseada num discurso libertário, de alternativa radical à sociedade.

15. Michel Foucault - *Op. cit.*, pp. 249-252 e Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, pp. 127-128.

16. Michel Foucault - *Op. cit.*, pp. 286, 287, 289 e 292.

17. Michel Foucault - *Op. cit.*, p. 282 e Carlo Ginzburg - *Op. cit.*, p. 22.

18. Michel Foucault - *Op. cit.*, pp. 209, 212, 248, 252 e 278.

CRONOLOGIA DE COMADRE FIRMINA NOS SEUS 138 ANOS DE PAGODES

Nei Lopes

Para Sérgio Cabral e Joel Rufino, eles sabem por quê.

Comadre Firmina vai fazer, agora em agosto, 138 anos. Pelo menos é o que ela diz.

E ainda gosta de uma cerveja, a velha. Aliás diz ela que "ainda gosta de muita coisa", o que eu acho caduquice, porque nessa idade... não sei, não...

Ultimamente deu pra ficar lembrando um montão de troço. E é mascarada a velha: diz que fez, que aconteceu, que pintou e bordou, que foi um peixão, que foi uma tremenda pagodeira. Quer ver só? Escuta só a fita!

(Ruídos de copos batendo. Cantoria ao fundo)

— Eu? (Gargalhada) Eu nasci em 1850, meu filho! Vou fazer 138 anos agora em agosto. Dia 15 de agosto. Dia de Nossa Senhora da Glória!

(Voz off ininteligível)

— Ah, não! Graças a Deus, não!... E nunca fui escrava porque eu era filha de um barão. Barão de Jaracatiá. Um fazendeiro de café... Ele conheceu minha mãe lá em Santo Amaro, na Bahia. Gostou dela e tal, bonitinha, com quinze anos, ele... o... chamou ela nos peitos. (Risinho malicioso) Quatro anos depois, eu já grandinha, ele foi lá, pegou a gente e trouxe pra Campos e depois praqui pra Guia de Pacobaíba, aqui perto de Magé, onde hoje tem a praia

de Mauá. Inclusive eu (Riso safado), pequeninha ainda, pegava carona na Baronesa, que era o trem que ia de lá até a Raiz da Serra, levando o Imperador pra passear em Petrópolis...

(Ruído de líquido enchendo copo)

— Com 18 anos eu vim pro Rio. E foi no ano da inauguração do bonde de burro — uma festa muito bonita ali no Largo do Machado, com aqueles ingleses, aqueles americanos todos...

— Minha mãe já tinha morrido, então eu vim pra cá. Fui morar na Pedra do Sal, ali perto da Praça Mauá, no Beco João Inácio, com uma família lá da Bahia. Aliás, ali, naquele tempo, só morava baiano!

(Pergunta ininteligível. Só se percebe a última palavra: "Jovino")

— Justamente! Foi lá que eu conheci o Hilário. Era um crioulo simpático, falante, cantava, tocava violão, essa coisa toda... e ainda por cima era tenente da Guarda Nacional. Ai, já viu, né, meu sobrinho?! (Gargalhada)

Imagine você que Comadre Firmina chegou ao ponto de dizer que foi ela quem começou a Guerra dos Quebra-Quilos em 1871 e a Revolta do Vintém em 1880. Que

nessa revolta chegou até a dar uma banda no Barão de Drummond. Na mão de quem, aliás, foi a primeira pessoa no mundo a fazer uma fezinha, lá na antiga Fazenda dos Macacos. Diz inclusive que foi ao último baile da Ilha Fiscal em 9/11/1889! Diz que não entrou no salão, não. Mas foi, assim como uma espécie de dama de companhia, sei lá. Jurou pelas chagas de Cristo que não é cascata.

— Ah, meu sobrinho! Nesses cento e tantos anos sua tia já viu e já fez cada coisa que você nem imagina! E conheceu gente assim, ó! De tudo quanto é tipo! (Ruído irritante de ônibus se superpõe à fala)... oradores, cada um melhor do que o outro: Patrocínio... Nabuco... Lopes Trovão... Esse, então, tinha mesmo o dom da palavra. Parece que estou escutando ainda, aquele vozeirão (Caricatura de voz masculina empostada):

— “Ide e dizei a Sua Majestade o Imperador e vosso amo que um povo, digno como este que ai vedes, não volta nunca, sobretudo quando o escorraçam como turba de lacaios e desordeiros! Ide! Dizei ao Imperador que enquanto eu estiver à testa da multidão, como seu diretor, me esforçarei para demonstrar-lhe que a soberania nacional reside no povo e não na Coroa.” (Palmas e gritos de “apoiado” e “muito bem”)

Tá na cara que esse catatau não é coisa dela. É decoreba! Já pensou? Se é verdade que ela tem mesmo 138 anos, a memória da velha tá inteirinha, meu irmão.

— ... Carlos Seidl... Nabuco de Gouveia... Bricio Filho... Silveira Lobo... todos esses chupavam as laranjas que eu vendia, na porta da Faculdade de Medicina... É... ali na Santa Casa. E engraçado: não sei porque, eles me chamavam de “Sabina” (Ruído de líquido geladinho enchendo copo)...

— Teve o Marechal Deodoro... (Ouve-se ao fundo o prefixo da “Voz do Brasil”. Alguém desliga o rádio)

De Quinze de Novembro a madrugada Viu-o com o olhar em fogo e a face cheia Dessa expressão estranha, que alardeia A conquista da glória cobiçada.

Nunca mais viva lhe brilhou a espada Do que nessa manhã, em que a cadeia Quebrou, da qual, sem mancha, escura ou feia Saiu a alma da pátria libertada.

Nunca missão mais alta foi cumprida Nem nunca, à luz de um refulgente dia, Dourou mais nobre feito uma áurea vida.

Tirano! Ditador essa alma pura! Foi de piedade a sua tirania, E foi de amor a sua ditadura.

(Palmas vibrantes, gritos de “bravo”)

— Não é um barato? (Ruído de copos batendo)

— Mas recordação mesmo eu tenho é do Tenente. Ah, meu Deus do Céu! (Ruído de líquido precioso sendo sorvido de uma golada só) Foi com o Tenente que eu aprendi a ser “saloia”. Saloias eram as pastoras dos ranchos de antigamente. Aliás, eu tenho uma lembrança muito boa do falecido. Graças a ele foi que eu conheci o Marechal Floriano. Foi em 94. Quando nós fomos com o “Rei de Ouros” dançar pro Presidente... Em 1911 eu também dancei prum presidente. Mas aí já não era mais no Palácio Itamarati. E o presidente era o Marechal Hermes. Aliás, a senhora dele era muito distinta... Isso já foi com o Ameno. Antes disso... Ihh!! Teve o bonde elétrico e o túnel pra Copacabana em 92, teve a Revolta da Esquadra logo ano seguinte... teve tanta coisa!!!

(Aqui, de novo, o barulho do trânsito se superpõe às vozes)

— ... Hilária também. Hilária Batista de Almeida. Morava na casa do Miguel Pequeno na Rua da Alfândega. Nesse tempo eu já não estava mais com o Tenente. E a

Amélia, mulher do Miguel, se enrabichou e fugiu com ele. Miguel ficou muito desgostoso com aquilo e não quis saber de mais nada. Ai, deu tudo pra Ciata e ela botou o "Rosa Branca" pra frente, mas sempre na intenção do Tenente que tinha inclusive se metido lá com a filha dela. Ele era um caso sério: mulherengo que só vendo! Inclusive tinha uma chula que o Tenente gostava muito de cantar que eu ensinei prum menino que ia de vez em quando lá na casa da Ciata e que depois fez o maior sucesso: (Canta)

"O chefe da folia, / pelo telefone..."

Essas coisas é que eu acho meio chatas na velha. Ela tem a mania de dizer que tudo foi ela quem fez. Mas eu dou o desconto porque nessa idade as pessoas começam mesmo a misturar estação e elas mesmas não sabem o que é verdade e o que é fantasia. E ela já contou cada uma! Cita até data, quer ver?

— Deixa eu ver... Nessa época eu já tinha mais de dez anos de Fábrica... eu fui pra Confiança quando abriu... Anda, Firmina! ... Ah! Foi em Sete... 1907! Isto mesmo! Três anos depois da confusão da Vacina! No ano da morte do Patápio, coitado! ... Dezessete de fevereiro de 1907! Nessa época meu coração dava pulinhos quando ouvia o Dudu das Neves! (Ruído de fósforo sendo riscado) O piquenique foi em Paquetá... As moças, os rapazes, essa coisa toda... Ai, na barca, na volta, não sei quem lá deu a idéia da gente fazer, no "Progresso do Catete" mesmo, um "cordão". Mas um cordão que fosse melhor que todos os outros; um cordão que fosse uma verdadeira escola de como se fazer um carnaval. E fizemos, mesmo! Tanto que, do carnaval de 1908 em diante não teve mais pra ninguém: era a Corte Egípciana, era a Corte de Belzebu, uma beleza! A primeira porta-estandarte fui eu. Depois é que veio a Maria Izabel, mãe desse menino do rádio, como é mesmo?... Haroldo Barbosa.

(Ruído de garrafa sendo aberta. Líquido enchendo copo)

— Aliás, sobre o Ameno Resedá tem um negócio muito bonito que eu vou contar pra você. Um dia eu encontrei o Joãozinho muito chateado. Perguntei a ele o que é que era e coisa, e ele me falou que estava muito triste com esse negócio de Carnaval, que fazia as coisas e tal e que ninguém reconhecia, que tinha recebido uma proposta pra fazer o carnaval do Beija-Flor mas que gostava mesmo era do Salgueiro... Ai, eu comecei a conversar com ele sobre carnaval, contei essas coisas todas do Ameno e aconselhei ele a ir lá pra cima, sim, o que é que há?! Ai, ele foi, se deu bem e — você não sabe da maior, meu filho: o segundo enredo que ele fez lá foi em homenagem a mim e ao Ameno, inclusive mostrando aquilo tudo que eu tinha contado pra ele: (Canta)

"Não chore não vovó/ não chore não".

— Ele inclusive me toma a bênção, me chama de "minha tia", não pode me ver. Tão bonzinho o João! É uma dama! Você conhece ele?

Isso é que eu tava falando, viu? Dá um pouquinho de corda pra velha, ela começa logo a cascatear. Mas não deixa de ser engraçada a coroa, não é?

(Líquido enchendo copo. A cantoria ao fundo continua)

— Ah! Isso foi em 28. Não sei se você sabe que desde menina eu sempre fui boa na perna. Até hoje... quer ver? Planta aí só, pra você ver uma coisa! Anda! Planta! (Gargalhada) Mas onde é que eu tava? Ô cabeça, meu Deus!

(Voz off ininteligível)

— Arteriosclerose é a puta que pariu! (Gargalhadas gerais) Ah, sim! Foi no carna-

val de 28. Os batuqueiros tavam tudo lá na balança, ali perto de onde é a Rua de Santana! Paco, Chocolate e Severino, da Favela... Zé Espinguela, da Mangueira... Manuel Bam-Bam-Bam, Betinho e Walde-mar Expresso, lá de Oswaldo Cruz... Deixa eu ver... Ah!... Do Salgueiro estavam o Calça Larga, o Caxinê, o Neca da Baiana... Do Estácio tinha o Caneta, o Belmiro, o Brancura, o Fumaça... Ih! Tinha tanto batuqueiro, menino! E tudo batuqueiro mesmo da pesada: o maior barato!

Deixa amanhecer/ para conhecer quem é.../
Deixa amanhecer/ para conhecer quem é...

— Nego tava doido pra saber quem era aquele tremendo batuqueiro desconhecido... E eu lá, na minha... Quando vi que não tinha mesmo mais ninguém, aí eu tirei a máscara: — “Comadre Firminal! Puxa vida! Quem é que ia adivinhar?” Saimos dali, fomos tomar Cascatinha na cervejaria em frente. Cascatinha e traçado, cascatinha e traçado, cascatinha e traçado... Ninguém deixava eu pagar nada. Menino: nem te conto! Saí dali num porre! Num porre desses de juntar criancinha!

Escutou? Esse é outro negócio esquisito que está acontecendo com a velha. O vocabulário dela agora é uma tremenda confusão de épocas: ela fala “inspetor de veículos” ao invés de “guarda de trânsito”, “goma arábica” em vez de “cola”; avião ela chama de “aeroplano”, e isto com a mesma facilidade com que às vezes me chama de “meu trato”, “cara”, “meu chapá”, e até de “brother”, veja você!

Até hoje a velha toma cerveja à pampa. E se for mesmo verdade, nesse dia ela deve ter ingerido mesmo demais, porque não é uma nem duas que derruba ela, não. E é cheia de macete ela: bota o dedo na chapinha pra ver se está bem gelada, inclina o copo na hora de encher que é para não fazer colarinho... e sempre com um calicezinho de genebra do lado. Não sei como é que pode, com essa idade toda!

— ... vesti um terno de linho, botei uns niqueis no bolso do paletó, calcei um tamanco fechado desses de português, meti uma máscara e um chapéu chile por cima... era um homem escritinho... aí cheguei pra lá. Cheguei e tal, nego logo me tirou. Entrei na roda, plantei, nego mandou a perna e eu nem balancei.

— Não tive filho porque a natureza não quis: figueira do inferno, sabe como é, né? (Riso meio amargo) Mas perdi porque tinha que perder: nunca botei fora, nunca fiz uma besteira.

— Aí foi a minha vez. Casadinho plantou e eu vupt! Antonico plantou e eu vapt! Malvadeza plantou, eu lesco! Veio Antonico, eu rrept! Aí foi a vez do Nino, depois do Fumaça, depois do Nanal... os malandros tudo caindo e eu lá, no meio da roda.

(Leve estalido de fósforo sendo riscado)

— Conheci homem foi lá no Estado do Rio ainda. Ele trepava por profissão, mas comigo foi diferente.

— Deu uma, duas, três horas da manhã, e eu lá.

(Pergunta ininteligível)

— Profissão, sim! Ele era pago pra emprenhar as escravas. Mas eu, como não era escrava de ninguém, era dona da minha perseguida... Depois foi o Tenente. Ah, o Tenente! Um bocado de coisa boa nós curtimos juntos! Depois... deixa eu ver... depois teve o Antenor, o Lino, o Aurélio... Ih! Já nem me lembro direito!... Ah! Em 23

— Quando não tinha mais nenhum pra cair, eu lá no meio da roda com aquela máscara, um dos malandros tirou essa batucada:

fui morar no Estácio. Na rua Machado Coelho. Aquilo ali era uma coisa! Inclusive foi ali, no Bar Apolo, no Café do Compadre, que eu fiz meus primeiros sambinhas. Porque antes o que a turma fazia era mais pra maxixe, aquele negócio meio quadrado. Ai, eu resolvi fazer um negócio que desse pro pessoal cantar andando, gingando, sambando mesmo. E comecei a fazer uns pagodes com menos notas, com notas mais compridas, mais animados... assim, quer ver? (Canta)

Nem tudo que se diz se faz/ eu digo e serei capaz/ de não resistir/ nem é bom falar/ se a orgia se acabar...

— Só que eu fazia os sambas e dava pra um, pra outro, não ligava mesmo pra esse negócio de ser compositora, cantar no rádio... Quem gostava disso era o Ismael. Em 28, quando nós fundamos o Deixa Falar, Ismael já era do Rádio. Esse foi um dos poucos homens que eu tive que...

Eu tenho até um pouco de medo de estar mostrando isso às pessoas, porque a coroa, com essa mania, acaba arranjando confusão. Ela inclusive já me disse que, na época do Getúlio, teve até senador querendo botar casa pra ela. E, mais: disse que posou nuinha em pêlo pra muito quadro do Di Cavalcanti e disse que foi quem fez a cabeça do Albino Pinheiro nesse negócio de gostar de crioula.

— O outro foi o Paulo. Ah, o Paulo! Ele era um crioulo alto, magrinho, elegante. Inteligente que só vendo! Tanto que todo mundo só chamava ele de professor. (Líquido enchendo copo - cantoria ao fundo) Devo muita coisa ao Paulo, também. Foi com ele que eu fui ao navio "Uruguai" gravar samba pro Maestro... como é mesmo? ... Stokowski. Com ele eu ia pra tudo quanto é lugar. No carnaval de 27, como ele era muito amigo do Cartola, nós fomos lá pra

Mangueira, pra dar uma força nos Arengueiros. Ai saímos, cantando e tocando, por aqueles lugares todos de lá: Visconde de Niterói, Travessa Martins, Saião Lobato, Faria... de lá nós viemos pra Praça Onze. Ah, eu me acabei naquele ano! E eu estava com o Paulo também, no dia em que morreu o Caquera lá em Bento Ribeiro. Foi um negócio muito triste. O Caquera era um dos diretores do "Lira do Amor", que a gente chamava de "Pega Dormindo". Ele estava em cima do caminhão, arrumando as coisas pro pessoal descer, e com a corda passada assim pelo pescoço. Não sei como é que foi... tinha que ser mesmo!... a ponta da corda se enroscou embaixo do caminhão, foi se enrolando no eixo, foi se enrolando, e enforcou o Caquera, coitado! Foi uma morte horrível!

(Líquido enchendo o copo)

— Outro que praticamente morreu nos meus braços foi o Matinada, do Salgueiro.

— Foi no campo do Vasco, no carnaval de 45. Estavam lá todas as escolas daquela época: Floresta do Andaraí, Depois eu Digo, Paz e Amor, Filhos do Deserto, que era a escola do falecido Zinco...

— Uns dias antes, um pinta braba lá do São Carlos me disse umas gracinhas e queria me passar a mão. Ai eu contei pro pessoal do morro — eu saía no Azul e Branco nessa época.

— No dia de carnaval, o pessoal foi tomar satisfação. O pau quebrou: navalhada, tiro, facada, mais de duzentas pessoas brigando. Quando eu vi, tinha um montão de nego machucado — tanto que o chefe de polícia não queria mais deixar ter escola de samba! — E o Matinada estava lá, estirado no chão. Por minha causa. E ele era tão novinho!

(Líquido enchendo copo. Fósforo sendo riscado)

— Teve muita coisa triste que eu já vi neste mundo, meu filho. Minha vida não é só pagode, não!

— Teve o Geraldo Pereira em 55, coitado — ele só me chamava de Isabel... Uns dizem que foi vidro moído, outros dizem que foi uma pernada do Satã... Deus é quem sabe!

— Teve a morte do Silas, em 72, no dia 20 de maio (eu estava lá, na roda de samba daquele clube lá da São Clemente)... teve o enterro do Paulo em 49 (me lembro bem: dia 31 de janeiro... Cemitério de Ira-já... aquele surdo tocando... acabou a brahma em tudo quanto era boteco da Estrada Marechal Rangel e da Monsenhor Félix, de Madureira até o cemitério. Vinha gente acompanhando a pé, de bonde, de carro de praça, de lotação... Foi uma coisa!)... Cheguei em casa, ainda zonza, peguei lápis e papel e escrevi:(Canta)

Paulo da Portela não morreu/ Apenas desapareceu/ Viverá para sempre em nosso coração/ Como prova de gratidão...

— Mas não vamos falar de coisa triste, não! (Gritando) Ô, vascaíno! Traz mais duas aí! E uma porção de salaminho!... Me amarro num salaminho!!!

Engraçado que aí a conversa mudou completamente. Comadre Firmina entrou num papo que ela gosta tanto quanto falar de samba: comida.

— Você pega um quilo de fubá, uma xicara de farinha, umas... duzentas gramas de banha, uma xicara de azeite, uma dúzia de tomates — deixa eu ver — uns oito ovos cozidos, uma lata de palmito, meio quilo de peixe (xererete é que é bom pra isso, que tem pouca espinha), uma lata de sardinha, um quilo de camarão... o que mais? ... ah! Bastante cheiro, cebola, azeitona, pimenta do reino, pimenta malagueta e sal, é claro!...

— Primeiro você faz o refogado: cebola e tomate. Deixa refogar bem e aí bota pimenta do reino, um pouco de pimenta malagueta e o sal.

— Nesse refogado, você bota o peixe que já estava lá temperado só com limão.

Bota um pouco d'água e deixa cozinhar. Quando estiver bem cozido, você tira a panela do fogo.

— Ai, noutra panela, você faz outro refogado, mas só no azeite.

— Nessa, você vai botar o camarão com um pouco d'água. Mas o camarão tem que estar bem descascado e bem limpinho, sem aquela tripinha preta, que ali é que está a porcaria do bicho.

— Depois, num alguidar, você vai fazendo o pirão, com fubá, farinha, água e o molho do peixe cozido, mexendo bem que é pra não embolotar. Depois, você bota o camarão com o molho todo e com cuidado pra não esmigalhar. Tudo isto no alguidar. E aí você bota a azeitona e a salsa bem picadinha.

— Mas agora é que vem o principal: você pega o cuscuzeiro... Não sabe o que é?... É uma vasilha já apropriada, que tem uma parte pra botar o cuscuz e outra prá água, pra cozinhar em banho-maria.

— Então você bota a água e começa a arrumar a vasilha: no fundo, as rodela de tomate, as rodela de ovo, e umas duas sardinhas: as outras sardinhas você bota em volta, em pé.

— Ai, você vai arrumando em camadas: uma de pirão, outra de peixe e palmito, outra de pirão, uma de peixe com palmito, ovos, azeitonas e sardinhas, outra do pirão, e assim por diante.

— Quando estiver tudo arrumadinho, você cobre com folha de couve e um guardanapo por cima, tampa bem e põe no fogo. Quando você ver que as folhas de couve estão ficando amarelas, aí está pronto.

— Aí então, é só desenformar, de cabeça pra baixo, botar umas rodela de laranja e comer, de preferência numa cuia, com a mão, assim ó, fazendo capitão, igual naquele partido meu que esse menino aí do Império gravou: (Canta)

58

Na coité bebi cachaça/ de cana caiana purinha/
Comendo com a mão na cuia/ pirão no
molho de farinha.

Este é mais um samba meu que me
roubaram!

*Em matéria de comida, ela diz que
sabe fazer de tudo. Mas diz que esse cus-
cuz de peixe é que é a sua especialidade.
Mas escuta só o resto do papo!*

— Mas a pernada teve mesmo! O negó-
cio foi o seguinte: Tava eu, o Geraldo e o
Tuffy — Geraldo já estava meio mamado
— quando o Satã chegou. Aí, o Geraldo
começou a dizer um montão de liberdades
sacaneando o malandro.

— Pra dizer a verdade, contar como
é que foi eu não posso porque naquela
hora eu tinha ido lá dentro verter água.
Mas todo mundo diz que o Satã foi se invo-
cando com aquilo e aí deu a banda, e o
Geraldo bateu com a cabeça no meio-fio.

— Mas muita lambança eu vi o Satã
fazer — ele não era mole, não! Vi ele enca-
rar um tintureiro, uns dois choques da Polícia
Especial, e vi ele jantar muito malandro na
Lapa. Mas ele era um elemento muito boa
praça, muito respeitador. Se ele tinha lá
as transações dele, eu não tenho nada com
isso. Só sei que ele era muito legal comigo.
Tomei muita cerveja, muito traçado, muito
“samba” e muito hidrolitol com ele. E fui
ver ele duas vezes lá na Ilha. Eu, inclusive
— agora veja só você — fui quem ensinou
a ele a fazer aquele arroz soltinho que ele
fazia. E com esse arroz e outras comidas
que eu ensinei, foi que ele ganhou aquela
colher de chá toda do diretor lá da Ilha.

— Era um bom sujeito, coitado! Deus
o tenha!

*Isto aí eu tenho impressão que ela
ouviu contar ou leu em algum lugar: Geraldo*

*Pereira morreu em 1955, quando a coroa
já estava com 105 anos.*

*Você acha que alguém com 105 anos
ainda tem condição de estar tomando cer-
veja na Lapa?*

— Por volta de quarenta e poucos o
Orson Welles, esse do cinema, esteve aqui.
Veio fazer uma fita só com coisas brasileiras.

— Ele queria filmar tudo: macumba,
jangada, aquelas coisas do norte, samba,
pernada e tudo. Aí me chamaram pra tomar
parte da fita.

— A gente juntou uma turma e foi pra
lá. Já pensou? Fazer um troço que a gente
gosta de fazer e ainda levar uns trocados?

— Chegamos lá, e tal, tomamos uns
negócios, comemos umas coisinhas, e
quando o gringo deu as ordens, a gente fez
a roda e começou a batucada: (Canta)

O facão bateu embaixo/ a bananeira
caiu/ O facão bateu embaixo/ a bananeira
caiu/ Cai, cai bananeira/ A bananeira caiu...

— Começamos devagarinho e tal e o
gringo não gostou. Gritou lá na língua dele
que queria que o pau rolasse mesmo. E a
gente continuou fazendo corpo mole. Aí ele
se invocou e o Raul foi falar com ele. Então
ele disse que machucar não era problema,
que ele estava pagando, que pagava até
mais — sabe como é americano, né? — e
que se alguém tivesse que ir pro hospital
ele custeava o tratamento.

— O Raul então chegou pra gente e
explicou o que ele tinha falado. A gente
ficou naquela: será que o gringo tá pen-
sando que a gente é frouxo?

— Ai a gente resolveu pernar pra valer
mesmo. Ah, menino! Nem te conto! O couro
comeu. Era só nego subindo e se estaba-
cando no chão! Só eu, derrubei uns quinze
daqueles mais otários que foram pra lá só
por causa do cachê. E tinha os artistas, coi-
tados, tudo entrando na rasteira por causa
do contrato que tinham assinado.

— De vez em quando saía um carregado. E o Orson Welles lá com aquele charutão se esbaldando e pedindo mais, mais, mais!

— O Grande Otelo, coitado, hoje é meu amigo, mas ficou uns três anos sem falar comigo por causa de uma banda que eu dei nele e ele quase que morreu.

O Otelo já me desmentiu essa história. Ele diz que participaram das filmagens vários sambistas levados pelo Raul Marques, parece. Mas diz que não tinha mulher nenhuma na roda, não.

Essa velha!!!

— Olha, vou te contar, viu? A única coisa que eu não fui foi Miss Brasil porque crioula não pode. Mas coroa, faixa e diploma é o que não falta lá em casa, quer ver? Olha... deixa eu ler aqui pra você. Me dá meus óculos... Olha aqui:

... Princesa das Pretas, do clube Cedofeita de Bento Ribeiro... Rainha dos Passeios Marítimos do navio Mocanguê... Embaixatriz do Tango do Dancing Vitória de Irajá, numa promoção do cantor Orlando Barbosa e dançando com Trajano e Mário Jorge ao mesmo tempo... Bonequinha do Café, do clube Aristocrata, de São Paulo... Madrinha das Misses do Renascença Clube, com uma faixa entregue pelo Dr. Oscar de Paula Assis... Patronesse das Jambetes do Estado da Guanabara, coroada por Dinah Cabeleireira... 1.ª Princesa do Teatro Experimental do Negro, coroada por Abdias do Nascimento... Madrinha da Torcida do C.R. Vasco da Gama, título conferido por Ramalho e Dulce Rosalina... Sócia Benemérita dos Tenentes do Diabo... Sócia Fundadora do Afoxé Filhos de Ghandi... Baronesa dos Bailes do High Life... Rainha das lá-Bassês dos Candomblés da Baixada Fluminense...



Amiga da Umbanda, título conferido por Tancredo da Silva Pinto e Átila Nunes... Rainha do Fã-club de Emilinha Borba e do Programa César de Alencar... *The Queen of Samba*, título dado por Dizzy Gillespie no dia em que ele foi tocar na sede antiga da Portela... Favorita dos Condutores de Bonde do Distrito Federal... Conselheira do Instituto de Pesquisa das Culturas

Negras (IPCN)... Madrinha do Black-Rio - e tem muito mais!

— Em teatro — quer ver só — trabalhei com Silveira Sampaio, Carlos Machado, Haroldo Costa, Solano Trindade, viajei com a Brasileira, dancei com Catherine Dunham, Mercedes Baptista, com essa gente toda, meu filho. Fui pastora do Ataulfo Alves, fui crooner do Dancing Avenida, trabalhei no Orfeu da Conceição fazendo o papel de Clio, mãe do Orfeu; trabalhei com Walter Pinto no Recreio em várias peças: Tem Bububu no Bobobó... É de Xurupito... É Xique-Xique no Pixoxó: (Canta)

Ai, não quero mais amar/ ai eu vivo assim tão só/ Mas se alguém gostar de mim/ É xique-xique no Pixoxó...

Ih, tem tanta coisa!

— Em samba, eu acho que já falei tudo. Ah, não! Você sabe quem deu pro Candeia a idéia de ele fundar o Quilombo? Não sabe, não? Pois então fique sabendo. (Líquido enchendo copo) Ai, menino: toma senão vai esquentar! (Ruído de alguém sorvendo sofregamente largos goles de um líquido certamente delicioso) Ahhhhh!

— Mas o que é que eu estava dizendo mesmo?... Ah, sim! Mas o melhor mesmo que eu já fiz em samba foi em 55, no dia que o Embaixador da França foi visitar o Império, que na época ainda era lá na Serriinha, na Rua Pescador Josino. O Aniceto foi escolhido pra fazer o discurso em francês e eu pra fazer os salgadinhos — você sabe que eu sou banqueteira, né?... Na hora agá deu um nervoso lá no Aniceto e ele se enrolou todo. Ai eu soprei no ouvido dele: — “Nous avons beaucoup de plaisir avec la présence de nos illustres invités...” Ai, ele pegou o embalo e foi fundo. Foi o maior sucesso!

— Nesse negócio de bacana metido em samba eu vi cada coisa!

— Olha aqui, meu filho: No dia em que o Nelson de Andrade foi chamar

Madame Marie Louise e o Dr. Dirceu pra serem carnavalescos do Salgueiro, eu escutei a conversa toda. Foi em 58. Me lembro bem. Eu era empregada da casa e sabe como é, né?

Viu só?... Se a metade das coisas que a velha falou for verdade, esta fita tem o maior valor. E ainda tem este papel aqui:

Firmina Glória da Conceição — Curriculum Vitae resumido

- 1850: Nasce em Sto. Amaro da Purificação, estado da Bahia;
- 1854: Vai morar em Campos e depois em Guia de Pacobaíba, RJ;
- 1868: Vem para o Rio, fixando residência na Pedra do Sal, Gamboa; pega carona do primeiro bonde de burro;
- 1871: Organiza as comemorações da assinatura da Lei do Ventre Livre; recusa-se a aceitar o Sistema Métrico Decimal e provoca o maior rebu;
- 1872/78: Participa ativamente da campanha abolicionista;
- 1873: Compra um terreno na recém loteada Vila Isabel mas só consegue pagar a primeira prestação;
- 1876: Industriada por um truste inglês, tenta conseguir, por vias escusas, a concessão de uma linha de bondes para Copacabana e quase se dá mal;
- 1880: Líder na “Revolta do Vintém”, sopra no ouvido de Lopes Trovão aqueles desaforos que ele diz ao imperador;
- 1881: Batiza, a 13 de outubro, na igreja matriz de N. Sra. da Glória, aos cinco meses, seu primeiro afilhado: o mulatinho Afonso, filho da comadre Amália Augusta e do compadre João Henriques de Lima Barreto;

- 1885: Organiza um pagode comemorativo da Lei dos Sexagenários;
- 1888: Organiza, a 14 de maio, uma missa em Ação de Graças pela saúde da Princesa Isabel e comanda, durante toda a semana, um axexê para os eguns dos escravos mortos no Brasil;
- 1889: Com seu tabuleiro de laranjas e com o codinome de "Sabina" faz propaganda republicana em frente à Faculdade de Medicina; depois, saúda o 15 de novembro com um monumental vatapá no Campo de Santana;
- 1890: Empregada doméstica, faz os patrões se mudarem para Botafogo porque São Cristóvão "não está mais com nada".
- 1892: Participa da inauguração do Túnel Velho no estribo de um bonde de burro; quase leva um choque num bonde elétrico, no ponto final do Flamengo;
- 1893: Ajuda a rebocar um canhão da Praia Vermelha até Copacabana;
- 1894: Apresenta-se com o rancho "Rei de Ouros" para o Mal. Floriano Peixoto; tenta comprar um lote no Leme mas não tem fiador; muda-se para Mangueira;
- 1896: No Morro da Providência organiza uma recepção aos soldados que voltam de Canudos e vai morar lá, num barraco;
- 1897: Dá uma voltinha no automóvel de José do Patrocínio;
- 1898: Grita, pela primeira vez, "Cazaca! Cazaca! Cazaca — zaca — zaca!"
- 1900: É barrada quando tenta viajar num bonde *de ceroula* (o bonde, e não ela);
- 1902/06: Faz um banzé e bota o Rio abaixo;
- 1905: Arranja um emprego na Light;
- 1907: Funda o rancho "Ameno Resedá";
- 1910: Junto com seu namorado, um marujo chamado João, mete-se numa tremenda encrenca na Marinha. E até hoje não admite que se fale no assunto;
- 1911: Exibe-se, com o Ameno, para o Marechal Hermes da Fonseca;
- 1920: Num tremendo bafafá, derruba o Morro do Castelo;
- 1922: Participa, como musa e modelo, da Semana de Arte Moderna e nem toma conhecimento do episódio dos "Dezoito do Forte";
- 1923: Faz uma tripa a lombeira a 11 de abril, na fundação do bloco Vai como Pode, em Oswaldo Cruz;
- 1926: Participa da inauguração da Avenida Automóvel Clube;
- 1928: Funda, a 12 de agosto, a escola de samba Deixa Falar, no Estácio; interpreta, na Festa da Penha, um samba do desconhecido compositor Ari Barroso intitulado "Vou à Penha"; e participa da abertura da Estrada Rio-Petrópolis;
- 1929: Funda, a 30 de abril, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira com uma suculenta papa com lombo;
- 1930: Saúda Getúlio Vargas com um churrasco em pleno Obelisco;
- 1931: Ajuda a iluminar o Cristo Redentor;
- 1932/36: Retira-se da vida pública descontente com Getúlio;
- 1937: Escreve uma carta malcriada ao presidente pela decretação do Estado Novo. Getúlio acha engraçado, mas manda o DIP prendê-la;
- 1942: Organiza uma passeata, junto com o pessoal da UNE, pedindo represálias contra os países do Eixo;

- 1943: Vai comprar laranjas e acaba adquirindo um lote em Nova Iguaçu;
- 1944: Funda o Teatro Experimental do Negro; e a 7 de setembro chora o fim da Praça Onze;
- 1946: Na inauguração, percorre a pé toda a Avenida Brasil, até Coelho Neto;
- 1948: Funda a Escola de Samba Império Serrano organizando uma desfiada com tutu; quase cai da nova ponte da Ilha do Governador;
- 1950: É internada, a 16 de julho, no Pronto Socorro com uma crise nervosa motivada pela derrota do Brasil na Copa do Mundo;
- 1951: Funda, a 17 de fevereiro, o Renascença Clube promovendo um desfile de penteados; vai ver a abertura da Rodovia Presidente Dutra;
- 1952: Desfila no primeiro carnaval do Afoxé Filhos de Gandhi;
- 1953: Funda, a 3 de março, com uma explosiva rabada com agrião, a escola de samba Acadêmicos do Salgueiro mas recusa-se a participar da diretoria por achar que é o maior rabo de foguete;
- 1954: É novamente internada no Pronto Socorro, a 24 de agosto, com outra crise nervosa, desta vez motivada pela morte de Getúlio Vargas;
- 1955: Já morando num conjugado em Copacabana, viaja à Europa com o conjunto Brasileira, de Miécio Askanazy; de volta, vai ao Congresso Eucarístico numa Romilsetta;
- 1956: Quebra um bonde na Greve dos Estudantes;
- 1958: É recolhida ao Hospital Souza Aguiar em coma alcoólico proveniente da vitória do Brasil na Copa do Mundo;
- 1959: Compra um fusca mas não tem dinheiro para gasolina;
- 1960: Vai a Brasília, em 20 de abril, participar das festas de inauguração da nova capital e volta correndo para os pagodes de fundação do Estado da Guanabara;
- 1961: Vota a favor do parlamentarismo;
- 1962: Vide 1958;
- 1963: Desiste, na última hora, de desfilar pelos Acadêmicos do Salgueiro e dá sua fantasia para a senhora do Presidente da Escola; chora o fim do bonde;
- 1964: Responde a um IPM por suas atividades no Cais do Porto e na Central;
- 1965: Organiza, na Quinta da Boa Vista, uma feijoada comemorativa do quarto centenário da cidade;
- 1968: É presa, a 13 de dezembro;
- 1970: Vide 1962;
- 1972: Cria, na Renascença Clube, a promoção denominada "Noite do Shaft" e organiza o Primeiro Encontro dos Blacks. Participa da primeira transmissão de TV em cores realizada no Brasil; é obrigada a sair do Catete, por causa do metrô;
- 1975: Tenta organizar um desfile de escolas de samba comemorativo da fusão GB/RJ em plena ponte Rio-Niterói. Mas desiste por falta de apoio da RIOTUR que não vê como colocar as arquibancadas; funda o G.R.A.N. Escola de Samba Quilombo;
- 1976: Muda-se para Nilópolis, RJ;
- 1978: Homenageada na Noitada de Samba do Teatro Opinião; aparece no programa "Fantástico, o Show da Vida" ilustrando um quadro com a saudosa cantora Clara Nunes de

- quem foi amiga e conselheira; eleita madrinha da Banda de Ipanema e, logo a seguir, tombada pela Campanha de Defesa do Folclore;
- 1979: Em Florianópolis, xinga o presidente e vai presa com base na LSN;
- 1980: Leva o maior susto no Riocentro, em maio; em julho beija a mão do Papa no Aterro do Flamengo;
- 1981: Organiza em Recife a Missa dos Quilombos; no Rio, funda um bloco afro;
- 1982: Entra em profunda depressão na Copa do Mundo mas se recupera em novembro com a esmagadora vitória de Leonel Brizola;
- 1983: Participa em Salvador da Conferência Mundial da Tradição dos Orixás; lidera campanha de ajuda aos flagelados do sul; manda uma carta malcriada para o Min. Delfim Neto com cópias para os Drs. Ernane Galvêas e Carlos Geraldo Langoni; inaugura um pagode no fundo do quintal de sua antiga casa em Oswaldo Cruz;

- 1984: No carnaval, com um colete da Imprensa, dá um beijo no Prof. Darcy Ribeiro em plena Praça da Apoteose; na tarde-noite das Diretas, leva um bloco inteiro pra batucar na Candelária; dias depois tem um troço na Cinelândia mas se recupera a tempo de se engajar na campanha de Tancredo.
- 1988: De volta à Apoteose, repete, no "arrastão" da Unidos de Vila Isabel, o grito dado na Praça Onze, em novembro de 86: — *Valeu, Zumbi!*

Eu já estive inclusive pensando em fazer uma monografia pra FUNARTE... em transar o material com uma menina dessas do Caderno B, sei lá... Ou fazer um conto? Quem sabe?... "Conto é tudo aquilo que a gente diz que é conto". E já que quase tudo é cascata, é só tirar da fita e botar no papel. O medo que eu tenho é de ficar um negócio muito carioca. Porque dizem que conto pra ser bom tem que ser escrito por mineiro! O que é que você acha?

ZELITO

Pedro Beccari

Um lobo lambe a lua? Provou o conhaque e aliviou a careta com vivo sopro. Daí que circunvagou o olhar pelas mesas circunjacentes. O vasto vago salão. Cartazes escurecidos nas paredes. Na cabine telephonica.

Alô. Alô. Querido!

O ido exclamado com ado de amado? Zelito fumava e ouvia os rumores do trânsito. Filas de buzinas.

Às oito está bem?

A voz dela ciciante. Um suspenso relógio de tic timbrante badalava os tímpanos. Sete horas só.

Em uma hora estarei linda pro meu taradinho.

O louro ouro bigode curto abreviava o sorriso dele cinico. No bolso o invólucro meio gorduroso do pequeno frasco com rótulo da Pharmacia Stella. Mas a gravatinha borboleta sarapintada correta. Quase que compunha música com sua palidez.

Certamente a leitura do mundo seria menos dolorosa não fosse aquele rosto desfocado no fundo das coisas tangíveis. Tio Nestor emerge do vidro de pickles ou da pia batismal e deixa uma sensação de ternura deslizar sobre as madeiras.

Olá, rapaz, beleza de lua lá fora.

Senta-se à mesa. Já não usa o gesto de apoiar-se à bengala. O focinho dele inofensivo manchado de luar?

Olá, titio, como tem passado?

O conhaque prejudicando as vogais da língua. Estava por tufânica cusparada quando. O tio não ia nem bem nem mal. O bondoso Deus o vinha poupando das dores da artrite.

Vamos ao cardápio, filho.

Zelito estalava os dedos e o motor de um garçom funcionava.

Um lanche ligeiro, o Novaes faltou outra vez.

Tipógrafo de calosas batalhas agora grisalho guindado ao ofício de Revisor.

Temos serão esta noite.

Os olhos do tio fatigado. Pêlos grisalhos desandam. Pelo focinho desandam.

A propósito, como vai tia Lucy?

Magoada com o sobrinho ingrato que nunca mais apareceu.

A tia volumosa e branca no vestido justo de organdi suíço. A tia debruçada à janela. O decote dela arregalado para os meninos do Liceu que. O tio trazendo braçadeiras de flores. A tia extravasava nos seus

28 anos. E havia heras no muro da casa. E rosas no jarro da sala. E noites havia quando o tio. O tio metia na tia. As coxas dela alvas roliças lisas. A gula sombria de seu sumidoiro bordado de belos pêlos macios. A tia queria. A tia gemia. A tia se contorcia?

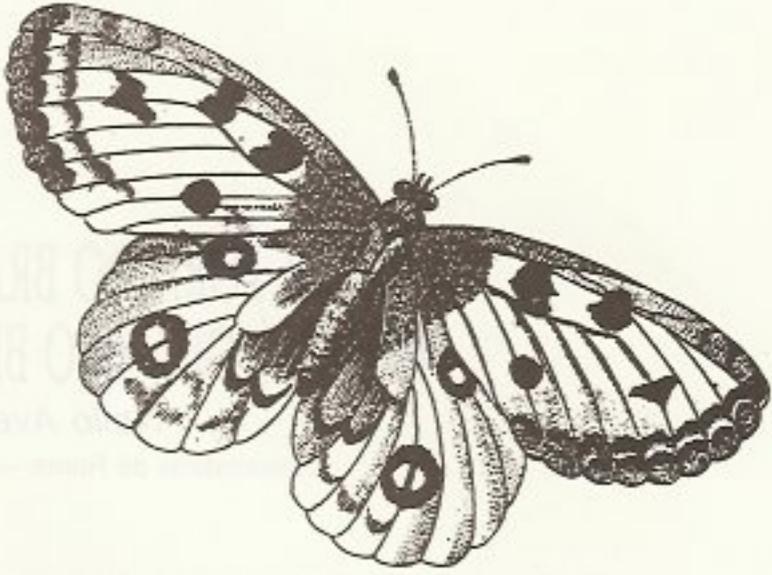
Mas, oh, o tio era um enorme bocejo.

Retratos na parede do quarto. Do tio. Da tia. Molduras ovaladas. Carcomidas. Corruídosos cupins. Às vezes a tia chorava? Aquele era o seu casamento. O seu casamen. O seu cas. Por fim a tia adormecia na paz dos roncões dele. Do tio. E todo um bando de arcanjos marmanjos habitava os sonhos dela. Da tia.

Assim, sem deslizes, seriam felizes?

Zelito sumariava de si para si. O tio. A tia.

Hora de lanchar e sorrir. No jardim de orégãos nascem pizzas napolitanas redondas como valsas. Tio Nestor tentará desvendar o enigma do tempo pela arqueologia de um ossobuco que o cardápio estampou. Tempo passado na roça. A voz dele mansa e lenta percorre o território da infância; atravessa um cercado de guarantã; foge pela trilha abandonada de uma borboleta; mergulha no riacho proibido; vem



desaguar no pálido azul dos olhos. Zelito a garganta seca. O conhaque outro. Mas aí já se erguia o tio. Exalava dele um aroma de pressa. O Novaes faltou a. O trabalho acumulado. O relógio delgado na palma da.

Até amanhã, filho.

Urgia que. Tempo de vê-lo acenar e sair. O apetite mal satisfeito. A rua engomada de branco luar. Um lobo uivaria na esquina? Esta noite tia Lucy irá redigir a declaração de guerra intergaláctica com os últimos pincéis de Cézanne. Cabeças verdes rolarão. Gemidos no travesseiro. Zelito alisava o dito louro bigode. Transpiravam as axilas. Ouvia o tempo circular no relógio de tic nervoso. Quase oito. Lá fora um cão latia. A tia. A tia. O conhaque outro.

05

“O BRASIL FORA DO BRASIL”. A MANEIRA ITALIANA DE VER O BRASIL (1500-1945)

Nello Avella

Universidade de Roma — “La Sapienza”

“Il n'est pas de ville du monde où la République du Brésil ait été si mal jugée et soit si mal connue qu'à Rome”, lamentava-se um diplomata brasileiro ao final do século passado em missão na Itália (Badaró: 1895, p. VII).

Hoje, passados pouco menos de cem anos, essas palavras poderiam ser retomadas para sintetizar o nível de conhecimento que o leitor médio italiano possui dos fatos históricos do Brasil e de sua condição atual. Não faltam obras importantes e contribuições originais, mas trata-se em geral de estudos e pesquisas relativos a episódios específicos, ligados à presença de figuras e personagens italianas, ou de qualquer modo ligados a eventos da nossa história. Temos pois, só para citar alguns exemplos extraídos da historiografia oittonovecentista, os estudos sobre Américo Vesúcio de Magnaghi (Magnaghi: 1924), as pesquisas de Gorrini sobre Baccio da Filicaja (Gorrini: 1904), as indagações de Doria sobre a participação de soldados napolitanos na guerra contra os holandeses (Doria: 1932), as observações de D'Atri sobre algumas analogias entre o autoritarismo reinante na Itália durante o governo de Francesco Crispi e o conservadorismo reacionário imposto ao Brasil pela camarilha ligada ao Marechal Floriano Peixoto (D'Atri: 1890 e 1895-1896).

E ainda, no que diz respeito à bibliografia relativa ao Brasil, temos uma rica produção sobre a emigração italiana.

Mas, salvo essas exceções, tem-se a sensação de que, na consciência histórica italiana, seja fadigoso fazer emergir uma visão crítica em que o Brasil, como objeto que sofre os acontecimentos e vive sem luz própria (neste caso em relação a fatos e problemáticas em que o centro dinâmico fosse o nosso país), se transforme em um sujeito autônomo da história, mesmo tendo presente todas as possíveis conexões e interdependências que assinalam a vida das nações modernas; ainda mais em uma época como a nossa, caracterizada pela presença de sistemas cada dia mais integrados a nível político, econômico e social.

A que se deve tudo isso?

No final do século XVI, em um contexto que via os ambientes intelectuais europeus empenhados em vivos debates provocados pelo impacto entre o Velho e o Novo Mundo com todas as relativas implicações antropofílicas, Giovanni Botero, querendo talvez estigmatizar uma certa preguiça dos homens de cultura italianos, depois do fervor inicial, em confronto com aquelas problemáticas, sustentava que “*noi italiani siamo troppo amici di noi stessi e troppo interessati ammi-*

ratori delle cose nostre, quando preferimo l'Italia e le sue città a tutto il resto del mondo" (Botero, *Della ragion di Stato*, ed. de L. Firpo, 1948, p. 196).

Na verdade, aquela reflexão dos próprios intelectuais italianos não era que um sintoma de mal-estar que atingia as mentes mais sensíveis da península: a involução política e econômica dos estados italianos havia embocado em uma via sem retorno, e frente ao caos e à desordem muitos "literatos" refugiavam-se na orgulhosa exaltação do ordenamento civil de algumas cidades italianas, principalmente Veneza. E essa tendência em geral fazia-se acompanhar da rejeição a tudo aquilo que fosse "primitivo", em um contraste radical com aqueles que, como Montaigne, evidenciavam e exaltavam o estado "natural" dos povos americanos.

Não é de se maravilhar se a atenção do público italiano em relação às coisas do Brasil, suscitada inicialmente pelos relatos de viagens de numerosos navegadores e homens de negócios, reavivada na metade do século pela publicação do corpus de Ramusio, juntamente com as traduções de obras portuguesas feitas pelo espanhol naturalizado veneziano Alfonso Ulloa, além da *França Antártica* do francês Andrés Thevet, vai-se atenuando gradativamente. A informação sobre aquilo que muitos ainda chamavam de "Ilha de Vera Cruz" chegava até nós, até o final do século XVI, quase que exclusivamente através de religiosos que iam em missão de catequese às terras do além-mar: em primeiro lugar, os "soldados" da companhia fundada por Ignácio de Loyola, aos quais se deve grande parte da colonização da América Latina.

As suas cartas, expedidas sob forma de "avisos" à casa madre, eram agrupadas, traduzidas e amiúde publicadas, e constituem hoje para nós um precioso instrumento de informações.

No início do século XVII, o "espanholismo" dominante na cultura italiana havia relegado o Brasil a uma espécie de limbo cognoscitivo, também em relação à decadência e diminuição de prestígio do império português. Aquele país longínquo, habitado por seres rudes e desprovidos de regras de convivência civil, conotava-se aos olhos do leitor médio italiano como um território ao extremo limite do humano, apto somente a incursões de aventureiros e piratas ou a acometidas missionárias dos jesuitas e outras ordens religiosas, senão até mesmo como uma região anecumênica onde era impossível o consórcio humano. Nada similar àquilo que os publicistas propagandeavam com riqueza de particulares sobre os domínios espanhóis: admiravam-se, de fato, da grandeza dos impérios do México e do Peru. De suas estradas, construções, tesouros, ordenações judiciais e políticas; civilização essa que não tinha nada a invejar dos gregos e dos romanos.

Significativamente é exatamente no ano de 1600 que Tommaso Campanella compõe a sua *Monarchia di Spagna*. Ele delineia o quadro utópico de um reino universal em que a justiça e a felicidade pública fundem-se na dignidade igual para todos os súditos de todas as partes do mundo e, portanto, também das Américas.

A obra do pensador calabrês, à parte o seu significado intrínseco, tem um valor emblemático para o propósito do nosso tema. Ela representa de fato um comportamento mental que acabará tornando-se uma verdadeira constante no pensamento historiográfico italiano, onde a presença espanhola, relativamente à América Latina, assumirá gradativamente um peso sempre maior e ao Brasil será atribuído um papel secundário. A colônia portuguesa, periferia de um sistema também excêntrico, será vista cada vez mais como um apêndice "espúrio" em relação à "homogeneidade" da América hispanófono: a diversidade lingüística e cultural, antes que estímulo ao

57

aprofundamento crítico, será amiúde motivo de emarginação e de mal-entendimentos.

Essa visão "ancilar" da história brasileira, entendida quase como uma variante menor em relação ao grande fluxo hispânico, ainda está radicada no nosso país e pode ser encontrada seja a nível de livros escolares ou não, seja em obras cientificamente mais sérias e meditadas, onde estão reservados ao Brasil espaços limitados e sempre como apêndice ao resto do sub-continento americano.

Um raro interesse e uma atitude hispanocentrista prejudicam gravemente, durante todo o século XVII, a informação do público italiano sobre o Brasil. Acontecimentos de grande porte como a ocupação holandesa no Nordeste e as relativas campanhas militares de libertação (1624-1654) tiveram na Itália, diferentemente que no resto da Europa, repercussões bem modestas, limitadas a escassas comunicações diplomáticas e a troca de notas entre as várias



secretarias de Estado. A atenção dos observadores e dos estudiosos era atraída pelos graves problemas que lhes diziam respeito mais de perto; e quanto aos acontecimentos daquelas terras longínquas contentaram-se com as sumárias notícias contidas na breve *Relatione* traduzida para o italiano por Pizzuto do original de Francisco Avedañó y Villela. É significativo o fato de que o assunto da própria *Relatione* seja um episódio fortemente ampliado pelos publicistas espanhóis da época (basta pensar na comédia de Lope de Vega intitulada *El Brasil restituído*): naquele momento, depois da anexação do Reino de Portugal à Espanha (1580-1640), o Brasil era de fato colônia espanhola, e a perda e a reconquista da cidade de Salvador da Bahia (1624-1625) inseria-se no contexto do conflito em escala mundial entre a coroa de Habsburgo e os "rebeldes" holandeses.

A *Relatione*, mesmo na sua prosa afinada e essencial a modo de gazeta informativa, exprimia o orgulho espanhol e exaltava o valor dos soldados de Felipe IV, deixando em segundo plano a participação portuguesa e dando um escasso relevo às empresas de Manuel de Menezes.

Teve que se esperar mais de 70 anos para ter, em italiano, uma análise dos fatos vistos da parte dos portugueses. Em 1698 saía em Roma a *Istoria delle guerre del regno del Brasile*, do frade carmelita descalço João José de Santa Theresa, português de nascimento. Ele, dirigindo-se ao leitor na nota introdutória, diz sem meias palavras que havia escrito sua obra com o propósito de apresentar ao público italiano uma imagem de Portugal e do Brasil menos deformada que aquelas que então circulavam, e para rebater os erros "in cui inciamparono alcuni che i successi di Portogallo in lingua latina, e volgare scrissero guidati da notizie false, avute da mal'informati, o istillategli da mal'affetti" (p. IV). Onde é claro que, se a descrição em latim dos "sucessos" identifica-se com a *Rerum*

per octennium in Brasilia do holandês Kaspar Van Baerle (Amstelodami, 1641), as escritas em “vulgar” são para procurar sobretudo na produção castelhana.

Com efeito, o livro está tomado por uma sutil mas sensível aversão aos espanhóis, e não por acaso a parte mais aprofundada é aquela que vai desde a restauração da independência portuguesa, com a vinda ao trono de Dom João IV da dinastia de Bragança, até a conclusão da guerra e os tratados de paz. A concepção historiográfica e a organização do livro são ainda tipicamente barrocas, baseando-se no conceito de “grande teatro do mundo” e apontando principalmente à “moção dos afetos”; a narração desenrola-se dentro de uma suntuosa cenografia em que se alternam os vários “quadros” que representam o “*arriuar un non vasto Reame alla smisurata potenza di una florida Monarchia: crollar in un tratto ad una quasi intiera depressione, e rifiorir nuouamente alle pristina felicità*” (p. 4).

Mesmo com todas as suas limitações (entre outras repropõe a tese habitual, de resto óbvia para um religioso, de que a expansão portuguesa e a descoberta e conquista de novos mundos tivessem o objetivo de “*metterli in grembo a Chiesa Santa illustrati da christiani chiarori*”), a *Istoria* de Santa Theresa é a obra mais completa sobre o Brasil aparecida na Itália desde a época das descobertas. A primeira parte do livro dá um amplo panorama das peculiaridades de Portugal e da sua cultura, junto à descrição detalhada das características geográficas, antropológicas e históricas da colônia; ademais, várias cartas geográficas das várias províncias, plantas de portos e cidades, aspectos e panoramas que constituem um aparato iconográfico de não-descuidado valor.

No entanto, o acolhimento do público não deve ter sido muito encorajador, visto que a edição de 1698 de *Istoria* foi a única.

Desinteresse e desinformação continuaram a circundar o Brasil na época das “luzes”, mesmo se houve em circulação alguns dicionários geográficos de diferenciado valor (Ferrari, Moreri, Pivati, além das traduções dos vários Boudrand, Maty, Martiniere, Eccard e do assim chamado “Anonimo Gazzettiere Americano”). O mais importante foi sem dúvida o *Dizionario storico-geografico dell’America meridionale*, obra em dois tomos do jesuíta Giandomenico Coletti, que surgiu em Veneza no ano de 1771. Aqui, a disposição racionalista do autor, que esteve como missionário por um longo período na América do Sul, transparece desde o início (“advertência ao leitor”), quando ele afirma que, não obstante a quantidade de escritos que dizem respeito à América, “*la Stòria Geografica dell’America Meridionale non per tanto se ne sta quasi interamente al bujo, e pochissime sono le cognizioni, che finora ne abbiamo*”, portanto é necessário enfrentar o estudo com moções e sistemas “*diretti da lumi migliori*” (p. 2). Esse método novo consistiria, segundo Coletti, em um reexame crítico de todos os escritores do passado em confronto com os modernos, valendo-se da própria experiência direta e das informações e sugestões obtidas de “*persone erudite e imparziali esistenti ne’ luoghi, e paesi*” que devem ser descritos, enfim, consultando documentos e manuscritos de arquivos civis, eclesiásticos e privados.

Não obstante as boas intenções, o *Dizionario* resulta bastante carente sobretudo nos verbetes que dizem respeito ao Brasil, dos quais deduzem-se informações históricas muito reduzidas e não-privadas de erros. Uma vez mais manifesta-se a tendência de ver os fatos latino-americanos através da ótica da centralidade espanhola, tendência que transparece em numerosos detalhes. Se a descoberta é atribuída ao espanhol Vicente Yáñez Pinzón, o português Pedro Álvares Cabral só chega por último, tranqüilamente em 1502. Há pois a deformação castelhanesca de nomes, de

lugares, e de objetos, o que contrasta com a promessa feita na introdução, de querer restaurar-lhes a grafia correta, visto que amiúde esses resultam “*sfigurati in guisa, che perdono o il significato, che hanno, o’l suono, per cui sono distinti da chi parla, o intende gl’Idiomi di que’ paesi*” (p. IV). Enfim, esse comportamento encontra confirmação em uma particularidade tipográfica, para a qual teremos os verbetes de “*luoghi soggetti ad altre Corone, che a quella di Spagna, segnate con una nota marginale, acciò facilmente si distinguano dagli altri appartenenti a quella Monarchia*” (p. V).

É na segunda metade do século XIX, depois de completada a unificação italiana, que se reacende o interesse da nossa historiografia em relação ao Brasil, como efeito da emigração, seja na sua forma de força de trabalho que “*andava in Merica*” em busca de um resgate pela pobreza atávica, seja no elemento político, que havia sido obrigado ao exílio mais ou menos voluntário à causa da participação nas vicissitudes relacionadas ao “*Risorgimento*”, ou por questões conexas ao empenho social.

Assiste-se a um proliferar de livros e opúsculos em que as notícias históricas vêm quase sempre acompanhadas de amplas descrições da beleza da paisagem das dimensões “gigantescas” do país, das riquezas do subsolo, da magnificência da vegetação, da variedade da fauna, da salubridade do clima. Nasce assim um gênero que teve uma longa duração aqui na Itália: o do volume com aspirações “onicompreensivas”, em que junto à parte histórica, normalmente breve e escassamente aprofundada, são tratados os vários aspectos da morfologia geopolítica, etno-antropológica, econômica e social do Brasil. O tom dominante é de uma atônita admiração, filha natural das visões edênicas propagadas pelos primeiros exploradores e de tanta literatura de catequese; o objetivo é, por um lado, pedagógico, enquanto, como explicava Rovere em 1877, que esses escritos

dirigem-se quase sempre a “*quella classe di cittadini, la quale, per dover col lavoro procacciarsi la propria sussistenza, meno comodità e tempo ha per dedicarsi allo studio*” (p. 1); e por outro lado, declaradamente propagandístico com propósito à imigração, como demonstra alguns anos mais tarde Alberto Gervais (1908) apresentando o seu livreto sobre *La repubblica degli stati uniti del Brasile*, quando diz tê-lo escrito para que os leitores “*possano farsi una idea completa di quanta importanza sia questo continente latino americano, e quante miserie può esso lenire a coloro che onestamente qui vengono a lavorare, perché all’incanto della natura si unisce l’afabilità e generosità del popolo brasiliano*” (p. 6).

Essa visão que definimos “ancilar” da história brasileira assume uma ulterior conotação de suporte, tornando ainda mais difícil a compreensão da sua complexidade e especificidade. Tanto que, quando Fabbriatore, quase “*in medias res*” e com um toque de reportagem jornalística, apresenta a sua reconstrução de *La rivoluzione del Brasile. Il 15 novembre 1889*, a sua maior preocupação é a de tranquilizar o público italiano afugentando “*gl’immancabili dubbi e sospetti derivanti da una rivoluzione, le cui fasi, più minute e necessarie a conoscere, si possono sperdere nel grande spazio che ci separa*” (p. 11). E então, visto que “*il Brasile è la terra che più conviene all’emigrazione italiana*” (p. 62), “*non si arresti l’emigrazione, in Italia*”, dado que “*è la libertà individuale che reclama tale diritto*”, sem continuar a “*torturarci le menti per dare all’operaio molta istruzione, quando esso ha bisogno di pane, a concedergli dei diritti uguali a tutti i cittadini, quando esso domanda lavoro...*” (pp. 74-75).

O conservadorismo de Fabbriatore é representativo de uma mentalidade bastante difundida entre aqueles que, entre o final do século XIX e o início do século XX, ocuparam-se de história do Brasil. Colocavam

em evidência os aspectos que pudessem resultar agradáveis ao leitor italiano, preferencialmente buscando raízes no passado, com o intento de fazer passar a segundo plano a realidade de fadiga e de desfrutamento que muitos imigrantes iam encontrar. A imagem mais propagandeada era a do país tranqüilo e pacífico, no qual as mudanças sociais e políticas, mesmo se mais radicais, como a conquista da independência de Portugal e a passagem da monarquia



à república, aconteceram sempre sem derramamento de sangue e negando-se a recorrer à violência. Nessa visão idílica de seu passado e presente, o Brasil passa a ser progressivamente para os vários autores *Il paese dell'avvenire* (F. Bianco, 1922), *Il Gigante Giacente* (M. Bernardez, 1944), *La terra incantata* (L. Galvani, 1948), a *Terra dell'avvenire* (S. Zweig, trad. it. de M. Merlini, 1949), a *Nuova terra promessa* (F. Rutigliani Guidi, 1957).

A oleografia da terra feliz e acolhedora era em conformidade à moderação de seus governantes. As qualidades humanas e políticas do imperador Dom Pedro II, seus interesses culturais e científicos, o seu amor pela Itália, fizeram-no protagonista de uma literatura apologética profundamente popular, que tirava força até de seu casamento com a princesa Teresa Cristina Maria di Borbone, irmã de Ferdinando II rei de Nápoles. A ele, estrênuo e fiel defensor da Constituição, que quis muito a abolição da escravidão, que numa viagem à Itália havia desejado homenagear Alessandro Manzoni, Rovere dedicava ainda uma página que se pode considerar um clássico desta literatura:

"L'Imperatore Dom Pedro II è alto e robusto, con viso abbronzato e la barba tagliata a corona sotto il mento. Dignitoso il portamento e snelle le movenze della persona. Il suo carattere è docile e l'indole è mite. Modesto qual è nelle sue abitudini, nei lunghi e continui suoi viaggi che imprende per allargare sempre più la sfera delle sue cognizioni, vive senza quel fasto che l'alta dignità del suo grado comporterebbe."

(Rovere: 1877, p. 16)

E ainda, continuando no tema da apologia, será necessário mencionar o já citado Alberto Gervais, o qual afirma que "*il secolo XIX ricorda al Brasile i più bei tempi di Pericle, di Augusto, di Leone X e di Luigi XIV. Pietro II aprì alla sua patria una nuova epoca, favorendo le arti, le scienze e le lettere, e sarebbe giusto che questo secolo prendesse il suo nome*" (Gervais: 1908, p. 100).

Parece ouvir o eco do filão prosopopéico e auto-insensatório presente na cultura do país transoceânico, e não é talvez por acaso se um dos textos sacros desse filão, *Porque me ufano do meu país* de Afonso Celso, tinha sido solicitadamente traduzido para o italiano em 1903.

Mitização e recurso ao estereótipo são técnicas recorrentes também nos anos 30 e 40. O peculiar clima nacionalista e militarista imposto pelo fascismo revela-se na escolha dos temas e no modo de afrontá-los. Tivemos então, em 1938, um livro incumbido por Badoglio ao general Rodolfo Corselli, que tinha sido embaixador da Itália no Rio, em 1924, intitulado: *La guerra americana della Triplice Alleanza contro il Paraguay* que resulta ser um resumo coordenado de numerosas publicações alemãs, inglesas, argentinas, brasileiras e paraguaias sobre a guerra de 1865-1870. O volume, provido de mapas topográficos relativos aos lugares que foram cenário dos combates, apresenta aqueles acontecimentos bélicos como exemplos de "arte militar", em que predominaram as figuras dos chefes e dos comandantes (da parte brasileira, primeiro o Duque de Caxias e depois o Conde D'Eu). Encerrado sumariamente o problema das causas da guerra, o livro estende-se num exame das táticas e estratégias usadas pelos vários generais, onde se evidenciam enfaticamente as "virtudes heróicas", ou condenam-se impiedosamente os erros militares.

Há também o trabalho dos publicistas ligados diretamente ao regime, que exaltam no Brasil de Getúlio Vargas o "*paese dell'ordine e della disciplina*", o qual "*va sempre più organizzando il suo lavoro su basi corporative, mentre rappresenta una porta chiusa alle teorie dissolventrici dell'idea bolscevica*". São exaltadas as analogias entre os dois sistemas políticos e indicadas as

metas de grandeza e potência garantidas, seja para a Itália como para o Brasil, sob a firme guia de "*un Uomo dal pugno sicuro*" (Araldi: 1939, p. 35).

Em 1939 é publicada, sob encargo do "*Istituto Italo-Brasiliano di Alta Cultura*", a tradução da *História da civilização brasileira* de Pedro Calmon. A escolha da obra é indicativa pois nesta está fortemente evidenciada a importância do elemento italiano na civilização brasileira, a começar por Américo Vespúcio. A propósito deste último, a sua prioridade na descoberta da "Terra dos papagaios" é reafirmada com veemência dois anos mais tarde por Magnaghi (Magnaghi: 1941).

Ao clima de conformismo acritico e laudatório daquele período, foge a *Stòria dell'America Latina* publicada em 1937 por Gino Doria. Mesmo se advém da tradicional tendência hispanocentrista, a *Stòria* de Doria, influenciada pelas teorias de Benedetto Croce, é uma tentativa séria de reconstruir o percurso histórico da nação brasileira, seguindo o desenvolvimento das idéias de liberdade e independência. A emancipação política do Brasil é vista como o produto de um conjunto de forças diferentes mas que correm juntas na direção dos mesmos ideais, aos quais deram uma contribuição insubstituível os patriotas italianos da época do "Risorgimento", a começar pelos emigrados políticos que fugiam dos "tiranos domésticos" de Nápoles, Módena, Turim de 1920-1921 a 1934, bem como Zambecari, Anzani, Rossetti e sobretudo Garibaldi.

BIBLIOGRAFIA

- AVENDAÑO Y VILELA, Francisco de — *Relatione del Viaggio et Svccesso Dell'Armata, che per ordine della Maestà Cattolica andò al Brasil à discacciarne gl'Inimici, che l'haueuano occupato. Con la Capitulazione della resa, Fatta da Don Francesco de Auendano, & Vilela, che si trouò in tutto il successo di Mare, e di Terra, tradotta di Spagnolo in Italiano dal Sig. Gio. Francesco Pizzuto.* In Roma, Per il Grinani. 1625, pp. 8, cm 18.

SANTA THERESA, Giovanni Giuseppe di (João José de Santa Theresa) — *Istoria Delle Guerre Del Regno Del Brasile accadute Tra La Corona di Portogallo e La Reppublica di Olanda Composta ed Offerta Alla Sagra Reale Maestà di Pietro Secondo Re di Portogallo & c. Dal P. F. Gio: Giuseppe di S. Teresa Carmelitano Scalzo*. In Roma, Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti Con Licenza de' Superiori Anno MDCXCVIII. M.I, 236; II, 211 cm 32,5

COLETI, Giandomenico — *Dizionario storico-geográfico dell'America meridionale*. In Venezia, Nella Stampeza di Sebastian Coleti, 1771.

Costituzioni dell'Impero del Brasile e del Regno del Portogallo decretate da S.M.I.D. Pietro Primo, Lugano, tip. Vanelli, 1826, p. 68.

ROVERE, Claudio — *L'impero del Brasile. Breve cenno geográfico e storico seguito da un sunto biográfico del regnante Don Pietro II d'Alcântara*, Roma, s.e., 1877, p. 16.

FABBRICATORE, Carlo — *La rivoluzione del Brasile, Il 15 de novembre 1889*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 113.

D'ATRI, Alessandro — *L'ottantanove in Brasile*, Napoli, Michele d'Auria, 1890, p. 91, cm. 20.

Uomini e cose del Brasile — Napoli, Stabilimento Tipográfico Cavaliez Aurelio Tocco, 1895-1896.

BADARÓ, Francisco Duarte Coelho — *L'Eglise au Brésil pendant l'Empire et pendant la République*, Roma, Stabilimento Bontempelli, 1895.

CELSO, Affonso de Assis Figueredo conde de — *Perché sono orgoglioso del mio paese*, trad. di Giuseppe Gaia, Torino, Tip. Origlia, 1903, p. 192, 1 tav., cm 18,5.

Outra edição:

Perché mi vanto di essere brasiliano (Meraviglio e gloria del Brasile), trad. por Luigi Gardini, Roma, Pubbl. dell'Istituto C. Colombo, 1930, pp. VIII + 196 (Com dedicatória manuscrita ao Papa Pio XI) cm. 19,5.

GORRINI, Giacomo — *Un viaggiatore italiano nel Brasile. Baccio da Filicaja (1565-1609)*, Roma, Accademia dei Lincei, 1904, p. 18.

GERVAIS, Alberto — *La repubblica degli Stati Uniti del Brasile (America Latina)*, Milano, Paolo Carrara Editore, 1908, p. 211, cm. 17.

GUARNIERI, Giuseppe Gine — *L'ultima impresa coloniale di Ferdinando dei Medici. La spedizione R. Thornton al Rio Amazonas, all'Orenoco, all'isola di Trinidad*, Livorno, Meucci, 1910, p. 101, cm. 23.

SIGHIERI, Alessandro — *Il Brasile dalla scoperta della costa e confini interni al suo odierno sviluppo*, cf. 4.4 e 4.5.

HALTADONN, G. — *Storia dell'Italia e del Brasile*, Palermo, Tip. Pezzino, 1918.

DUSI, Bartolomeo — *Il codice civile del Brasile (Note di studio)*, Modena, Soc. tip. modenese, 1921, p. 157, cm. 23.

MONACHESI, G. — *Piccola storia del popolo brasiliano*, Milano, Vallardi, 1923, p. 150, cm 18.

MAGNAGHI, Alberto — *Amerigo Vespucci. Studio critico, con speciale riguardo ad una nuova valutazione delle fonti, accompagnato dai documenti non ancora pubblicati dal codice Vaglianti (Riccardiano 1910)*, Roma, Pubblicazioni dell'Istituto Cristoforo Colombo, 1924.

Amerigo Vespucci, primo scopritore del Brasile, Torino, Reale Accademia delle Scienze, 1940-1942 (1941), p. 72.

ZOLI, C. — *America del Sud*, Roma, 1928.

DORIA, Gino — *I "tercios" napoletani nelle guerre del Brasile*, Napoli, 1930.

I soldati napoletani nelle guerre del Brasile contro gli Olandesi, 1625-1641, Napoli, Ricciardi, 1932, p. 31, cm. 24,5.

Storia dell'America Latina (Argentina e Brasile), Milano, Hoepli, 1937, p. XXIII + 298 cm 19.

Viaggiatori brasiliani in Italia, in Riv. d'America e d'Italia, III, 18.

La Nuova Costituzione della Repubblica degli Stati Uniti del Brasile promulgata il 16 luglio 1934, Traduzione di Giuseppe Alpi, Roma, St. Tip. Europa, 1935, p. 91, cm 23,5.

OLSCHKI, Leonardo — *Storia letteraria delle scoperte geografiche, Studi e ricerche*, Firenze, L.S. Olschki, 1937, p. 231, cm 26.

CORSELLI, Rodolfo — *La guerra americana della triplice alleanza contro il Paraguay* — Prefazione del Maresciallo Badoglio, Modena, Tipografia della R. Accademia di Fanteria e Cavalleria, 1938-XVII, p. XV + 614, cm 23.

CALMON, Pedro — *Storia della civiltà brasiliana*, traduzione di Ferruccio Rubbiani, Rio de Janeiro, Industria Tipografica Italiana, 1939, p. 318, cm 20.

ARALDI, Vinicio — *Il Brasile sotto la presidenza di Getulio Vargas*, Roma, La Filosofica, 1939, p. 39, cm 17.

PASZTOR, Lajos (a cura di) — *Guida delle fonti per la storia dell'America Latina negli archivi della Santa Sede e negli archivi ecclesiastici d'Italia*, Città del Vaticano, Archivio Vaticano, 1970, p. 665, cm 24, Sotto gli auspici dell'UNESCO e del Consiglio Internazionale degli Archivi.

SCARANO, Paolo — *L'America Latina dalla fondazione degli imperi coloniali spagnolo e portoghese all'epoca presente*, Milano, Vallecchi, 1975, p. XXII + 619, cm 29.

LODOLINI, Elio (a cura di) — *Guida alle fonti per la storia dell'America Latina esistenti in Italia*, Roma, Direzione Archivi di Stato, 1976, p. 423, cm 22.

Poemas de Carlos Vogt

O poeta Carlos Vogt nasceu em Sales Oliveira, interior de São Paulo, “pequena e nada próspera cidade da velha Mogiana”, segundo ele próprio diz. Lingüista de formação internacional, acordou para a poesia depois dos 20 anos e só veio a publicar por volta dos 40. Publicou até agora: *Cantografia* (1982), *Paisagem doméstica* (1983) e *Geração* (1985). Os poemas que se seguem são parte de uma nova coletânea intitulada *Metalurgia*, ainda inédita.

Segundo José Paulo Paes, a poesia de Carlos Vogt expressa “uma dor sem pieguice”, e o lingüista, como artesão do verso, “abre mão de todos os binarismos e termos médios para ser (apenas?) poeta”. Desde abril de 1990, Vogt divide o seu tempo entre a leveza da poesia e a pesada responsabilidade de ser o reitor da Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp.

SOFISMA

O tempo nos perderá a todos!
Não que isto seja uma verdade comum
a todas as idades,
mas que nos perderemos no tempo
isso é verdade.

DESEJO

Arde uma estrela cadente,
a solidão simultânea
incendeia o instantâneo.

PÓS

Os símbolos erram perdidos
de seu próprio fundo;
Já não são o que não eram antes:
o mundo.

DEDICATÓRIA

Para quem depois de agora
virá poupar o ágio do tempo
e as juras de não ir embora.

LABIRINTO

Marcel Schwob, citado por Borges, inventou vidas
e escreveu biografias imaginárias de homens reais;
Borges, do outro lado do espelho, inventou caprichos
e reescreveu biografias reais de homens imaginários.

No sonho alheio de ser sonhado, enquanto sonha,
o escritor afina imagens no abismo de suas multiplicações;
o leitor — o outro que é forma do texto — guarda-se
em entrelinhas
aguarda outro leitor de carne, osso, ficção e história
que abra um dia, mesmo por acaso, o mesmo livro
e encontre na dura pena de tê-lo escrito
a pálida, edificante e triste luz de que é feita a persistente beleza da memória.

Nada, então, terá mais o tamanho de sua própria altura,
nada medirá em si ou pelo outro a extensão de sua diferença:
espadas, tigres, reis, vassallos e campeadores,
virão dilacerar a densidade conceitual do único,
e a novidade — monástica do hábito de ser estranha e tensa —
fingirá combates cinematográficos de guerras púnicas.

Juntos escreveremos roteiros errantes por aridez de Espanhas
e a vida repetirá a arte, só pelo prazer da ilusão
de ser parte
da boa vontade de deuses nus, entremostrados em longas vestes leves,
discretos no tédio alado de inventar nas tardes cépias
jogos eletrônicos banais e atrevidos de criação.

AUTOCRÍTICA

Para quem depois de agora
me poude o olho do tempo
e se fosse de não se esquecer

OLHEIO

Para uma escrita castanha
e solitária e silenciosa
incandescente e insubmissa

SABEDORIA INFANTIL

Para falar a verdade,
esta cheia de meandros, meios, caminhos, pântanos, voltas e volteios,
a verdade, enfim, que conhecemos clara
como se vista através de um biombo disfarçando intimidades,

Para falar a verdade
nua, crua, alheia transparente e limpa
nada mais próprio que um sonho de menina.

BICHOS DA NOITE

Um dia — era noite — eu disse para duas moças velhas
sentadas num alpendre de jardim:

— Cuidado com os curiangos!

Elas em uníssono responderam:

— Não sabemos o que é curiangos,
mas não fale conosco assim.

METALURGIA

Ponho a palavra em estado de gramatical ofensa,
no torno retalho suas redondezas,
desgasto obsessivo com a broca da caneta
o que há de angular e mole na sentença.
Fora, uma forma enxuta, dentro, amor de sequidões,
ovo sozinho sem nenhum conceito a circundar-lhe a norma
de ser só ovo, sêmen contido, casca de memória.

Fazer abrasivo:

a lima, a lixa, a mão desgastam por extornos
a rixa com o verso, a rima com o avesso;
no chão, limalhas, matéria de contornos,
na página, o poema:
liso, úmido, duro como gelo.

Poemas de Ronald Polito

Ronald Polito de Oliveira tem 29 anos e é mineiro de Juiz de Fora, em cuja Universidade Federal se graduou em História. Poeta, professor e historiador, lecionou nos departamentos de Educação e de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Defendeu na Universidade Federal Fluminense sua dissertação de mestrado sobre "A persistência das idéias e das formas: um estudo sobre a obra de Tomás Antonio Gonzaga".

GOZO ESTRANHO

foi de tanto
deixar rolar
(meio pra ver
no que é que dá
ou pra pagar pra ver)

que a gente ficou
nesse rolo

'POL'

PÓ
PE
POU
P'EU
POL

UTOPIAS

que agora antes fosse depois
que depois agora fosse antes
que antes depois fosse agora
que agora fosse depois antes
que antes fosse agora depois
que depois antes fosse agora

(há outras combinatórias possíveis)

REFLEXÕES

qual o melhor original
entre as cópias ?

e a melhor cópia
entre os originais?

)]) { [] : ()) [] []
 é. pouco.
 Preciso. Todo,
 qualquer. cuidado.
 Cuidado. É.
 É. Pouco,
 preciso. todo.
 Qualquer, Cuidado,
 cuidado, é,
 é. pouco.
 Preciso, Todo,

RRRREEEEVVVVIIIIWVAAAALLL

d e c a d ê n c i a
 d e c a d ê n c i a
 d e c a d
 d é c a d a

O FUTEBOL

No Brasil, observam-se alguns fatos: torcedores crêem já não existir o amor dos jogadores pela camisa, nossos clubes ostentam uma propaganda comercial explícita, sugerindo, até mesmo, a adoção de estratégias empresariais; atletas brasileiros atuam no exterior, obedecendo a esquemas táticos dissonantes da nossa tradição esportiva, os estádios não lotam, mesmo em finais clássicas. E o "país do futebol" há anos não vence uma copa mundial. É a morte do futebol-arte? O futebol consegue permanecer como um elemento identificador de nossa cultura popular?

José Sebastião Witter IEB/USP

São duas perguntas vinculadas a uma mesma paixão: "O Futebol". Começo pela segunda, que se refere ao futebol como identificador de nossa cultura popular, questionando o que identifica o Brasil, popularmente, nestes últimos quinze ou vinte anos? Costumava-se dizer que o Brasil era futebol, carnaval (samba), mulata e cachaça de alambique... Símbolos incontestes de nossa brasilidade... Será que hoje podemos ainda dizer que existem mulatas autênticas, carnaval e samba sem sotaque e futebol com nossa malandragem? O que me parece que vem acontecendo é a descaracterização lenta e gradual de tudo que era brasilidade... Nem a língua é nossa, pois nos entregamos aos "jeans", aos "rocks". Deixamos de ter caipirinha (pinga com limão), para beber "caipiríssima" (limão com vodka) e assim por diante. Poderíamos caminhar por um vasto "campo" de análise e discutir, de fato, a cultura brasileira.

Mas, façamos juntos o recorte pedido e vamos tentar discutir o problema do nosso (pobre) futebol. De longa data deixei de ver o Brasil como o "país do futebol", pois o futebol é hoje, e desde algum tempo, sem dúvida, uma paixão planetária. Não há mais exclusividades nacionais: ele nasceu bretão, viajou pela Europa, ganhou a América, teve no Brasil um marco e visita agora a África e o oriente, onde o Japão começa a ser a nova Meca dos "jogadores de bola". Fique claro, por isso, que o futebol é do mundo... Não é exclusividade de nenhum país nem de nenhuma comunidade... transcende barreiras políticas e até mesmo ideologias. E isto desde sempre, apesar dos políticos... Pensamos aqui não só nos "cartolas", mas até na orientação diplomática de tempos atrás. Ousaria

dizer que, para o Futebol, nunca houve “muros de Berlim”... Sem caminhar por outra longa discussão é preciso repetir que o Futebol é uma paixão planetária... com os acentos lingüísticos de cada região e com a marca registrada de cada povo... O que nos fez, brasileiros, sempre diferentes, foi a própria característica da malandragem e da ginga, gingada ao som do samba molemolente... O nosso estilo “bem brasileiro” impôs mudanças no mundo todo e foram os nossos adversários sempre obrigados a criar novas táticas para evitar maiores derrotas. E aqui entra aquilo que dizem ser o “futebol-arte”. Assim caminhamos até o espetáculo incomparável do terceiro campeonato ganho por nossa seleção em 1970. (Foi o terceiro e não o tri. Para ter a denominação de tri-campeão deveria ganhar 3 vezes consecutivas — houve a interrupção de 1966). E pela primeira vez vimos, pelo milagre da televisão, o jogo ao vivo, direto, na hora que acontecia. Não precisávamos imaginar o espetáculo... viamos o espetáculo. Era o avanço tecnológico a aumentar a paixão e até “fazer esquecer” o momento histórico crítico que vivíamos... Mesmo aqueles que, como eu, pensávamos em torcer contra a seleção por questões ideológicas, acabava por se render à magia dos “craques” que compunham aquela inesquecível “orquestra” que só apresentou grandes e inesquecíveis concertos nos palcos verdes da cidade do México.

De então para cá esquecemos o que é “jogar bola”, abstraímos o “lúdico” do futebol e quisemos nos equiparar ao primeiro mundo, “aprendendo” com a Europa o que fazer para não deixar jogar... (Deixamos de ser Professor com PhD e tudo o mais para sermos alunos reprovados na 3ª série ginásial...). E deu no que deu e está dando o que está dando... Está havendo uma inversão de papéis. O *Futebol Arte* mudou de endereço. .. Não ganhar a copa do mundo por 20 anos nada significaria se continuássemos a “jogar bola”. E sabemos fazê-lo... Basta acompanhar o nosso futebol e ver que ainda temos “craques” e temos times, o que não temos é, de um lado motivação, de outro profissionalismo fora do campo e ainda por outro ângulo organização... E não se deve procurar culpados para que tal fato venha sucedendo... Somos todos um pouco responsáveis desde os “dirigentes” até o torcedor...

O “futebol-arte”, para continuar com um dos temas propostos, não acabou em lugar nenhum do mundo... Muito menos no Brasil. Pode estar adormecido, com falta de bons praticantes, sem “gente” que descubra onde ele está escondido... Mas a verdade é que podemos assisti-lo pela TV, no campeonato italiano; podemos encontrá-lo nos incontáveis campeonatos disputados em todas as cidades brasileiras, tenham elas 3.000, 50.000 ou milhões de habitantes. Basta parar e pensar quantas bolas rolam nos fins de semana em tantos campinhos ou em grandes estádios no Brasil de norte a sul...

E para que esse “futebol-arte” continue a nos encantar não são necessárias alterações nas regras do jogo ou a divisão do jogo de futebol em 4 tempos, como querem as TVs americanas (com intuítos puramente comerciais) para o campeonato do mundo de 1994 ou que a dimensão do gol seja alterada... É preciso só “jogar bola”, com ginga e jeito, com amor e malandragem, acima de tudo com amor à camisa. E nada disso se perdeu no espírito do esportista e do torcedor. Porque o futebol é um jogo social, que congrega até os adversários. Isto porque são adversários e não inimigos. E embora sejam usados muitos termos militares e seja o jogo identificado com a guerra, ele acabou por ser uma representação e é acima de tudo um encontro. Assim são classificados. São de fato: encontros esportivos, que acabam por se constituir em encontros de indivíduos e de indivíduos com o mundo. Por isso o espírito do esportista-torcedor prevalece e permanece e o futebol, com altos e baixos, continua a encantar. E apesar do chamado anti-

jogo. o “esporte-rei” continua a ter “engenho e arte”, nos pés dos craques. Está se perdendo sim entre os dirigentes (de clubes ou federações) que confundem seus papéis. Isto pensando no que ocorre no Brasil...

Tomemos, como exemplo, o que se passa e se passou em outros esportes como o vôlei e o basquete, em nosso país. À falta de melhor compreensão do que significa patrocínio, os clubes acabaram não incorporando a subvenção de empresas e estas criaram os seus próprios elencos... E o que aconteceu? Em vez de termos o Pinheiros, o Sírio, o Paulistano, o Guarani, a Ponte Preta, o Atlético Mineiro, o Flamengo, etc, etc, disputando os campeonatos nacionais e internacionais dessas modalidades (com o patrocínio da Cica, Perdigão, Mesbla, Mappin, etc, etc) temos, a cada ano, um novo clube (?) como Perdigão-Divino, ou Cica, ou Banespa, ou BCN, ou ..., ou...

É preciso adaptar-se às mudanças aceitando profissionalmente a colaboração de empresas interessadas em diferentes modalidades de esporte. Não se pode viver nostálgicamente do passado. É preciso, no entanto, conhecer a História e com ela construir o futuro, fortalecendo o presente. A História do Futebol Arte no Brasil aí está para ser conhecida e de seu conhecimento reviver o que perdemos sem, no entanto, querer que o passado volte com a realidade de então.

Por isso podemos concordar com as mudanças e as necessidades da ordem social-econômica atual, sem, no entanto, aceitar o nome de um produto multinacional na camisa da “Seleção Canarinho”... É a confusão, o preconceito, a falta de discernimento que acabam por complicar o simples, e, futebol é o “jogo da simplicidade”. E a simplicidade é o forte da verdadeira arte.

PARA O SECRETÁRIO AVALIAR O TEXTO E APROVAR
OU NÃO APROVAR O COMENTÁRIO SOBRE O FUTEBOL

Juarez Soares

Secretário de Esportes do Município de São Paulo

Existem falhas. O futebol necessita principalmente de organização e — o mais importante — um calendário. Sem um calendário decente parece difícil ou quase impossível organizar grandes jogos que chamem mais a atenção dos torcedores. Hoje em dia, o torcedor encontra dificuldade até para entender o regulamento dos campeonatos, quando este deveria ser feito de forma simples e direta, como na Europa, por exemplo, onde os pontos corridos, como é o badalado campeonato italiano, facilitam a compreensão da torcida.

Outros detalhes devem e precisam ser avaliados no momento em que se procura a causa para os estádios vazios. Claro que o campeonato mal-elaborado, com jogos em cima de jogos tira um pouco o entusiasmo do torcedor. É necessário que se avalie

também a condição sócio-econômica daquele que vai ao estádio. O espetáculo não é barato. Além do ingresso, o torcedor desembolsa também boa quantia para comprar um sanduíche ou um refrigerante. E se não bastassem estas despesas, há ainda o problema da locomoção. A condução para os estádios geralmente não é fácil sem falar que não existem estacionamentos seguros, que garantam o carro do torcedor. São fatores que ajudam a afastar o público dos estádios? Claro que são. Pesam na balança. Outra causa que afasta o torcedor é a violência. Nos últimos tempos, muitos adeptos do futebol deixaram de comparecer aos estádios exatamente por falta de segurança. Há a necessidade de uma conscientização profunda de que o esporte é lazer e que, por isso, o torcedor deve comparecer com espírito de festa e não para brigar. Claro que existem outras causas que inibem e afastam o torcedor do estádio e também deixam o País numa fila de 20 anos sem vencer uma Copa do Mundo: a falta de grandes talentos, embora o Brasil ainda seja um celeiro de craques. Mas não é como antigamente, quando apareciam os verdadeiros fora-de-série, craques na acepção do termo. E hoje em dia os melhores que temos saem do Brasil, incentivados por uma legislação que precisa ser revista. A saída pode ser a transformação dos clubes em Sociedade Anônima? Pode ser. Afinal, o futebol vive em regime profissional. Na Europa já é assim. E com sucesso. Os clubes são dirigidos por empresas que sustentam contratações milionárias. Os dirigentes são empresários de verdade, enquanto o Brasil peca pelo amadorismo. A partir do momento em que o futebol for tratado com mais seriedade, dando principalmente respaldo ao torcedor, com lugares numerados nos estádios, boas toaletes e segurança no estacionamento, como já acontece em outros países, os estádios ficarão lotados novamente. Mas, insisto, o bom calendário é a base do sucesso. Não se pode exigir, como acontece atualmente que os estádios fiquem lotados, com jogos em três dias da semana. Muitas destas partidas, inclusive, perdem a importância que poderiam ter. Quanto ao marketing, pode ser a saída no regime profissional, mas entendemos que primeiro os dirigentes deveriam valorizar as equipes de base, dar conforto aos torcedores e exigir um calendário decente para os campeonatos. O resto é consequência, uma coisa puxa a outra. Ai, com certeza, o Brasil terá chance de reclamar de volta o apelido de "*país do futebol*".

CARTOLAGEM: O GAFANHOTO NA ROÇA DO FUTEBOL BRASILEIRO
OU UM JOGO ATÉ PODE SER UMA PEDREIRA; UM TIME NÃO

Rodolpho Telarolli
11-09-1990

Juro pela alma de Pablo Argentino, (modéstia à parte, meu pai), que eu via pelas ondas do possante Westinghouse, entre uma estática e outra, as embaixadas de Dino, o "Pavão", as filigranas de Servílio, o "Bailarino", as viradas mortais do mago Teleco, e até sentia o cheiro da grama mascada pelos cravos das bicancas desses negros demônios nas tardes domingueiras dos 40, nos primórdios do já cinquentenário Pacaembu.

Tantos anos se passaram e eu desisti de aprender a não mais sofrer com a perda de uma decisiva para o tal de São Paulo, ou mesmo para esse Bragantino, como aconteceu agora. E me recorro de pensar: "Que desperdício! Tamanha festa para tão poucos convivas!". Por bons dias guardo luto fechado: não vejo jornal, não ligo rádio nem TV, não atendo o telefone e só saio de casa para o inevitável.

Eu sim, "seu" Matheus, tenho o direito de dar livre vazão a esta paixão maluca, porque nunca me meti a presidente dessa grande nação corinthiana, que já foi de Alfredo Trindade, de Wadih Helou (que Deus nos guarde), mais recentemente de Adilson Monteiro Alves (há sinceridade nessa democracia?), tem sido desde os idos de 50 e ainda hoje é de Vicente Matheus, que toca o time como quem dirige a pedreira de sua propriedade.

Não estou particularizando o assunto, não. Poderia começar falando de Charuto do S.P.R., de Oberdan Catani, do Palestra Itália, de Remo, do São Paulo, de Patesco, do Botafogo, de Perácio, do Flamengo, de Cafunga, do Atlético de Minas... Mas é que além do gosto que tenho de falar sempre que posso do Corinthians, no esquadrão mosqueiteiro se reproduzem, talvez mais do que em qualquer outra agremiação, as patuscadas que fazem do futebol brasileiro essa desdita.

É que Vicente Matheus, folclore à parte, é um bem acabado exemplar desse espécime predominante de dirigente: o cartola amadorista, em duas principais nuanças 1) o que mescla paixão pelo clube e desmedida vaidade pessoal (esta sempre maior do que aquela, como é o caso de Matheus); 2) o cacique oportunista que faz do clube a sela para o usufruto de proveitos pessoais, em especial o carreirismo político.

É o cartola a grande praga, o gafanhoto na roça do futebol brasileiro. Através de uma legislação arcaica e permissiva, grupos se perpetuam no comando das agremiações, que são forças míticas quase religiosas, em torno das quais se congrega de modo espontâneo (ah! que diferença dos partidos políticos!) a quase totalidade da população, aglutinada pela argamassa da paixão sublime e fervorosa devoção, sem distinção de cor, credo, sexo, classe, idade. São reais sentimentos de fraternidade que envolvem a torcida comprimida nas gerais, mesmo que — e até por isso — separada da adversária pelo cordão policial.

De cabo a rabo o dirigente retrógrado está avassaladoramente em tudo: no comando dos clubes, das federações, integrando os órgãos colegiados, os tribunais (que tragédia a justiça esportiva!), as confederações, tudo em mãos desses fósseis que dormem o sono da eternidade e cada vez ficam mais distantes da realidade que é o profissionalismo esportivo.

Todas as mazelas derivam dessa obtusidade do dirigente: voto unitário que iguala no poder das decisões grandes e infimos clubes; iníqua lei do passe; marginalização eleitoral de torcedores e associados em benefício de carcomidos conselheiros vitalícios; violência fora e dentro das quatro linhas; tribunais de justiça e conselhos de árbitros, covis integrados por quadros clubísticos; caciquismo político e oportunismo eleitoral; pressão sobre árbitros antes e durante a partida (quem não se lembra ainda do despudor do Governador Natel, "cardeal sampaulino", no gramado, "assistindo" a uma decisão de São Paulo e Palmeiras, no banco de reservas?); o êxodo inevitável e os dólares que se esfumam; rivalidades regionalistas (30 anos após Brasília a CBF ainda está sediada no Rio); batalhas no tapetão; ausência do sistema de pontos corridos em benefício de fórmulas mistificadamente complexas.

E por aí vai, mas nada que mentalidades consentâneas com o seu tempo não consigam corrigir.

No futebol profissional nada há de mal em "propaganda comercial explícita" e "estratégias empresariais". O diabo é que o futebol não é uma ilha imune aos ares pestilentos do continente, e as estratégias empresariais vigentes na ilha não reproduzem mais do que a mentalidade tosca da maior parte do empresariado do continente.

No que toca ao clube, o gerente não haverá de ser um estranho. Inevitavelmente será sempre um torcedor, mas o que se exige dele é que tenha equilíbrio e seriedade que o coloquem fora do jugo da paixão, mola cega propulsora tanto do doce delírio quanto da cólera surda, a que só o torcedor tem o direito de se entregar.

O decantado "futebol-arte" é conversa de quem não acompanha o cotidiano do esporte, daqueles que sem paixão, sem "frisson", deleitam-se diante da TV somente durante os jogos da Copa do Mundo. O torcedor de verdade vai ao delírio se a vitória vier com arte. Mas, como futebol é paixão, estará também feliz se acontecer um 1 x 0 num gol duvidoso, sob domínio do adversário, porque o que vale não é competir, mas ganhar. De resto, o futebol arte só existe quando uma ocasional conjunção de circunstâncias reúne numa mesma geografia e num mesmo tempo, uma pluralidade incomum de talentos, como o ocorrido com o Brasil em 1950, 1958 e 1970, não obstante a desqualificação dos nossos dirigentes.

Mudanças estruturais profundas tornarão a lotar os estádios. Da adequação do espetáculo aos interesses da televisão e a outros do universo dos negócios, do intercâmbio internacional, do natural aperfeiçoamento da prática esportiva e de outros fatores, decorrerão, como têm decorrido, alterações no estilo do futebol nacional, o que não afeta a sua condição de um dos elementos identificadores da cultura popular.



NOTICIÁRIO

14.º Encontro Anual da ANPOCS

Entre 22 e 26 de outubro próximo passado realizou-se em Caxambú (MG) o 14.º Encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

Contando com vinte e um seminários temáticos, sete mesas-redondas, além da projeção de dezessete vídeos, os trabalhos se desenvolveram com grande sucesso durante toda a semana.

A grande novidade deste 14.º Encontro foi uma forma inteiramente nova da reunião realizada, não sob a organização dos 27 Grupos de Trabalho da ANPOCS, mas através de Seminários Temáticos e Mesas-Redondas que foram propostas à Secretaria da Associação e escolhidas por um Comitê Organizador.

A avaliação dessa forma renovada de Encontro Nacional foi positiva pois, além de permitir que temas atuais e ainda não abordados nas reuniões fossem apresentados e discutidos ("Transformações na Europa do Leste: uma visão conjunta" ou "Aids e as Ciências Sociais: pauta de investigações para os anos 90") possibilitou também que dois ou mais GTs se reunissem para montar sessões conjuntas ("A transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais" ou "Em busca de uma identidade nacional"). Permitiu ainda que um grupo de trabalho que contava com ampla produção a ser apresentada e discutida pudesse montar dois seminários temáticos ("O público e o privado na educação brasileira" e "Crise do Estado e Educação") num único Encontro Anual.

Após avaliação da Reunião pelos Coordenadores de GT juntamente com a direção da Associação foi proposto e aprovado na Assembléia Geral realizada ao fim do Encontro, que nos próximos dois anos a Reunião Anual será montada novamente sob a égide dos GTs devendo retornar a essa forma renovada e instigadora dos Seminários Temáticos no terceiro ano, isto é, em 1993.

Houve também eleição da nova diretoria da ANPOCS para os próximos dois anos durante o 14.º Encontro Anual sendo escolhido como Presidente o Prof. Juarez Brandão Lopes (Unicamp) e reeleita como Secretária geral a Prof.ª Alice Rangel de Paiva Abreu (UFRJ).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PROJETO LINGÜÍSTICO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

ENCONTRO MULTIDISCIPLINAR DE INDIGENISMO

Realizou-se no Instituto de Estudos da Linguagem, dias 21 e 22 de novembro de 1990, o Encontro Multidisciplinar de Indigenismo, organizado pela Prof.^a Dra. Lucy Seki (Departamento de Lingüística — IEL/Unicamp) e pela Prof.^a Marymarcia Guedes (doutoranda/IEL e da Unesp/Araraquara), com a colaboração de uma equipe de pós-graduandos ligados à área de línguas indígenas.

Do evento participaram os senhores Megaron Txukahamãe e Mairawy kaiabi, diretores do Parque Indígena do Xingu, o Sr. Paulo Pinagé, Chefe do setor de Educação do Parque, e profissionais de diferentes Institutos da Unicamp e de outras instituições do país envolvidos com a problemática indígena.

Um dos objetivos principais que nortearam o encontro foi promover o intercâmbio de experiências e informações no campo da antropologia, lingüística, análise do discurso e astronomia, bem como apresentar alguns resultados da investigação que vem sendo feita com línguas indígenas, xinguanas.

Um peso maior foi dado para as línguas e questões relativas ao Parque Indígena do Xingu, já que desde 1988 vem sendo desenvolvido um projeto intitulado "Projeto Lingüístico do Parque Indígena do Xingu", sob a coordenação da Prof.^a Dra. Lucy Seki, em atendimento a uma solicitação dos diretores do Parque.

Esse Projeto visa num primeiro momento a documentação, descrição e análise de 13 das 17 línguas faladas no parque e pertencentes a diferentes troncos e famílias lingüísticas: kamayurá, kayabi, juruna e aweti (tronco tupi), yawalapiti, mekinako e waurá (família aruak), suyá, panará, tapayuna, txukahamãe (família Jê), txicão (família Karib) e trumai (língua isolada).

Atua no desenvolvimento do Projeto uma equipe constituída, no momento, de pesquisadores do Departamento de Lingüística/Unicamp, da Unesp, Uel e UnB.

Lucy Seki
Departamento de Lingüística

HISTORIADORES LATINO-AMERICANOS REUNIRAM-SE EM SÃO PAULO

Sem qualquer cobertura dos meios de comunicação realizou-se na Universidade de São Paulo de 22 a 26 de outubro do ano passado o V Encontro de Historiadores Latino-Americanos e do Caribe, promovido pelo Centro de Estudos Latino-Americanos (Unesp), USP, Unicamp e Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe — ADHILAC.

N O T A T I O C O I Á R I O O
A L E J A Q E H M O C

Criada no México em 1974, durante o I Encontro, a ADHILAC já realizou encontros na Venezuela (1977), Equador (1981) e Cuba (1983).

No Brasil o V Encontro versou sobre "Dilemas e Desafios da Historiografia Latino-Americana Atual" tendo tido a participação dos seguintes países cujos delegados apresentaram comunicações: Argentina (11 delegados), Chile (4 delegados), Cuba (7 delegados), Equador (2 delegados), Peru (2 delegados), Uruguai (7 delegados), Venezuela (3 delegados), França (1 delegado), China (1 delegado), Estados Unidos (1 delegado) e Brasil (55 delegados).

As atividades desenvolvidas durante o Encontro foram sessões de painéis, sessões de debates, conferências e exposições, que abordaram temas como Economia Colonial, História do Cotidiano, Formação do Estado Nacional, Democracia, Socialismo e Transição, Política Externa, Os povos sem História, A Escravidão e Culturas Afro-Americanas, Mentalidades e Cultura Popular, Cidades e Processos de Urbanização, História da Mulher e da Família, Integração Latino-Americana, Revolução e Democracia, História e Literatura, Formação do Proletariado e Movimento Operário, Imigração e Migrações Internas, O Capitalismo na América Latina, Integração e Questão Nacional, Políticas Indígenas, Intelectuais e Política, Populismo e Autoritarismo, Historiografia, Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo, Industrialização, Acumulação e Dívida Externa.

Na Assembléia Plenária da ADHILAC, realizada no último dia do Encontro, foi eleita nova Diretoria: Presidente: Jorge Nunez Sanchez, Secretário Executivo: Manuel Moreno Fragnals (Cuba), Votales: Olga Cabrera Garcia (Cuba), Sergio Guerra Vilaboy (Cuba) e Oscar Zanetti Lecuona (Cuba), Vice-Presidentes: Hilda Iparraguirre (México), John Monteiro (Brasil), Wilma Derpich (Peru) e Ricaurte Soler (Panamá); e Vice-Presidente (Alternos): James Millette (Trinidad-Tobago) e Margarita Moreno Bonett (México).

Quanto à Seção Brasileira da ADHILAC foi constituída uma comissão composta pelos professores John Monteiro (Unesp), Maria Lígia Prado (USP), Philomena Gebran (UFRJ), Geralda Dias Aparecida (UnB), Euripedes Funes (UFCE), Heloísa Jochems Reichel (UFRS) e Maria Helena Capelato (USP), que aguardarão a renúncia da atual Diretoria para iniciarem estudos no sentido de reestruturação da entidade no Brasil, o que será apresentado no próximo Simpósio da ANPUH, 1º Simpósio de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a se realizar no Rio de Janeiro de 22 a 26 de julho de 1991, quando então será eleita uma nova Diretoria para a Seção Brasileira.